

**ANDRÉ DE MELO SANTOS**

**MOVIMENTO ANTIGLOBALIZAÇÃO:  
JUVENTUDE E UTOPIA**



**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR  
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES  
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico:  Dissertação [ ] Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

Nome completo do autor: *Cunha de Melo Santos*

Título do trabalho: *Movimento Antiglobalização: Juventude e Utopia*

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento  SIM [ ] NÃO<sup>1</sup>

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.

*Cunha de Melo Santos*  
Assinatura do(a) autor(a)<sup>2</sup>

Ciente e de acordo:

*[Assinatura]*  
Assinatura do(a) orientador(a)<sup>2</sup>

Data: 14 / 05 / 18

<sup>1</sup> Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

<sup>2</sup> A assinatura deve ser escaneada.

ANDRÉ DE MELO SANTOS

**MOVIMENTO ANTIGLOBALIZAÇÃO:  
JUVENTUDE E UTOPIA**

*Dissertação apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia na Universidade Federal de Goiás, para a obtenção do título de mestre em Sociologia, sob a orientação do prof. Dr. Nildo Viana.*

**Goiânia, Fevereiro de 2014.**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

de Melo Santos, André  
Movimento Antiglobalização [manuscrito] : Juventude e Utopia /  
André de Melo Santos. - 2014.  
f.

Orientador: Prof. Dr. Nildo Silva Viana.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade  
de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em Sociologia,  
Goiânia, 2014.  
Bibliografia.

1. Movimentos Sociais. 2. Juventude. 3. Capitalismo. 4.  
Globalização. 5. Utopia. I. Silva Viana, Nildo, orient. II. Título.

CDU 316



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE

André de Melo Santos

Aos vinte e seis dias de fevereiro de 2014, às 09:00 horas, na Sala 29 da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás, realizou-se a sessão de julgamento da Dissertação de Mestrado do mestrando **André de Melo Santos**, intitulada *Análise O Movimento Antiglobalização: Juventude e Utopia*. A Banca Examinadora foi composta, conforme Portaria n.º 006/2014-FCS, de 18 de fevereiro de 2014, pelos seguintes Professores Doutores: Nildo Viana (Presidente/UFG), Erlando da Silva Rêses (UNB) e Flávio Munhoz Sofiati (UFG) – Suplente: Cleito Pereira dos Santos (UFG). O candidato apresentou o trabalho, os examinadores o arguíram e ele respondeu as arguições. Às 12 horas, a Banca Examinadora passou a julgamento em sessão reservada, pela qual foram atribuídos à mestranda os seguintes resultados:

**Aprovado(a)**     Reprovado(a)

Dr. Nildo Viana \_\_\_\_\_

**Aprovado(a)**     Reprovado(a)

Dr. Erlando da Silva Rêses \_\_\_\_\_

**Aprovado(a)**     Reprovado(a)

Dr. Flávio Munhoz Sofiati \_\_\_\_\_

**Resultado Final** Aprovado

Reaberta a sessão pública, eu, como Presidente da Banca Examinadora proclamei os resultados e encerrei a sessão, da qual foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim, Nildo Viana, Presidente e Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, e pelos membros da Banca Examinadora.

Prof. orientador: Nildo Viana \_\_\_\_\_

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Prof. Nildo Viana, pelas sugestões e críticas que possibilitaram a realização deste trabalho.

A minha família pela compreensão e o incentivo.

Aos meus companheiros do Movaut que juntos buscamos construir um mundo melhor.

## **Resumo**

A presente dissertação teve como objetivo realizar uma abordagem sociológica do movimento antiglobalização. Para tanto, partiu-se das análises de Karl Marx sobre a sociedade capitalista, considerando a atuação do movimento antiglobalização dentro dela, no sentido de busca reformas ou transformações sociais. Além disso, também discutimos o papel da juventude na sociedade moderna e sua participação nos movimentos sociais. O movimento antiglobalização iniciou-se no fim dos anos 1990, com protestos contra a Organização Mundial do Comércio. Após essa data, foram realizados vários protestos que caracterizaram o movimento antiglobalização. Nestes protestos, diferentes grupos, com tendências variadas, tentaram unificar o movimento com a criação do Fórum Social Mundial. Desta forma, analisamos o movimento antiglobalização como uma reemergência de tendências mais radicais, mas que teve um refluxo no espaço em que a esquerda partidária exerceu hegemonia, impedindo a conquista de algo mais concreto.

**Palavras- chave:** Movimentos Sociais, Juventude, Capitalismo, Globalização, Utopia.

## **Abstract**

This dissertation contains a sociological approach to the anti-globalization movement. From the analysis of Marx's capitalist society and its contradictions where movements that question the society and seek to reform or transform this. We also discuss the role of youth in modern society and their participation in social movements. The anti-globalization movement began in the late 1990s with protests against the World Trade Organization; thereafter several protests that characterized the anti-globalization movement were performed. These different groups with varied trends protests tried to unify the movement with the creation of the World Social Forum. Thus, we analyzed the anti-globalization movement as the reemergence of radical trends and a space in which party left the hegemony exercised, resulting in reflux of movement as a whole without something concrete be achieved.

**Key words:** Social Movement, Youth, Capitalism, Globalization, Utopia.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 01: CAPITALISMO, JUVENTUDE E UTOPIA.....	14
1.1. Teoria do Capitalismo.....	17
1.2. Teoria dos Regimes de Acumulação.....	23
1.3. Juventude e Sociedade Moderna.....	31
1.4. Utopia e Sociedade Moderna.....	38
1.4.1. Mannheim e Utopia.....	39
1.4.2. Ernst Bloch e a Utopia.....	42
1.4.3. Ideologia e Utopia.....	44
CAPÍTULO 02: OS MOVIMENTOS JUVENIS NOS ANOS DE	
1960.....	49
2.1. O Regime de Acumulação Extensivo-Intensivo.....	52
2.2. O Movimento Operário.....	56
2.3. Os Movimentos Juvenis.....	58
2.3.1. Juventude e Universidade.....	58
2.3.2. O Maio de 1968 na França.....	60
2.3.3. A Contracultura.....	68
2.4. O Fim de um Sonho? .....	73
CAPÍTULO 03: O MOVIMENTO ANTIGLOBALIZAÇÃO.....	80
3.1. O Regime de Acumulação Integral.....	84
3.2. O Estado Neoliberal.....	87
3.3 O Movimento Antiglobalização.....	91
3.3.1. Black Bloc e TAZ.....	95
3.3.2. O Fórum Social Mundial.....	98
3.4. Tendências do Movimento Antiglobalização.....	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
REFERÊNCIAS.....	109

## INTRODUÇÃO

No final do ano de 1999, durante uma reunião da Organização Mundial do Comércio, em Seattle (Estados Unidos), ocorreram grandes manifestações na cidade, que foram violentamente reprimidas pela polícia. Tudo foi noticiado pela mídia, que estava lá para cobrir o evento. Assim, o mundo presenciou o ressurgimento das grandes manifestações e, como no Maio de 1968, com grande participação de jovens e estudantes. A partir dessa data, várias manifestações semelhantes ocorreram em Praga, Gênova e Davos.

Estas manifestações surgiram num momento em que os ideólogos do capitalismo ainda comemoravam a vitória sobre o “socialismo”. O neoliberalismo estava em expansão e todos os países do mundo estavam se integrando ao comércio mundial através da globalização. Contudo, para uma grande parcela da população mundial, inclusive dos países centrais, a globalização e o neoliberalismo eram vistos como os responsáveis diretos pela perda de postos de trabalho, aumento da miséria, da concentração de renda, etc. Portanto, era necessário barrar este evento como forma de se buscar uma alternativa. Para os indivíduos dos países centrais, isso significava voltar ao regime de acumulação anterior, o extensivo-intensivo, que criou garantias sociais com o Estado Integracionista. Já para os indivíduos dos países do bloco subordinado, a luta era contra a globalização e o neoliberalismo que deteriorava as precárias condições de vida que a maioria da população destes países se encontrava. Não se almejava um retorno ao Estado Integracionista, tendo em vista que este não existiu nos países do bloco subordinado, e também tendo em vista que os efeitos da chamada globalização já eram sentidos há muito tempo - desde o momento em que o capital transnacional se fixara nestes Estados.

Se em grande parte do planeta existia um sentimento de que algo precisava ser feito para barrar essa ofensiva do capital, notava-se que essa posição era formada por

indivíduos de várias tendências: desde moderados socialdemocratas até radicais anarquistas. Estes ganharam destaque com um grupo chamado black bloc, devido a suas ações contra os símbolos do capitalismo, além do próprio enfrentamento das forças policiais.

Diante disso, surgiu a ideia de realizar uma pesquisa sobre o movimento antiglobalização, abordando também a questão da juventude e da utopia. A juventude teve um papel destacado nas manifestações antiglobalização, e, assim como o Maio de 1968, foi um movimento que teve origem nas universidades, ganhando posteriormente as ruas. Aos olhos do mundo, parecia que os estudantes queriam mudar o mundo, contudo, onde estaria a classe trabalhadora que, segundo Marx (2011), possui a missão histórica de transformar a sociedade?

A juventude é a fase onde o indivíduo está se preparando para assumir os papéis da vida adulta. Porém, ao mesmo tempo, os jovens rejeitam esses papéis. Mas qual o caráter desta rejeição? Eles buscam combater o neoliberalismo e a globalização por estes fecharem postos de trabalho? Ou eles veem uma oportunidade de se buscar algo mais amplo, como uma revolução? E como os estudantes fariam uma revolução, tendo em vista que o seu “trabalho” não é essencial para a sociedade capitalista? Uma greve de estudantes, caso não tenha adesão da classe trabalhadora, não consegue parar uma sociedade. Contudo, ainda assim, os movimentos juvenis tiveram uma participação ativa nos movimentos sociais desde a segunda metade do século XX (GROPPO, 2000).

Desta forma, um problema se apresenta à participação de jovens e estudantes nos movimentos sociais, diferentemente do que tradicionalmente ocorrera nas lutas da classe operária. Nestas, independentemente da faixa etária dos operários, as reivindicações relacionavam-se às melhorias das condições de trabalho e a melhores salários. Em alguns casos, tais lutas culminaram na busca por uma transformação social. Isso pode ser exemplificado por experiências históricas, tais como a Guerra Civil na França (MARX, 2011), a Revolução Russa (HOSBAWM, 1998), entre outras.

A presente dissertação está estruturada em três capítulos. O primeiro é predominantemente teórico e, inicialmente, busca analisar a sociedade capitalista, as suas contradições e como seu crescimento geram crises que abrem possibilidades para a

transformação social. Assim, analisaremos as transformações dentro da sociedade capitalista a partir dos seus “regimes de acumulação” (VIANA, 2009), e como as crises desses regimes abrem possibilidades para a ascensão das lutas contra o capitalismo, ao mesmo tempo em que a burguesia cria novas formas para exercer sua dominação com a modificação das relações de trabalho, do Estado e das relações internacionais.

Ainda neste primeiro capítulo, discutiremos também o conceito de juventude – uma categoria social que, desde a Segunda Guerra Mundial, ganhou destaque em relação à participação em movimentos sociais (GROPPO, 2000). Para tanto, discutiremos as teorias sobre a juventude desde Mannheim (1972), com a ideia de juventude como renovação da sociedade, até Viana (2012), com o conceito de ressocialização. Além disso, analisaremos o conceito de utopia que, segundo Bloch (2005), constitui a motivação para a transformação social. Contudo, é necessário pontuar que existe uma imprecisão na palavra “utopia”, tendo em vista que geralmente ela é entendida como algo fora da realidade. Geralmente, algo denominado “utópico” adquire o sentido de “sonhador”. E, nessa concepção, os sonhos, como tais, estariam fora do nosso alcance no sentido de modifica-los. Nesse sentido, ao acordarmos, o sonho desaparece e apenas alguns fragmentos resistem em nossa memória. Mas será que os sonhos estão fora do alcance da realidade e, esta não pode ser modificada pelos sonhos de uma vida melhor?

Já no segundo capítulo, discutiremos a ascensão dos movimentos juvenis a partir da crise do regime de acumulação intensivo-extensivo, na década de 1960. Tal momento é caracterizado pela emergência das lutas nos países centrais, quando os estudantes tomaram as ruas em Paris, Los Angeles, Berlim, etc. Tais estudantes tinham como reivindicação as reformas nas universidades, mais liberdade, além de contestarem sua preparação de papéis na sociedade a partir do modo de vida burguês. Estes movimentos surgiram de forma espontânea no meio estudantil, mas se expandiram para a sociedade. Ao mesmo tempo, a classe trabalhadora, protagonista de revoltas no passado, inicialmente apenas assistira as manifestações dos estudantes. Explicar tal passividade contribui para a compreensão da dinâmica das lutas nos anos 1960, tendo em vista que a classe trabalhadora dos países centrais, segundo Bihl (2012), aderira a uma perspectiva reformista. Os sindicatos estavam integrados ao Estado e, durante um momento de crise,

quando se abre a possibilidade de uma transformação, estes sindicatos tentam barrar o movimento da classe trabalhadora.

Por fim, no terceiro e último capítulo, discutiremos o objeto de nossa dissertação: o movimento antiglobalização. Para entendermos este movimento é necessário compreender o regime de acumulação integral (VIANA, 2009) e seus efeitos na sociedade. A combinação da denominada globalização e o Estado neoliberal foram vistos como os responsáveis pela reestruturação produtiva, que eliminou postos de trabalho nos países centrais, bem como as políticas neoliberais, que corroeram as conquistas sociais que os trabalhadores dos países centrais tinham conseguido.

Nos países subordinados, o regime de acumulação integral manteve uma realidade que existia antes: a exploração dos trabalhadores, os poucos direitos sociais e a mínima assistência prestada pelo Estado. Nestes países a perspectiva da formação de blocos econômicos, como a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), vislumbrava que o império Norte Americano estendesse suas garras, e a dominação e subjugação desses povos seria uma realidade mais presente.

Desta forma, surgiram movimentos que contestavam a dita “globalização neoliberal”. Movimentos que atacavam as reuniões de cúpula dos países centrais com a reivindicação de conseguirem espaço e terem o direito de participar das decisões a serem tomadas. Ao mesmo tempo, estas manifestações foram um espaço onde grupos mais radicais puderam expressar suas posições políticas. Os Black Bloc, grupos autonomistas, marxistas radicais, deixaram bem claro suas posições anticapitalistas e, nas manifestações, destruíam lojas e bancos, como um ataque aos símbolos do capitalismo. No bojo dessas manifestações, tivemos a formação do Fórum Social Mundial, com a perspectiva de aglutinar todos os movimentos a fim de unificar as agendas, surgindo o slogan “um novo mundo é possível”. Contudo, tanto as manifestações, quanto o fórum, entraram em refluxo, tornando necessária uma análise desses movimentos, suas implicações e, principalmente, dos rumos que os movimentos sociais tomariam dali em diante. Sobretudo o papel dos movimentos juvenis na contestação da sociedade capitalista.

**CAPÍTULO 01:**  
**CAPITALISMO, JUVENTUDE E UTOPIA.**

No final dos anos 1980, o mundo presenciou o fim da União Soviética – considerada líder do chamado bloco “socialista”. O termo “socialista”, utilizado nesse caso, foi discutido por muitos autores, que questionaram se de fato o regime soviético configuraria um socialismo. Isso porque o socialismo para Karl Marx (2011) seria a destruição da sociedade capitalista e, o que aconteceu na antiga URSS, não foi exatamente isso, mas sim a constituição do que foi denominado por Pannekoek (1997) como um capitalismo de estado. O termo “capitalismo de estado” expressa melhor o regime soviético tendo em vista que nele a burocracia se tornou burguesia de Estado, havendo uma fusão entre a atividade especializada da burocracia (direção das instituições/organizações burocráticas) e da burguesia (gerenciadora do capital e da acumulação). Neste mesmo contexto do fim da URSS, a democracia neoliberal tornou-se hegemônica. Alguns ideólogos, tais como Fukuyama (VIANA, 2009), defenderam que este momento configuraria o fim da história. O capitalismo, segundo as análises dominantes, derrotava o socialismo (capitalismo estatal) e sinalizava a entrada numa era de paz. O lado mais visível do conflito foi a Guerra Fria e, sem o inimigo e a possibilidade de conflito armado, o mundo entraria numa era prosperidade, sem barreiras. O capital poderia se desenvolver e levar progresso para as regiões “atrasadas” do planeta.

Neste contexto, surgiu a chamada “globalização” que, segundo seus defensores, aumentava o comércio entre os países, promovendo um “mundo sem barreiras”; e, assim, ainda de acordo com os seus ideólogos, promoveria também o crescimento no conjunto das nações. Nesse sentido, no mercado mundial, cada nação venderia suas mercadorias e compraria de outras, fomentando o seu desenvolvimento e o de outras nações. Contudo, o que aconteceu na prática foi que a globalização aumentou a diferença entre ricos e pobres, além de gerar desemprego em países centrais e do bloco subordinado. A globalização engloba a ideia de diminuição do papel do estado, o fim do Estado-nação, a internacionalização da moeda, etc. Nesse sentido, o termo “globalização” oculta uma forma de dominação dos países centrais em relação aos países subordinados. Por isso, o

termo correto para expressar tal realidade seria “neoimperialismo” (HARVEY, 2011, VIANA, 2009).

Os países imperialistas precisam de fornecedores de matérias-primas e de mercados consumidores para seus produtos industrializados. Com o passar do tempo e, com as mutações do capitalismo, novas necessidades do capital surgiram, e as contradições se avolumaram. A partir das mudanças de meados dos anos 1980, a situação piorou e a prometida “prosperidade” se viu diante do fechamento de fábricas, sendo transferidas para os países subordinados, onde o capital conseguia recrutar uma força de trabalho barata. Assim, com o fechamento de fábricas nos países centrais, o desemprego aumentou e os governos se viram diante de protestos.

Diante desta crise surgida no fim da década de 1990, reemergiram os movimentos de contestação, ganhando destaque o chamado “movimento antiglobalização”. Tal movimento reproduziu o discurso dominante que interpretava as mudanças nas relações internacionais como sendo constituída pela “globalização” – vista como a principal causa dos problemas enfrentados pelos países. Este movimento organizou protestos nas reuniões do G8 – grupo dos países mais ricos –, bem como retomou o movimento estudantil que, desde o Maio de 1968 na França, andava um pouco apagado. Diante desse cenário, muitas questões foram colocadas, tornando necessário explicá-las, apontando também suas determinações fundamentais. Inicialmente, analisaremos a sociedade capitalista, já que a partir do estudo dos seus mecanismos de funcionamento, encontraremos respostas para a gênese dos problemas surgidos nesta sociedade. Segundo Marx (1978), a sociedade capitalista se caracteriza pela utilização do trabalho livre, onde o trabalhador não é mais servo ou escravo. Ele é livre do ponto de vista jurídico, mas não detém os meios de produção, que pertencem aos detentores do capital, a burguesia. Logo, este trabalhador “livre” se vê obrigado a vender sua força de trabalho no mercado e, por ela, o burguês paga um valor determinado de salário. Este trabalhador recebe uma parte do que produz, mas não a totalidade. Há, portanto, uma diferença entre o que se produz e o que se recebe, o que significa que o operário produz um excedente apropriado pela classe capitalista. Tal excedente, Marx (1978) denominou de “mais valor”. Assim, o trabalho juridicamente livre da sociedade capitalista esconde a exploração através desse mecanismo. Desse modo, a sociedade capitalista, que tem como uma de suas bandeiras a liberdade e a democracia, é uma marcada pela contradição. Isso porque a classe detentora

dos meios de produção, para manter sua condição de classe, precisa da classe trabalhadora para esta realizar o processo produtivo, a fim de aumentar os seus lucros e manter o poder econômico e político. O Estado capitalista, denominado “democrático de direito”, também oculta seu caráter classista, tendo em vista que a burguesia detém o poder político e, a partir deste, cria mecanismos para restringir a participação das demais classes no processo eleitoral e, conseqüentemente, ascender ao poder.

A sociedade capitalista é marcada pela divisão de classes, possuindo duas classes fundamentais: o proletariado e a burguesia. A burguesia é a classe dominante, que explora o proletariado. Este processo de exploração gera uma luta entre estas duas classes (envolvendo também outras classes sociais, não fundamentais) que o movimento operário buscou, ao longo do tempo, superar. No século XIX, surgem organizações de trabalhadores, os sindicatos e partidos. Após a consolidação desse processo, o movimento socialista de inspiração marxista se dividiu em várias tendências, sendo as mais destacadas a socialdemocracia, o bolchevismo e o conselhismo. Embora as duas primeiras sejam divergentes, podemos dizer que apontam para uma organização burocrática, onde uma vanguarda conduz a classe operária, sendo que esta aponta para a sua auto-organização.

As transformações que o capitalismo passou após a II Guerra Mundial, principalmente a partir do estabelecimento do Estado de bem estar social nos países imperialistas, fez com que, nestes países, o movimento operário ligado aos sindicatos fosse incorporado à burocracia estatal. Como consequência, houve um refluxo do movimento operário. A crise deste regime de acumulação, tem como marco histórico o Maio de 1968, onde houve a ascensão do movimento estudantil como um dos protagonistas das revoltas. Tais revoltas encabeçadas pelos estudantes, contudo, não ocorreram apenas na França, mas também na Alemanha, Itália, Bélgica, dentre outros países. Além disso, com características diferenciadas, houve expansão do movimento estudantil em países não europeus, tal como o Brasil, cuja tônica do movimento estudantil era a luta contra a ditadura militar.

O movimento estudantil, no contexto descrito, colocou em questão o problema da sociedade no capitalismo. As chamadas rebeldias juvenis trouxeram a necessidade de se pensar o papel dos jovens na sociedade capitalista. Não somente em relação ao seu protagonismo em determinados momentos históricos, mas também em relação à

preocupação governamental voltada para a juventude. O medo da revolta juvenil, manifestado por diversos setores da sociedade, colocaram os jovens como objeto de diversas ciências e interpretações. O movimento antiglobalização, apesar de possuir uma composição social ampla, teve como um dos setores mais ativos, e com maior quantidade de participação, os jovens. Por isso, a questão da juventude no capitalismo em sua configuração contemporânea é fundamental para entendermos este movimento. .

Para compreender o movimento antiglobalização e a questão da juventude, julgamos fundamental discutir o conceito de utopia. A relação entre juventude e o novo, a utopia, é bastante comum. No caso da juventude mais ativista, seja a dos movimentos estudantis dos anos 1960, seja a do movimento antiglobalização, a questão da utopia está sempre presente. Por isso também abordaremos o conceito de utopia, buscando expor alguns autores que contribuíram com o assunto. O esclarecimento sobre este conceito pode colaborar com a compreensão destes movimentos, quais seus objetivos e se apontam para uma transformação social ou para reformas dentro do capitalismo.

## **1.1-Teoria do Capitalismo**

O nosso ponto de partida é a análise da sociedade capitalista, uma sociedade dividida em classes sociais, caracterizada pela exploração do proletariado pela burguesia, que, obviamente, tenta ocultar essa realidade. Segundo Fromm esta sociedade é caracterizada pelos seguintes aspectos:

1) a existência de homens política e juridicamente livres; 2) o fato de os homens livres (operários em geral) venderem o seu trabalho ao proprietário de capital no mercado de trabalho, mediante um contrato; 3) a existência do mercado de bens como mecanismo determinante dos preços e regulador da alteração na produção social; 4) o princípio de que cada indivíduo atua com o objetivo de conseguir uma utilidade para si mesmo, supondo-se contudo, que, por causa da ação competitiva de muitos, resulte a maior vantagem possível para todos (1970, p. 91).

Essa liberdade propalada, tal como colocado na citação acima, não corresponde à realidade. O ponto fundamental nesta sociedade o conflito, mais precisamente, a luta de classes, que se manifesta de forma específica no modo de produção capitalista. O capitalismo é marcado pela produção de mais-valor (MARX, 1978), o que revela a luta de classes cotidiana, e que gera outras manifestações das lutas de classes. Nas lutas cotidianas, a questão é a extração de mais-valor, onde a burguesia almeja aumentar tal

extração e o proletariado almeja diminuí-la. Quando as lutas operárias avançam, a disputa passa a ser pela manutenção ou abolição dessa forma de exploração. Partindo desta constatação, e considerando os clássicos da sociologia, podemos dizer que o positivismo de Durkheim (VIANA, 2006) e a sociologia tipológica de Weber contribuem muito pouco para a explicação do capitalismo. A sociedade capitalista sucedeu a sociedade feudal. E, apesar de elas diferirem entre si, de acordo com suas especificidades, possuem uma semelhança fundamental: ambas são sociedades classistas (VIANA, 2012). O feudalismo era constituído por duas classes sociais fundamentais: o detentor das terras, o senhor feudal, e os servos, explorados no feudo do senhor. O feudo era a unidade de produção deste modo de produção (JUNIOR, 1986), e a autoridade era exercida pela igreja. O feudalismo durou quase mil anos (JUNIOR, 1986) e o seu fim marcou a ascensão do capitalismo. A sociedade capitalista se caracteriza pela utilização de trabalho livre, diferente da servidão feudal. A classe detentora do capital, isto é, a burguesia, defendia que a sociedade, caracterizada pelo trabalho livre, deveria escolher a forma como o Estado seria administrado através da sua democracia. A partir das revoluções burguesas, o poder político saiu da mão da nobreza e passou para as mãos da burguesia. Diferentemente de como pensaram os filósofos do Iluminismo, a democracia burguesa se revelou como uma ditadura. Rosenberg (1986) demonstra como a ideia de democracia foi se transformando a fim de controlar a participação da classe operária e das demais classes exploradas do processo político, participando de forma marginalizada na democracia partidária.

Marx via a sociedade capitalista de uma forma diferente. Segundo McLellan (1975), este autor se inspirou em grande parte no filósofo Hegel, em especial na discussão sobre o método dialético, já que a dialética idealista hegeliana foi invertida por Marx, a partir do seu materialismo histórico. Segundo essa concepção, são as condições materiais de existência, entendido de forma ampla, ou seja, como modo de produção, que determinam uma sociedade e a consciência. Essa posição é oposta à dos filósofos idealistas, que pensavam que as ideias moveriam a história. Para Marx, o motor da história é a luta de classes. Toda sociedade tem suas forças produtivas, meios de trabalho e as formas de regularização:

O conceito de formas de regularização das relações sociais, que englobaria, tal como na concepção de Marx, o estado, as instituições estatais e privadas (escolas, igrejas, partidos, sindicatos, etc.), as normas legais (leis, direito, etc.), a sociabilidade, as ideologias e a cultura em geral etc. E buscam regularizar não só as relações de produção, como também o conjunto de relações sociais

derivadas do modo de produção, ou seja a si mesmas. Nas sociedades de classes, existem as formas estatais, o estado e suas instituições, e as formas privadas, de regularização da vida social (VIANA, 2007b, p. 74).

Assim, o que chamamos de sociedade é uma totalidade composta por modo de produção e formas de regularização, sendo que em determinadas sociedades existem mais de um modo de produção, embora em todas tenha um que seja dominante e determinante. A sociedade capitalista é uma sociedade dividida em classes, como as que a antecederam. No entanto, ela carrega características específicas, que a diferencia das demais. Inicialmente, observamos que esta sociedade contém uma divisão fundamental entre a burguesia e o proletariado. Estas são as classes sociais fundamentais dessa sociedade e existem em relação uma com a outra, estando em constante luta (MARX, 1998). Contudo, a classe que detém o poder, a burguesia, tenta ocultar o processo de exploração e dominação. É necessário entender a relação específica que constitui estas duas classes sociais fundamentais do capitalismo.

Como já apontado, a sociedade capitalista se caracteriza pelo trabalho livre, diferentemente do servo e do escravo. Porém, essa ideia de “liberdade” oculta o fato de que este trabalhador não possui os instrumentos de trabalho, já que ele é livre apenas juridicamente. Isso significa dizer que, apesar dos trabalhadores livres não serem constrangidos por uma força física para venderem sua força de trabalho, eles o fazem pela necessidade de sobrevivência.

Inicialmente, isso ocorreu com a expulsão dos camponeses de suas terras, que foram obrigados a ir para as cidades onde serviram como força de trabalho nas indústrias. A sua força de trabalho possui um determinado valor. Esta força de trabalho, como toda mercadoria, entra no mercado para ser comercializada, tendo um valor de uso e de troca. Ela é paga com um salário determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la. No caso, para produzir os bens necessários para sobrevivência do operário e sua família, no sentido de que ele possa trabalhar novamente e reproduzir sua prole, a futura força de trabalho (MARX, 1978). Além disso, o trabalho humano acrescenta valor às mercadorias. Uma madeira, por exemplo, possui, no mercado, um valor menor do que uma mesa. Porém, a força de trabalho se torna uma mercadoria, pois:

O valor da força de trabalho é equivalente ao valor dos meios de subsistência necessários à sua reprodução enquanto força de trabalho, enquanto indivíduo vivo, e estes meios necessários variam de acordo com o contexto sócio-cultural que vive o trabalhador (VIANA, 2008, p. 66).

Então o processo de produção o capitalista obtém lucro. Ele paga, em troca do usufruto da força de trabalho, durante a jornada de trabalho, um salário para o trabalhador. Assim, por exemplo, em uma jornada de trabalho de dez horas diárias, o trabalhador recebe apenas uma parte do que efetivou no processo de produção. Marx (1978) denominou mais-valor a diferença entre o que o trabalhador produz e o que ele recebe e nisto reside o elemento fundamental constituinte da sociedade capitalista: a exploração. Vemos que nesta sociedade o trabalho é desvalorizado, o trabalhador não detém os meios de produção. E, desse modo, há a alienação que ocorre quando o trabalhador é controlado e dominado pelo proprietário. E nesse processo o seu produto também passa por esse controle e dominação. Segundo Marx:

A alienação do trabalhador no seu produto significa não só que o trabalho se transforma em objeto, assume uma existência externa, mas que existe independentemente, fora dele e a ele estranho, e se torna um poder autônomo em oposição a ele; que a vida que deu ao objeto se torna uma força hostil e antagonica (MARX, 2002, p. 112).

Desta forma, os capitalistas controlam os trabalhadores, porém estes resistem a isso com faltas, retardando ou sabotando a produção, e buscando melhores condições de trabalho e salários. Os capitalistas buscam aumentar a produção, diminuindo os custos e os salários, para assim obterem mais lucro, pois a competição entre os capitalistas é constante e estes precisam que suas mercadorias sejam vendidas para completar o ciclo de valorização do capital. Isso gera uma acumulação deste capital – elemento fundamental para compreender a sociedade capitalista.

A competição entre os capitalistas na venda de seus produtos no mercado obriga-os a reduzir o preço de suas mercadorias. Para isso, ele precisa aumentar a produção, pois assim compensa a queda na taxa de lucro. Desse modo, o capitalista investe em máquinas e em operários, e assim:

O capital decompõe-se em duas partes. Uma é a parte investida em meios de produção, a outra em força de trabalho. Esta última é a parte variável do capital; aumenta de valor, uma vez que a força de trabalho é não só despesas, mas também criação de valor (novo). A outra parte representa o capital constante: este não varia, limitando-se a transmitir o seu valor ao produto-mercadoria fabricado. A relação entre capital constante e capital variável, chamada de composição orgânica do capital, é transformada pela evolução do capitalismo. A parte do capital variável tende – em valor – a baixar na proporção da do capital constante. Os equipamentos instalados e toda infraestrutura econômica desenvolve-se, enquanto que o papel da força de trabalho decresce. Essa modificação é de uma importância decisiva para o movimento de valorização (BARROT, 1977, p. 62).

A relação entre capital constante e capital variável determina a composição orgânica do capital (VIANA, 2008). Quando o capitalista investe em meios de produção que só reproduzem o valor, há um aumento da composição orgânica do capital. Assim, o capital constante aumenta em relação ao capital variável, ou, em outros termos, trabalho morto aumenta em relação ao trabalho vivo. Desse modo, a taxa de lucro cai e surge a necessidade de se ampliar a produção, o que provoca crises de superprodução.

Outro elemento da sociedade capitalista é a existência de um Estado democrático, no qual, em tese, todos os cidadãos têm os mesmos direitos. Porém, como discutimos anteriormente, a sociedade capitalista é uma sociedade dividida em classes que se encontram em oposição. O papel do Estado, nesse sentido, seria o de mediar este conflito. Segundo os filósofos iluministas, o Estado deve ser gerido pelo povo, a partir de seus representantes eleitos. Esta democracia burguesa sucedeu as monarquias na Europa, onde o poder era herdado e vitalício. Assim, a burguesia, ao chegar ao poder, estabeleceu um regime caracterizado pela representação democrática. Contudo, tal democracia mascara a hegemonia exercida pela burguesia, criando mecanismos de dificuldade de participação da classe operária.

Para se manter no poder, a classe burguesa precisa fazer com que seus interesses particulares apareçam como se fossem interesses universais. Ou seja, ela precisa fazer com que as demais classes, espontaneamente, aceitem o regime por ela instituído. E desse modo chegamos a outro conceito fundamental de Marx: o de ideologia, que busca justificar e naturalizar a ordem existente. Assim,

A ideologia é, portanto, uma falsa consciência sistemática da realidade. Ela surge com o processo de divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual, tal como colocou Marx e Engels. O ideólogo, pode se lançar ao mundo das ideias e constituir um edifício gigantesco que é de difícil acesso para aqueles que não possuem tempo para se dedicar aos estudos e pesquisas para compreender o discurso ideológico (VIANA, 2010, p. 26-27).

Uma sociedade dividida em classes, na qual uma classe explora a outra e se apropria do excedente produzida por esta, permite a separação entre trabalho manual e intelectual. Os especialistas no trabalho intelectual, liberados do trabalho manual, dedicam-se exclusivamente à produção intelectual, encarregando-se, geralmente, em elaborar um discurso que legitima a ordem existente. Isso ocorre tanto em aspectos mais gerais, legitimando a sociedade como um todo, ou suas principais instituições, bem como em aspectos mais específicos. Um exemplo disto é a discussão sobre a diminuição da

maioridade penal no Brasil, que, para alguns ideólogos, seria a solução para o problema da violência juvenil, sem discutir outras questões. Isso porque discutir questões que remeteriam às verdadeiras causas da violência juvenil significaria apontar os interesses da classe dominante, bem como discutir soluções distintas e indesejadas por esta classe, tal como “distribuição de renda” (numa concepção que não apresenta a ideia de ruptura com o capitalismo).

Em suas pesquisas, Marx (1978) buscou analisar a essência da sociedade capitalista. Para ele era necessário compreender os mecanismos utilizados pela classe dominante ao explorar as demais classes, além de compreender como seria possível sua superação. Ou seja, como a principal classe explorada, o proletariado, poderia realizar a transformação social. Para tanto elaborou o método dialético, como caracterizado a seguir:

O verdadeiro método dialético só se manifesta quando se parte da perspectiva do proletariado e tal perspectiva exige o método dialético, pois esse é o método que permite o desenvolvimento de uma consciência correta da realidade, que é do interesse do proletariado, e que permite reconhecer a historicidade do modo de produção capitalista com suas contradições e tendência de decomposição e transformação em outra forma de sociedade (VIANA, 2007, p. 88-89).

Diferentemente do que se entendia como dialética na antiguidade, isto é, a arte do diálogo (MORA, 1993), a dialética de Marx parte da totalidade e da perspectiva do proletariado como condição de possibilidade para se chegar à verdade. Isso é coerente com o materialismo histórico, no qual as ideias, representações, e concepções em geral, não são produtos inatos das mentes humanas, mas sim produtos históricos e sociais vinculados a interesses, valores, etc. E isso não poderia ser diferente com o método dialético.

O trabalho na sociedade capitalista produz mercadorias, utilizadas pelas pessoas a fim de satisfazer suas necessidades. Por isso elas possuem valor de uso. Um alimento que mata a fome, uma roupa que serve de vestuário, etc. possuem valores de uso. Além disso, essa mercadoria pode ser trocada por outras mercadorias. Mas uma mercadoria não é qualquer produto, já que ela não possui apenas valor de uso, mas também valor de troca. Ela é produzida não para seu produtor utilizá-la, mas sim para trocá-la, isto é, vendê-la no mercado. Desde a antiguidade existe produção de mercadorias. Contudo, na sociedade capitalista a produção de mercadorias se torna o centro do processo de produção (MARX,

1978). A determinação do valor das mercadorias é realizada pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la.

Depois de estabelecido o valor da mercadoria, se faz necessário identificar o papel que o trabalhador exerce neste processo. O capitalista, para produzir algo, precisa de matérias primas, instrumentos, maquinário e trabalhadores (para executar as tarefas). Na sociedade capitalista o trabalhador é livre. Contudo, ele não detém os meios de produção, que estão com os capitalistas. Por isso, o trabalhador se vê obrigado a vender sua força de trabalho ao capitalista.

O valor da força de trabalho é determinado, como no caso de todas outras mercadorias, pelo tempo de trabalho socialmente necessário à produção, e conseqüentemente também a reprodução, desse artigo especial... Em outras palavras, o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessário à manutenção do trabalhador (MARX, 1978, p.72).

Se receber o necessário à sua sobrevivência, o trabalhador produz um excedente, denominado como “mais-valor” por Marx, que é a diferença entre o que o trabalhador produz e o que recebe. Assim, se um trabalhador trabalha em uma jornada de oito horas diárias, seu salário equivalerá a uma fração destas horas, o resto é apropriado pelo capitalista.

## **1.1. Teoria dos Regimes de Acumulação**

Karl Marx viveu no século XIX, uma época em que o capitalismo industrial começava a se consolidar nos países que inicialmente desenvolveram este modo de produção. Nesse momento, extensas jornadas de trabalho sacrificavam os trabalhadores e, assim, começou a surgir o movimento socialista. A sua primeira manifestação foi chamada por Marx de “socialismo utópico”, que seria substituído posteriormente pelo “socialismo científico” (MARX, 1998). No século XX, esse capitalismo sofreu mudanças. Nos países centrais emergiu uma sociedade de consumo onde os trabalhadores tinham seus direitos trabalhistas regulados. Já os países subordinados, que anteriormente apenas forneciam matérias primas para os países centrais, começavam a se industrializar.

Vejamos essa passagem sobre a característica do capitalismo no século XIX na Europa:

O elemento mais característico do capitalismo no Século XIX foi, antes de tudo, a exploração impiedosa do trabalhador; acreditava-se ser uma lei natural ou social que centenas de milhares de trabalhadores vivessem a ponto de morrer de fome. Supunha-se que o dono do capital procedia de forma normalmente correta se, em busca de ganho, explorava ao máximo a mão-de-obra por ele alugada (FROMM, 1970, p. 91).

Esta forma de trabalho, caracterizada pela extração da mais valia absoluta, ou seja, a exploração do trabalho em longas jornadas (MARX, 1978), não deixou de existir no século XX, mas foi transferida para os países subordinados (COSTA, 1997).

Estes exemplos deixam evidente que o capitalismo, desde o seu surgimento, sofre mudanças. Tais mudanças foram nomeadas por alguns autores como uma sucessão de regimes de acumulação. Segundo Harvey:

Um regime de acumulação descreve a estabilização por um longo período, da alocação do produto líquido entre consumo e acumulação; ele implica alguma correspondência entre as transformações tanto de produção como das condições de reprodução de assalariados (2000, p. 117).

Este conceito, segundo o próprio autor, é retirado da Escola de Regulamentação e tem como foco a organização do trabalho e o consumo. Além disso, este conceito também considera uma estabilidade por um período muito longo, se esquecendo que no processo de produção capitalista existem resistências, greves, repressão estatal, etc. Desta forma, o conceito de Harvey nos parece incompleto.

Segundo Viana (2009), um regime de acumulação é um determinado estágio do desenvolvimento capitalista, com uma determinada forma de organização do trabalho, forma estatal e forma de exploração internacional. Nesse sentido, é possível periodizar a história do capitalismo a partir da evolução dos regimes de acumulação. Considerando que nosso objetivo é analisar tão-somente o atual regime de acumulação, não desenvolveremos as características de cada regime. Ou seja, apenas faremos alguns apontamentos históricos, focalizando sobre o atual regime de acumulação e sobre aquele que o antecedeu, já que é importante para o processo explicativo.

“Trabalho” pode ser definido como toda atividade humana com o fim de manter sua sobrevivência, independente da sociedade ou época. Logo, o trabalho humano se caracteriza por ser a atividade criativa do homem. Contudo, o trabalho na sociedade capitalista é caracterizado, como dito anteriormente, por ser alienado. Isso porque o trabalhador não controla sua atividade e o seu produto é apropriado pelo capitalista, restando ao trabalhador uma parte mínima que garante a sua sobrevivência. Assim,

concluimos que o trabalho na sociedade capitalista tem características particulares. Descreveremos tais particularidades tendo como base a teoria de Marx. Uma das características do trabalho alienado sob as relações de produção capitalista é que ele produz mais-valor, como já colocado.

Diante desta exploração, os trabalhadores buscam meios de melhorar sua condição por meio de sabotagens, greves, etc. Isto é, a partir de mecanismos que pressionem os capitalistas a lhes darem melhores condições de trabalho e salários mais justos. Por isso, no século XIX surgiram greves que reivindicavam menores jornadas, já que era comum jornadas de trabalho de 12 a 16 horas (HOBSBAWM, 1998a). Devido à pressão dessas lutas e greves, os capitalistas reduziram as horas. No entanto, ao mesmo tempo, eles compensaram tal conquista introduzindo o taylorismo (ANTUNES, 1999). O objetivo era compensar a perda de horas a partir da intensificação do trabalho em um tempo menor.

Nesta luta entre operários e capitalistas, estes foram obrigados a desenvolver novas formas de organização do trabalho, buscando, por um lado, fazer concessões aos trabalhadores a fim de frear seus movimentos e, por outro lado, manter a extração do mais-valor. Surge, assim, a “administração científica do trabalho” que teve como primeiro ideólogo F. W. Taylor (ANTUNES, 1999). O taylorismo buscava intensificar o trabalho para compensar uma jornada de trabalho menor (conquistada pela luta operária). Posteriormente, nos Estados Unidos, houve o surgimento do fordismo, uma variação do taylorismo. Em essência, o fordismo buscava uma maior produtividade, por meio da adoção da produção em série e a fragmentação do trabalho, onde o trabalhador realiza uma única tarefa no processo produtivo. Por fim, no regime de acumulação integral, temos o surgimento do toyotismo (ou modelo japonês). Este se caracteriza por uma organização mais “flexível” do trabalho, onde as condições do trabalhador se tornam inflexíveis, abrigando terceirizações, subcontratações e contratos temporários de forma a atender a nova fase da competição capitalista.

Os trabalhadores estão em constante luta contra os capitalistas, embora também exista competição entre os próprios trabalhadores, bem como entre os próprios capitalistas. Isso faz com que, de um lado, os trabalhadores pressionem por melhores salários e jornadas menores, e, por outro, outros capitalistas busquem inovações tecnológicas a fim de obter vantagens competitivas no mercado (preço, qualidade, etc.).

Diante disto, o capitalista é obrigado a aumentar a produção, pois vendendo mais, ele compensa a taxa de lucro menor.

Essa competição leva o sistema a crises que são resolvidas com a passagem para outro regime de acumulação. Segundo Harvey:

As crises são, de fato, não apenas inevitáveis, mas também necessárias, pois são a única maneira em que o equilíbrio pode ser restaurado e as contradições internas da acumulação de capital, pelo menos temporariamente, resolvidas. As crises são, por assim dizer, os racionalizadores irracionais de um capitalismo sempre instável (2011, p. 65).

E, assim, diante da crise, se abre a possibilidade de revolução. Mas, para impedir tal acontecimento, o capital, amparado pelo Estado, busca estabilizar a sociedade e reprimir os movimentos contestatórios.

Em cada regime de acumulação, uma determinada forma de organização do trabalho se torna hegemônica, derivada das lutas de classes existentes. Nesse sentido, o taylorismo foi substituído pelo fordismo, que antecede a forma de organização do trabalho hegemônica no capitalismo contemporâneo (o regime de acumulação integral), o toyotismo.

O Estado capitalista é caracterizado, na maioria das vezes, pelo regime democrático. Contudo, essa democracia, que na teoria seria o “governo do povo”, esconde a hegemonia de uma classe, a burguesia (VIANA, 2003). Ela se caracteriza por ser uma ditadura velada (quando existem eleições) ou uma ditadura aberta, como ocorreu no Brasil no período de 1964 a 1985, na qual a restrita participação das classes no processo político é negada. Desta forma, a democracia oculta a hegemonia burguesa e em momentos de crise econômica, que exigem arrocho da classe operária, recorre-se a regimes ditatoriais com o intuito de reprimir o movimento operário.

Nesse sentido, o Estado reproduz as contradições da sociedade capitalista. Nos países imperialistas, devido às greves e ao movimento organizado dos trabalhadores, os governos se viram obrigados a colocar em funcionamento leis que garantissem os direitos dos trabalhadores. Eles fizeram isso com o intuito de, com estas concessões, satisfazer as necessidades dos trabalhadores.

Em cada regime de acumulação, uma determinada forma estatal se torna generalizada, embora com diferenças entre países de capitalismo imperialista e de países de capitalismo subordinado. Depois do Estado liberal, é possível identificar a emergência

do Estado liberal-democrático e, após ele, do Estado integracionista (keynesiano ou do “bem estar social”). Este último foi dominante no regime de acumulação intensivo-extensivo, no período que vai do final da Segunda Guerra Mundial até o início dos anos 1980, quando emerge o Estado neoliberal, ligado ao regime de acumulação integral, atual regime de acumulação.

Na Europa e nos Estados Unidos, após a II Guerra Mundial, surgiu o Estado integracionista, conhecido também como Estado de bem-estar social. Este se caracterizava por buscar atender as necessidades do capital no novo contexto da luta de classes. Para isso, o Estado lançava mão de ideias keynesianas, a fim de legitimar ações que controlariam os interesses do capitalismo (MOGGRIDGE, 1976). E, assim, o Estado integracionista poderia subsidiar e integrar a classe trabalhadora na sociedade de consumo. Este modelo funcionou nos países europeus, e Estados Unidos, até a década de 1960, quando entrou em crise. Desta crise emergiu o Estado neoliberal

O termo “neoliberal” foi elaborado por Frederick Hayeck (WANWRIGHT, 1998). Tal configuração estatal se estabelecerá, contudo, a partir do regime de acumulação integral. Para Hayeck, o mercado ser livre e não seria seu papel intervir nas desigualdades sociais. O Estado neoliberal veio para desmontar o aparato do Estado de bem-estar social, a partir do discurso do “Estado mínimo”. Segundo Viana:

O Estado Neoliberal é a forma estatal necessária ao novo regime de acumulação, o regime de acumulação integral, que é um complemento necessário ao processo de reestruturação produtiva e alteração nas relações internacionais e que se caracteriza por conter os gastos estatais, desregular o mercado e flexibilizar as relações de trabalho, subsidiar o capital oligopolista e aumentar a política de repressão e vigilância social (2009, p. 87).

Desta forma, como já mencionado, o Estado neoliberal veio para desmontar o aparato social que existia nos países imperialistas, almejando generalizar sua existência ao apelar sua expansão aos países subordinados.

As três características que compõem um regime de acumulação são interligadas. Já abordamos as relações de trabalho e a forma estatal; a última a ser abordada é a exploração internacional. A imposição do Estado neoliberal foi possível devido a uma nova forma de exploração internacional, o neoimperialismo, mais conhecido como globalização. Segundo Viana,

O neoimperialismo trata-se do imperialismo da época da acumulação integral. Ele cumpre o papel de generalizar a busca de acumulação integral em todo mundo e reproduzir o processo de exploração intensificado nas relações internacionais, o que é complementar, pois quanto maior é a exploração nos países de capitalismo subordinado, maior é o quantum de mais-valor produzido, o que possibilita, por sua vez, um maior índice de transferência de mais-valor dos países subordinados para os países imperialistas. Em outras palavras, quanto maior a exploração nacional dos trabalhadores, maior a possibilidade de exploração ampliada internacional de nações. Por conseguinte, a generalização mundial do neoliberalismo e da reestruturação produtiva são partes da estratégia do capital visando combater a queda da taxa de lucro (2009, p. 104).

O capitalismo pressupõe a concorrência entre as empresas. Contudo, o grande capital leva vantagem neste processo, pois tem condições de produzir em grande escala, diminuindo o preço e de buscar matérias primas mais baratas. Ou seja, tem melhores meios para vencer a competição com outros capitalistas. Desta forma, o sistema tende a formação de oligopólios – que seria o contrário de concorrência. Daí a necessidade de dominar outros países, inicialmente como fornecedores de matérias-primas e consumidores de produtos industrializados, ou seja, trocar menos trabalho por mais trabalho.

Esta competição levou a uma divisão do mundo entre as potências imperialistas que, depois de duas guerras mundiais, se viram obrigadas a mudar a forma de exploração dos países subordinados. A elevação dos custos de produção nos países centrais, e a concorrência com o capitalismo de Estado da URSS, fizeram com que as potências buscassem uma forma de manter o controle sobre estes países mesmo após movimentos de libertação.

Assim, estas potências começaram a exportar capital, que fez com que houvesse o aceleração do processo de industrialização em vários países. Um exemplo é o próprio Brasil que, após a Segunda Guerra, intensificou seu processo de industrialização de forma rápida, mas dependente do capital e da tecnologia estrangeira.

Durante esta industrialização, foi imposto aos países subordinados uma forma de acumulação mais predatória (COSTA, 1997) ou fordismo incompleto (CATTANI, 1997) que, através de um regime autoritário, barateou o valor da força de trabalho, eliminou o movimento sindical e não regulamentou a remessa de lucros do capital estrangeiro. Por isso foi possível existir um Estado integracionista nos países centrais, já que a exploração foi migrada para os países subordinados.

A competição entre os Estado-nações é a competição entre empresas capitalistas oligopolistas, já que o Estado é seu aparato, sua associação utilizada para defender seus interesses. No século XIX, o resultado desta competição gerou o imperialismo (EATON, 1965). As grandes empresas nacionais, após obterem o monopólio em seus mercados domésticos, partem para a exploração de mercados no exterior. O imperialismo marca uma fase do capitalismo onde os países centrais recebiam matérias primas de países subordinados e obrigavam estes a comprar exclusivamente deles. Isso gerou uma divisão do mundo entre potências capitalistas, culminando nas duas guerras mundiais. Bismark, um líder Alemão, falava que se os produtos não atravessavam as fronteiras, atravessavam-nas os soldados (HOBSBAWM, 1998a). Contudo, após as guerras mundiais, vimos uma mutação na forma de dominação. As indústrias foram transferidas para países que antes não tinham um parque industrial desenvolvido (COSTA, 1997). E isso marca a ascensão de um novo regime de acumulação.

Partindo da definição de “regime de acumulação” de Viana (2009), mencionada anteriormente, apresentaremos a discussão sobre os regimes de acumulação do modo de produção capitalista, considerando a Europa Ocidental e os demais países imperialistas. De acordo com Nildo Viana (2009, p. 34),

Depois da acumulação primitiva do capital, tivemos o regime de acumulação extensivo (que durou desde o período da revolução industrial até o final do século XIX); o regime de acumulação intensivo (vigente do final do século XIX até o fim da Segunda Guerra Mundial); o regime de acumulação intensivo-extensivo (que vai do Pós-Segunda Guerra Mundial até o final do século XX); o regime de acumulação integral (que vai do século XX até a atualidade).

Contudo, devido ao interesse específico de nosso trabalho, focaremos apenas nos regimes de acumulação intensivo-extensivo e no seu sucessor, isto é, no regime de acumulação integral. O regime de acumulação intensivo-extensivo se caracterizou pela organização do trabalho no modelo fordista, onde o trabalhador realizava apenas uma tarefa, com uma organização vertical do trabalho. Outras características deste regime de acumulação é a presença de uma sociedade de consumo, amparada pelo Estado de bem-estar social que fazia investimentos sociais e garantia direitos para os trabalhadores no bloco imperialista. No bloco subordinado, ocorria, no mesmo período, a extração de mais-valor absoluto, longas jornadas de trabalho com baixos salários (COSTA, 1997) e regimes ditatoriais para sufocar os movimentos oposicionistas.

Já o regime de acumulação integral vem acompanhado do toyotismo (ou “modelo japonês”) de organização do trabalho, que se caracteriza pela descentralização da produção, utilização de terceirização, impondo desemprego também nos países imperialistas, e, assim, igualando as condições nos dois blocos. Este regime veio acompanhado do Estado neoliberal que inicialmente privatiza as empresas estatais, e desregula a legislação trabalhista, flexibilizando-a para favorecer as novas formas de trabalho (terceirizado e ou temporário). Além disso, este estado reduz investimentos sociais, privatizando sistemas de saúde, seguridade e educação, o que acaba por aumentar as tensões na sociedade. O Estado neoliberal é mais repressivo que os demais, com o aumento da violência em todos os países do mundo capitalista.

A passagem do regime de acumulação intensivo-extensivo para o integral foi marcada, no bloco imperialista, por greves e revoltas, sendo o Maio de 1968 o momento mais expressivo. A queda na taxa de lucro, a crise do fordismo e do Estado de bem-estar social foram acompanhados por protestos em todos os países do bloco imperialista. Estes movimentos assumiram um caráter revolucionário, porém, a possibilidade de transformação social não se concretizou.

O regime de acumulação integral conseguiu certa estabilidade no sistema capitalista dos países imperialistas nas décadas de 1980-90. A exploração internacional permitiu que lucros obtidos nos países subordinados fossem transferidos para os países centrais. Contudo, houve um aumento do desemprego nos países imperialistas devido à transferência de suas indústrias para os países subordinados. Como consequência, ocorreram explosões de protestos em todo o mundo, principalmente nos países do bloco imperialista.

Os movimentos de 1968 são um indício da crise do regime de acumulação extensivo-intensivo e foram fortes nos países imperialistas, visto que nesta época muitos países subordinados, como o caso do Brasil se encontravam em regimes ditatoriais. Os efeitos da implementação do regime de acumulação integral nos países do bloco imperialista começaram a ser sentidos na década de 1990. Assim, em Seattle, no ano de 1999, eclodiram protestos contra a reunião do G8, grupo dos países mais ricos, incluindo a Rússia (LUDD, 2002).

Uma característica marcante destes movimentos foi a participação de jovens e estudantes. Ela está relacionada ao aumento da força dos movimentos estudantis e juvenis

ocorrida nos anos 1960. Outra característica destes movimentos é que eles foram espontâneos, surgindo fora do controle de partidos e sindicatos. Isso porque uma característica do capitalismo pós II Guerra, sobretudo dos países imperialistas, é o conservadorismo crescente dos sindicatos e partidos, que foram atrelados ao Estado, que foram utilizados como instrumento de controle do movimento operário. No entanto, apesar deste controle, as contradições da sociedade capitalista continuaram a existir e a cada regime de acumulação, há o aumento da exploração do proletariado, surgindo movimentos de contestação. Nestes movimentos, tivemos a participação de jovens e estudantes, que, retomando autores e ideias que andavam esquecidas, como o anarquismo e o conselhismo, produziram novas formas de mobilização.

Quando a Revolução Bolchevique triunfou na Rússia, ela tratou de esmagar a auto-organização do movimento operário, os *soviets*. Tragtenberg (2006, 2007) demonstrou como o bolchevismo disseminou sua influência ao bolchevizar os partidos políticos. Contudo, com a crise da URSS, e com a impossibilidade do próprio bolchevismo se mostrar como uma alternativa ao capitalismo, (tendo em vista que muitos militantes e intelectuais acusaram-no de implantar um capitalismo estatal), o espaço da influência soviética se torna cada vez mais restrito. O movimento revolucionário, em momentos de crise dos regimes de acumulação, retoma tanto as teses de Marx sobre a autogoverno dos produtores, quanto a de autores que continuaram estas teses, como Pannekoek e Korsch (VIANA, 2007b), além do ressurgimento do anarquismo, visto como outra alternativa política em relação à esquerda tradicional.

Nestes movimentos, além da participação de jovens, vemos retomadas as teses do marxismo revolucionário, o que coloca em questão a utopia que estes movimentos carregam. Por isso, passaremos a discutir sobre juventude e, posteriormente, discutiremos o conceito de utopia.

## **1.2. Juventude e Sociedade Moderna**

Na sociedade capitalista, é atribuído às classes exploradas o papel de buscar a transformação social. Assim, desde o século XIX, trabalhadores começaram a se organizar. Inicialmente reivindicando melhores condições de trabalho, tendo em vista que era comum jornada de trabalho de 16 horas e melhores salários. Nesse sentido, os

trabalhadores começaram a se organizar, inicialmente em sindicatos e, posteriormente, em partidos. Marx (1998), no *Manifesto Comunista*, deixa claro que os trabalhadores precisam se organizar para tomar o poder político da burguesia. No texto *A Guerra Civil na França* (MARX, 2011), ele observa a importância da auto-organização dos trabalhadores e que o fundamental é a destruição do sistema capitalista, com a construção de uma sociedade fundada no chamado “autogoverno dos produtores”. Portanto, Marx aponta que não se trata simplesmente de tomar o poder político, mas construir uma nova sociedade.

Assim, desde essa época, muitos movimentos de trabalhadores se organizavam pela via sindical ou formando partidos políticos. E, embora para o marxismo o fundamental seja a destruição do modo de produção capitalista, surgiu uma tendência que se tornou dominante, a socialdemocracia, que o bolchevismo. Mas, além disso, com a emergência da luta radicalizada dos trabalhadores, emergiu também uma tendência que seguia o pensamento de Marx.

A socialdemocracia teve Kautsky como um dos seus maiores teóricos (Mattick, 1988). O partido social democrata na Alemanha acreditava que, pela via eleitoral, o partido chegaria ao poder e a revolução seria feita de uma forma pacífica. Por ser mais numerosa, a classe operária tenderia a ganhar as eleições e, assim, se chegaria ao governo dos trabalhadores. Contudo, isso nunca se realizou na prática. Segundo Pannekoek (2007), a social democracia se aliou com a direita, e defendeu a guerra.

Já os bolcheviques, liderados por Lênin, defendiam a tese na qual um partido de vanguarda deveria tomar as rédeas da revolução e conduzir a classe trabalhadora. Tragtenberg (2007) e Viana (2007) discutem as teses do bolchevismo e o que eles fizeram concretamente na Revolução Russa. A vanguarda expressou um grupo de revolucionários profissionais constituídos como partido, e se apropriou do poder na Rússia. Uma vez no poder, só saiu com a derrubada do regime, no fim da década de 1980. Este regime foi denominado por Pannekoek (2007) e Viana (2007) como um capitalismo de estado, onde a burguesia foi substituída pela burocracia estatal. Nesse sentido, para os trabalhadores, restava a opressão nos moldes do capitalismo ocidental.

Por fim, os autores que seguiram de fato a tendência de Marx, no qual Pannekoek (2007), Korsch (1977), Mattick (VIANA, 2007) são os mais destacados, se opunham tanto ao bolchevismo como à social democracia. Eles defendiam a autogestão e auto-

organização dos trabalhadores como uma forma de se chegar à revolução. Contudo, estes grupos foram marginalizados dentro do marxismo, enquanto as correntes burocráticas possuíam uma forte hegemonia. Porém, estas vertentes do marxismo autêntico sempre vêm à tona, principalmente em momentos de crise em que a radicalidade exige uma ação mais firme dos grupos envolvidos. O Maio de 1968 é um exemplo disso, já que neste período as teses da autogestão foram retomadas pelos estudantes e trabalhadores.

Até este momento, desenvolvemos algumas questões antes de entrar no tema específico do tópico – o conceito de juventude. Isso foi feito porque uma característica dos movimentos pós II Guerra, no ocidente, é a forte presença de grupos estudantis. Como exemplo, há o Maio de 1968 e o próprio movimento antiglobalização. Além disso, temos atualmente, em Goiânia, um movimento estudantil que questiona o aumento da passagem de ônibus. E, embora esta pauta atinja a todos, inclusive os trabalhadores, é visível que as manifestações são compostas em sua maioria por jovens.

Desta forma, se faz necessário definir a juventude, a que grupo ela pertence e, diante disso, o motivo da contestação juvenil. Por outro lado, se faz notar o interesse do Estado em relação à juventude. Segundo Groppo:

Os nazistas pregavam claramente que queria da juventude (e dos líderes da juventude, incluindo os professores) uma integração militante ou ativa. Nos princípios da política nazista para a educação e juventude, segundo George L. Mosse, está a busca da cooptação da juventude e das novas gerações, deixando-se relativamente de lado as velhas gerações consideradas contaminadas por vestígios de liberalismo e até socialismo/comunismo (2000, p.159-160).

Nesse sentido, a juventude seria o ímpeto cultural do Terceiro Reich, e assim fica claro como o partido nazista mobilizou a juventude alemã e como esta foi uma das bases de sustentação do regime.

Assim, se faz necessário buscar uma definição de juventude. Neste caso, é útil observar como os sociólogos tratam o termo. Iniciaremos com as análises de Mannheim, passando por Lapassade (1974) até chegar a autores contemporâneos, como Groppo e Viana.

Mannheim (1972), no livro *Diagnóstico de Nosso Tempo*, esboça uma definição de juventude, inicialmente colocando a questão do conflito de gerações. Ele afirma que

Na sociedade moderna a juventude tem a função específica da mocidade é a de um agente revitalizante, é uma espécie de reserva que põe em evidência quando essa revitalização for necessária para ajustamento a circunstâncias em rápida mudança ou completamente novas (MANNHEIM, 1972, p50).

Ele coloca que a juventude não está completamente envolvida na ordem social, daí seu espírito aventureiro. Desta forma, ela estaria disposta a enfrentar com mais entusiasmos as novas situações do que as gerações mais velhas. Outro ponto debatido é se a juventude parte de uma perspectiva mais progressista ou conservadora, tendo em vista que socialmente o jovem é visto como progressista e o adulto, conservador. Para Mannheim (1972), o jovem ainda não tem direitos adquiridos e sua potencialidade estaria pronta para qualquer nova oportunidade. É necessário pontuar que o autor escreveu isso na época da ascensão do nazismo, devido à manipulação que os nazistas faziam com a juventude. Por isso, sua inserção em tal contexto pode ter colaborado para que ele tenha elaborado essa definição de juventude, que se assemelha a um vagão de trem que pode ser puxado para qualquer lado.

Segundo ele, na linguagem da sociologia, ser jovem significa, sobretudo, ser um homem marginal, em muitos aspectos um estranho no grupo (MANNHEIM, 1972). E mais adiante ele coloca que

Evidentemente esta situação de elemento estranho é somente uma potencialidade e, como eu disse, depende em grande parte das influências orientadoras e diretoras vindas de fora saber se essa potencialidade será suprimida ou se será mobilizada e integrada em um movimento (MANNHEIM, 1972, p. 53).

Outra obra importante para a discussão sobre juventude é o livro *A Entrada na Vida*, de Georges Lapassade (1974). Este livro foi escrito na década de 1960, no momento dos grandes movimentos contestatórios da sociedade capitalista. Nele, há uma discussão sobre o significado da juventude. O autor começa questionando o papel do adulto padrão na sociedade moderna:

O homem moderno aparece cada vez mais, em todos os planos da sua existência, como um ser inacabado. O inacabamento da formação tornou-se uma necessidade, num mundo marcado pela transformação permanente das técnicas, o que implica numa educação igualmente permanente (LAPASSADE, 1974, p. 16).

A ideia que se tem de adulto como um ser amadurecido, terminado, é colocada em xeque na sociedade moderna, já que as transformações constantes desta sociedade colocam o indivíduo em uma situação de estar sempre preparado para novas situações. O que difere, por exemplo, da sociedade feudal, onde se tinha a estabilidade a vida inteira.

Assim, a juventude se caracteriza por essa transição entre a infância e a vida adulta:

A adolescência é um período de passagem, de transição. Pode considerar-se adolescência como uma mudança na pertença ao grupo. Até aqui, o indivíduo pertença ao grupo das crianças; esta pertença termina na idade em que o jovem se esforça seriamente por entrar na vida adulta, pelos projetos de futuro e pelo seu estilo geral de vida (LAPASSADE, 1974, p. 158-159).

Em outras palavras, a juventude é um período de mudança e, segundo o autor, esse período é marcado por uma grande plasticidade na personalidade, tendo em vista que o jovem sai de um mundo conhecido e seguro, o da infância, e entra num mundo desconhecido, o do adulto. Por isso o radicalismo de opiniões. O “ser adulto” na sociedade capitalista é “ser para a classe trabalhadora”, ou ser explorado. Muitos se recusam a se tornar adulto pelo que isso significa, isto é, se tornar trabalhadores alienados (LAPASSADE, 1974, p. 189).

Mesmo que a escola, os meios de comunicação e a sociedade tenham o papel de formar não só o jovem, mas toda a sociedade, fazendo com que haja a aceitação das condições de classe, os jovens acabam se rebelando contra isso. Isso porque muitos não querem seguir o destino dos pais. E é neste ponto chegamos às revoltas juvenis, isto é, um confronto do indivíduo com seu meio social. O jovem se depara com o mundo que terá que viver.

Pode-se ver esta contradição, precisamente nas expectativas da sociedade em relação aos jovens: tudo mostra que esta sociedade, por um lado, manifesta uma certa desconfiança a respeito do indivíduo que levasse demasiado longe o espírito crítico e a iniciativa: o ideal da organização é, neste ponto, um ideal que caracteriza o conjunto do sistema social. Mas, por outro, a mesma sociedade não pode verdadeiramente manter-se senão pela adesão dos indivíduos que a compõem. É nisso que está a sua contradição: manter um sistema conformista, fundado sobre valores ilusórios, e, ao mesmo tempo, pretender preparar adultos capazes de humanizarem um tal sistema e nele se integrarem ativamente (LAPASSADE, 1974, p.260).

Na juventude, esse conflito se torna mais agudo. E, a sociedade capitalista, caracterizada pelo aprofundamento do processo de exploração, oferece ao jovem uma perspectiva não muito animadora em relação ao futuro. Por isso, é normal que o jovem recuse o mundo do adulto.

Outro sociólogo que discute a questão da juventude é Luís Antônio Groppo. No seu livro *Juventude*, Groppo (2000) utiliza a sociologia e a história para discutir este tema nas sociedades modernas. Neste texto, ele apresenta a seguinte definição:

A juventude é uma concepção, representação ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para significar uma série de complementos e atitudes a ela atribuídos. Ao mesmo tempo, é uma situação vivida em comum por certos indivíduos. Na verdade, outras faixas etárias poderiam ser definidas assim, como a infância, a terceira idade e a própria idade adulta. Trata-se não apenas dos limites etários pretensamente naturais e objetivos, mas também, e principalmente, de representações simbólicas e situações sociais com suas próprias formas e conteúdo que tem importante influência nas sociedades modernas (GROPPO, 2000, p. 7-8).

A juventude para Groppo é uma construção social da modernidade (VIANA, 2012) com ênfase nos aspectos culturais que a caracterizariam. Tais aspectos são os seguintes: a noção de transitoriedade — na qual a juventude antecede a vida social plena; noção de projeto — a etapa juvenil como estágio de preparação para uma vida posterior socialmente estável; a noção de crise e ruptura (GROPPO, 2000, p. 26).

Por fim, chegamos à definição do sociólogo marxista Nildo Viana, que caracteriza a juventude por esta viver um processo de ressocialização. Contudo, na sociedade capitalista, devido à divisão de classes, onde a burguesia explora as demais classes, os jovens, principalmente os provenientes da classe operária, passam por uma ressocialização repressiva e coercitiva (VIANA, 2004).

A juventude é, pois, um grupo social em processo de ressocialização. No processo de socialização, a criança, através da família, da escola e da comunidade, é preparada para viver no interior de determinadas relações sociais, instituídas pelo capitalismo, adquirindo habilidades (falar, ler, escrever, etc.), valores, padrões de comportamento, etc., e um certo grau de saber necessário para sua idade e atividades sociais. O processo de ressocialização visa, fundamentalmente, preparar a força de trabalho para sua inserção no mercado de trabalho. A escola atua nos dois processos, mas de forma diferenciada, pois na ressocialização se fornece uma escolarização que permite a entrada no mercado de trabalho, seja promovendo a exigência mínima em determinadas fatias deste mercado (ensino médio), ou mais aprimorado (cursos técnicos) a maior exigência, o ensino superior especializado (universidade). Ao lado da preparação da força de trabalho, o jovem também é preparado para o processo de imputação de responsabilidades sociais. Além da inserção no mercado de trabalho, o adulto também deve realizar outras atividades sociais, entre as quais as obrigações familiares e sociais em geral (casamento, sustento da família, cuidado dos filhos, atividades civis e institucionais, etc.). O processo de ressocialização é uma preparação do jovem para que ele se insira na vida adulta (VIANA, 2004, p. 38-39).

Essa ressocialização é repressiva porque a sociedade tem que preparar o jovem para o que Lapassade (1974) coloca como “trabalho alienado”. Nesse sentido, o sociólogo Rousselet (1974), na obra *Alergia ao Trabalho*, coloca que cada vez mais os jovens não se interessam pelo trabalho, sendo que este significaria entrar na vida adulta. Tal desinteresse manifesta-se de forma mais ampla no regime de acumulação integral

(VIANA, 2009), onde as condições de trabalho se tornam inflexíveis, apesar do discurso da flexibilidade. Além da existência, neste regime, de uma insegurança em relação a estabilidade no emprego, que gera uma incerteza em relação ao futuro.

Além disso, a ressocialização é coercitiva porque, diante dessa realidade, o jovem é obrigado a se inserir no sistema. Embora os mecanismos de socialização (escola, família, igrejas, etc.) reforcem e estimulem a necessidade dessa inserção, muitos jovens resistem a isso. Assim, os que entram na universidade e tem acesso a conteúdo mais críticos, geralmente ministrados em disciplinas como sociologia, história e filosofia, tendem a desenvolver um espírito crítico maior. Na verdade, isso explica a rebeldia jovem e estudantil, mas não casos concretos de radicalização. Para explicar esses casos é necessário remeter a outras relações sociais, tal como questões políticas, educacionais, aumento da repressão e pobreza, etc. E pode ser que nesse caminho encontremos um dos motivos pelos quais o movimento estudantil assumiu um caráter contestatório. Dito isto, temos que analisar o que é a contestação juvenil. Segundo Viana,

A contestação juvenil é uma das manifestações da contestação social e é uma das mais recorrentes na sociedade moderna. Ela também assume formas distintas a bases específicas e torna-se necessário analisá-las. Desde a contestação moderada e cotidiana até a participação em movimentos revolucionários ou até mesmo explosão inicial de processos de radicalização, a juventude emerge na cena política mostrando sua tendência contestadora (VIANA, 2012).

Desta forma, a contestação juvenil nasce na crítica ao processo de ressocialização que ocorre na sociedade moderna. A sociedade reconhece o caráter rebelde do jovem, por isso as instituições que atuam neste processo tentam canalizar essa rebeldia. O exemplo mais claro é um grupo de jovens, ligados à igreja católica, os denominados Radicais de Deus, onde a contestação juvenil é reconhecida e, assim, tentam canalizá-la. Outro exemplo é o movimento Punk, que em sua gênese realizava uma crítica à sociedade capitalista. Bandas como o *The Clash* se apresentavam como defensores do socialismo, até o movimento ter se absorvido pelo capital, ao ponto de surgir uma moda inspirada no movimento. De acordo com Viana,

A contestação juvenil pode ser, portanto de duas formas: a que fica nos limites da sociedade moderna e, por conseguinte, não ultrapassa os limites de diminuição da repressão e coerção, ou outros paliativos (o mercado consumidor jovem é rico em protestos culturais semelhantes) ou a contestação total, que assume caráter politizado e aponta para a transformação social (2012, p. 8).

Erich Fromm (1974) coloca uma diferença entre o caráter rebelde e o revolucionário. Segundo ele, o primeiro contesta a sociedade não pelo desejo de mudanças, mas se revolta por não ter benefícios nesta sociedade. E uma vez se consegue estes benefícios, a rebeldia cessa. Assim, os milhares de militantes de partidos de esquerda, que outrora criticavam o governo e suas políticas, uma vez que chegaram ao poder, mudaram o discurso. Já o caráter revolucionário questiona a sociedade não por querer benefícios pessoais, mas, em contrapartida, sente os problemas da sociedade e almeja uma mudança que traga melhorias para todos os indivíduos.

Neste ponto que faremos uma discussão com os autores que discutem a utopia, especialmente Mannheim e Bloch, que são para nós os principais teóricos sobre o tema. Tal discussão pode nos ajudar a explicar os motivos da contestação juvenil. Ambos os autores concordam que a utopia transcende a realidade e veem que a contestação juvenil tem origem numa sociedade opressora e coercitiva. Porém, daí para frente, os dois seguirão caminhos diferentes. Enquanto Mannheim aponta para uma perspectiva conservadora, Bloch busca elementos para demonstrar que a utopia é um sentimento cujo sentido concreto pode ser um combustível para as transformações sociais.

### **1.3. Utopia e Sociedade Moderna**

Neste tópico, buscaremos traçar um histórico do termo “utopia” até chegarmos à discussão científica deste termo pelo sociólogo Karl Mannheim e pelo filósofo marxista Ernst Bloch.

A ideia que se tem de utopia é de algo inalcançável, algo que transcende a realidade e, portanto, algo que não é realizável. O termo em si significa “não lugar”, e foi pensado por Thomas More (2008), no século XVI, como uma sociedade ideal, onde os homens viveriam com abundância e harmonia. A partir daí o termo passou a designar algo fora da realidade. Uma pessoa utópica era vista como alguém distante do mundo real, um sonhador que não tem consciência da realidade.

Contudo, a utopia pode ser definida como uma consciência antecipadora, ou seja, ela pode ser o germe de novas realizações humanas. Nesse sentido, mesmo que pensada como algo de difícil concretização, parte do seu conteúdo pode vir a se realizar. A história possui vários exemplos de como sonhos se tornaram realidade, embora o conteúdo sonhado não necessariamente fora transposto para a realidade. As revoluções burguesas,

cujo um dos objetivos era se livrar da nobreza, são um bom exemplo. A burguesia criou o liberalismo e a democracia, e estes, como projetos, tinham a perspectiva de melhorar a sociedade. Em tese, estes princípios, que se contrapunham à ordem feudal, prometiam uma vida melhor para todas as classes. Os ideais da Revolução Francesa (“Liberdade, Igualdade e Fraternidade”) evidenciam isso.

Todavia, esses ideais escondiam que a sociedade capitalista é uma sociedade dividida em classes. Assim, a forma de exploração, que se diferenciava das sociedades anteriores, bem como os ideais pregados por ela no período pré-revolucionário, não passavam de ideologias, ou seja, formas de falsa consciência sistematizada.

O que move os indivíduos a esses ideais é o sonho de uma vida melhor. Na sociedade capitalista nem todos estão contentes com o pouco que têm e isso faz com que desejem uma forma de superar esta condição. Neste momento, surge a utopia, o desejo de transcender essa realidade, buscando uma vida melhor. Assim é que entra a discussão que faremos com Mannheim e Bloch. Para tanto, analisaremos o que cada um trata como utopia para, por fim, fazermos uma síntese e trazermos a discussão para o nosso tema que são os movimentos contestatórios de jovens no regime de acumulação integral.

### **1.3.1. Mannheim e Utopia**

Mannheim foi um sociólogo húngaro que viveu de 1893 a 1947, um momento de muita agitação na Europa. Neste período, houve a tentativa de uma revolução na Rússia no ano de 1905, a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa de 1917. Mannheim se instalou na Alemanha e lecionou em Heidelberg e Frankfurt. Com a ascensão do nazismo, ele se exilou na Inglaterra, onde residiu até 1947, quando falece.

Trataremos aqui da sua obra *Utopia e Ideologia*, na qual ele define o termo. No começo do texto, Mannheim diz que um estado de espírito é utópico quando está em incongruência com o estado de realidade dentro do qual ocorre (MANNHEIM, 1972, p. 216). Assim, fica claro nesta definição que se trata de algo que transcende a realidade; e isso não pode também se confundir com a ideologia, entendida como falsa consciência sistematizada da realidade.

Ao limitar o significado do termo “utopia” ao tipo de orientação que transcende a realidade e que, ao mesmo tempo, rompe as amarras da ordem existente, estabelece-se uma distinção entre os estados de espíritos utópicos e os

ideológicos. Uma pessoa pode-se orientar para objetos que sejam estranhos à realidade e que transcendam a existência real- e, não obstante, permanecer ainda ao nível e na manutenção da ordem de coisas existente. (MANNHEIM, 1972, p. 216).

As ideologias, segundo Mannheim, podem situacionalmente transcender a realidade, e desta forma influenciar o comportamento dos indivíduos. Mas, por ter seu conteúdo deformado, na prática, não promove uma transformação. O autor cita o exemplo do amor fraterno cristão que embora fundado na boa fé, não ataca os fundamentos de uma sociedade fundada na servidão e acaba sendo irrealizável, pois não ataca as bases desiguais dessa sociedade.

Para o autor, existe uma dificuldade de identificar, separadamente, os elementos utópicos dos ideológicos, pois estes aparecem no mesmo contexto histórico. O exemplo dado foram as utopias desejadas pela burguesia que, aparentemente, eram destinadas a toda a sociedade, ocultando o seu significado real. Por isso, quando realizadas, revelaram seu conteúdo ideológico.

Segundo Mannheim, para que uma utopia se realize, é necessário que um grupo em determinada época

No sentido de nossa definição, uma utopia real não pode, a longo prazo, ser trabalho de um indivíduo, já que o indivíduo não pode por si mesmo romper a situação histórica e social. Somente quando a concepção utópica do indivíduo se impõe a correntes já existentes na sociedade, dando-lhes expressão, quando, sob esta forma, refluí de volta ao horizonte de todo grupo, sendo por este traduzida em ação, somente então pode a ordem existente ser desafiada pela luta por outra ordem de existência (MANNHEIM, 1972, p. 231).

Ao buscar transcender a ordem existente, o elemento utópico se torna um desejo dominante. Na modernidade, essa mentalidade utópica sofreu mudanças em suas formas conforme a época. Assim, segundo Mannheim (1972), a primeira forma de mentalidade utópica surgiu com os anabatistas, onde estratos oprimidos da sociedade acreditavam ser predestinados e, depois do julgamento final, ficariam mil anos na terra. A segunda forma foi a ideia liberal humanitária, característica da época que antecedeu as revoluções burguesas e que defendiam uma ordem segundo essas ideias. Já a terceira forma consiste na ideia conservadora, que, segundo o autor, não detém nenhuma utopia, porém, acha-se, por sua própria estrutura, completamente em harmonia com a realidade sobre a qual, por hora, mantém o domínio (MANNHEIM, 1972, p.253).

Por fim, a última forma de mentalidade utópica seria a socialista-comunista. Esta, segundo o autor, radicaliza a utopia liberal, no sentido de acreditar no domínio da

liberdade e igualdade. Contudo, na medida em que esta ideia se desenvolve, ela não a experimenta nesta forma espiritualmente sublinhada (MANNHEIM, 1972, p.264). Ao ascender ao palco político e conquistar espaço, o socialismo tende a abandonar seus impulsos utópicos de transformação social, se interessando por questões isoladas no lugar de uma perspectiva mais ampla.

Por fim, Mannheim (1972) coloca a situação da utopia na sua época contemporânea, num momento onde existia o nazi-fascismo e o comunismo soviético (o livro foi escrito na década de 1930). Para o autor,

O próprio processo histórico nos mostra uma utopia que transcendia completamente a história, vir gradativamente descendo em uma aproximação cada vez mais chegada à vida real. Ao se tornar mais próxima da realidade histórica, sua forma sofre mudanças tanto em função com em substância (MANNHEIM, 1972, p. 271).

Assim, quando um grupo atinge o poder, a utopia se desliga da política e se aproxima de uma posição conservadora. Nesse sentido, fica evidente que o autor identifica o elemento utópico ligado a grupos ou estratos sociais, o que significa que a utopia ligada a interesses de grupos específicos não tem uma perspectiva de transformação social, visando benefícios apenas para seu grupo e não para toda sociedade. Os grupos que são portadores dessa mentalidade, uma vez conseguindo ascender ao poder, tendem a se tornar conservadores e outros grupos, então marginalizados, tentem a desenvolver a mentalidade utópica até que consigam atingir o poder. Desse modo, para Mannheim, a utopia é uma roda da história utilizada pelas classes em conflito a fim de garantir sua hegemonia. E, uma vez atingidos os objetivos, os grupos portadores de utopia passam a ser conservadores, ou seja, não almejando mudanças na sociedade.

### **1.3.2. Ernst Bloch e a Utopia**

Ernst Bloch (1885-1977) também contribuiu para a discussão sobre utopia. Ele foi um militante marxista que participou de vários movimentos do século XX que possuíam relação direta com a teoria de Marx. O capitalismo passou por grandes transformações neste século, sob influência no marxismo.

A Revolução Russa foi o grande acontecimento do começo do século XX. Mas a perspectiva de uma transformação global logo foi se desvanecendo devido aos rumos

tomados pelo modelo bolchevista. Isso porque o regime soviético se transformou num capitalismo de estado, onde a exploração saiu das mãos da burguesia e foi para as mãos de uma burocracia estatal. O que de fato ocorreu foi a criação de uma ditadura, não no sentido dito por Marx no *Manifesto Comunista*, mas uma ditadura de uma classe que manteve as mesmas características até se esfacelar no fim da década de 1980.

Participando do grupo formado no Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, Bloch teve contato com correntes dentro do marxismo. Um tema que se tornou fundamental em sua obra foi a questão da liberdade. E para Bloch, somente o marxismo poderia trazer ao homem a liberdade autêntica. Sua obra mais importante, e que nos interessa neste estudo, foi *Princípio Esperança*, escrita entre os anos 1930 e 1950, cujo tema é a utopia. No começo desta obra ele afirma:

A falta de esperança é, ela mesma, tanto em termos temporais quanto em conteúdo, o mais intolerável o mais absolutamente insuportável para as necessidades humanas. É por isso que até mesmo a fraude, para que seja eficaz, tem de trabalhar com a esperança lisonjeira e perversamente estimulada. É por isto que até mesmo as últimas misérias da filosofia ocidental não conseguem mais apresentar sua filosofia da miséria sem a penhora de uma suplantação, uma superação (BLOCH, 2005, p. 15).

Desta forma, Bloch concebe a esperança como algo essencial para o ser humano. Os sonhos tornam-se um elemento importante para a vida do ser humano, e estes possuiriam o que ele denominou de “consciência antecipadora”. Segundo um de seus comentadores, Bloch

Define claramente com um novo tipo de consciência que nada tem a ver com a concepção freudiana do inconsciente que se refere às profundezas da psique humana, a uma paisagem lunática das perdas cerebrais, onde tudo o que foi recalçado é conservado. O ainda-não-consciente, é definido como uma instância da vida psíquica de produzir o sonhar para frente, que indica o provir geral (MUNSTER, 1993, p. 32).

Desta forma, os sonhos são divididos em sonhos noturnos e os sonhos diurnos, que são estruturas fundamentais e repletos de conteúdos utópicos. A utopia seria o conteúdo que carregam os sonhos diurnos.

Bloch também identificou que o termo utopia carrega a imagem de algo irrealizável, como Mannheim e More, onde a utopia transcenderia a realidade. Contudo, Bloch faz uma diferenciação do termo, diferenciando as utopias abstratas das utopias concretas. Estas últimas, segundo o autor, podem levar o indivíduo a buscar a

transformação, e apenas o marxismo contém elementos que podem realizar de fato esta transformação.

O que fez com que o conceito de utopia, como já foi observado, fosse exageradamente reduzido (ou seja, restringido a romances que falam de um Estado ideal) e adquirisse justamente aquela modalidade abstrata (pelo caráter preponderantemente abstrato desses romances) que só foi superada quando o socialismo elevou essas utopias ao nível da uma ciência (BLOCH, 2005, p. 24).

Assim, o marxismo, com a análise da sociedade capitalista, pode fornecer os elementos para uma crítica que supere as ideologias, colocando o homem numa condição de realizar o que Marx chamou de entrar na história. Isso porque todas as sociedades divididas em classes são a pré-história da humanidade e o socialismo pode fundar a história da humanidade sem exploração.

Como Mannheim, Bloch vê a utopia como possibilidade. Desta forma, se faz necessário um conhecimento que possibilite que o conteúdo concreto da utopia se realize. Como foi dito antes, esse conhecimento está, para Bloch, no marxismo. Para tanto, o autor divide o marxismo em corrente fria e corrente quente. A fria, se caracterizaria pela:

A análise das condições materiais e subjetivas do processo de transformação, em paralelo ao ser-segundo-a-possibilidade. Pertence, conseqüentemente, a esta análise metódica da situação e das condições, não apenas o exame das tendências da história e dos indicadores econômicos, e sim, também, das superestruturas, principalmente das estritamente ideológicas (BICCA, 1986, p.116).

Já a corrente quente se definiria como o momento do entusiasmo na teoria marxista, portanto, da exortação para práxis transformadora, da formação de uma vontade para o novo, vontade de ser de outro modo, que remete ao ser-em-possibilidade (BICCA, 1986, p.116). Esta corrente contém a intenção libertadora, a vontade de criar uma nova sociedade, materialista e humanista na qual a igualdade e a liberdade serão reais. Enquanto a corrente fria é a teoria que auxilia as classes exploradas a terem um conhecimento da sociedade capitalista.

Portanto, Bloch elabora um novo significado para o termo utopia. Através de sua teorização, o conteúdo utópico adquire um sentido concreto, diferente de Mannheim ou More, na qual a utopia transcende a realidade, mas não visa uma revolução na sociedade. Além disso, Bloch diferencia a utopia abstrata da utopia concreta. Abstrata porque seu conteúdo não visa uma transformação, já que esta é vista como algo irrealizável. Já a

utopia, na sua forma concreta, é a vontade testada rumo ao ser do tudo (BLOCH, 2005, p. 307).

O conceito de utopia de Bloch é muito importante quando vemos o florescimento de movimentos contestatórios com a antiglobalização, que inicia com reivindicações mais específicas e destas vão surgindo outras questões. E as concessões que a burguesia faz diante das reivindicações concretas, confrontam-se com o capital, deixando claro que as medidas paliativas adotadas pelo capital, para atender estas demandas, são cada vez mais ineficazes. E somente uma revolução pode de fato levar o ser humano à liberdade. Esta revolução precisa, segundo Bloch, ser sonhada e avançar para que haja de fato sua realização.

### **1.3.3. Ideologia e Utopia**

Devido às discussões anteriores sobre utopia, achamos necessário fazer um debate entre o que os autores colocam sobre ideologia e a relação entre ambos os conceitos. Embora conceitualmente diferentes, para não dizer opostos, existem algumas aproximações entre os dois autores discutidos e por isso julgamos importante para o nosso trabalho esclarecer este assunto. Inicialmente definiremos “ideologia” e depois mostraremos elementos desta que se aproxima da utopia segundo Mannheim e Bloch.

O conceito de ideologia surgiu como “ciência das ideias”. Mas em Marx adquire o significado de falsa consciência sistematizada, enquanto para Gramsci e Lênin esta palavra significa visão de mundo (VIANA, 2010). Nesse sentido, existem várias definições de ideologia, mas não é o propósito deste trabalho discutir todas estas concepções. Não defendemos a neutralidade, pois esta atitude aponta para uma perspectiva acrítica da ordem existente. O “conhecimento supostamente neutro” procura se situar acima das classes e interesses, embora, na prática, defenda quem está no poder. Nossa posição, em contrapartida, é de crítica à sociedade capitalista. Por isso, utilizaremos o conceito de ideologia tal como Marx entendia.

Como dissemos anteriormente, nesta perspectiva, ideologia é definida como falsa consciência sistematizada. Porém, o que a difere da mentira, que contém o falso na sua essência? E por que “sistematizada”? Isso significa que é produto de uma elaboração.

E, nesse caso, cabe perguntar: quem a elabora e quais os interesses estão por trás dessa elaboração?

A sociedade capitalista é dividida em classes, possuindo duas classes fundamentais, a burguesia e o proletariado (MARX, 1998). A burguesia detém os meios de produção e explora as demais classes, fundamentalmente o proletariado. Contudo, se é uma relação de exploração, os explorados tendem a se revoltar, buscando melhores condições de trabalho, salários, etc. Para manter a situação sob controle, a burguesia se utiliza do aparelho repressor, o Estado, tal como no caso de greves e manifestações. Outro mecanismo utilizado pela burguesia é ocultar a realidade, fazendo com que as pessoas das outras classes não enxerguem a dominação exercida pela burguesia.

O conceito de ideologia elaborado por Marx é suficiente para iniciarmos a discussão, tendo em vista que está de acordo com o nosso posicionamento, além de não ser o objetivo deste trabalho discutir o termo aprofundadamente. O nosso objetivo é, partindo desse conceito de ideologia, bem como o de utopia, analisar o que pode aproximar conceitos tão opostos, ou melhor, como que a ideologia se assemelha em alguns aspectos com a utopia.

Mannheim coloca que são conceitos diferentes, mas trazem em comum a ideia de transcender a realidade. O elemento utópico precede sempre de certo estágio de existência, ou seja, é possível que as utopias de hoje venham a ser a realidade de amanhã (MANNHEIM, 1972, p. 227). Logo, para este autor, a utopia e ideologia podem existir simultaneamente no processo histórico:

Ao limitar o significado do termo utopia ao tipo de orientação que transcende a realidade e que, ao mesmo tempo, rompe as amarras da ordem existente, estabelece-se uma distinção entre os estados de espírito utópicos e os ideológicos. Uma pessoa pode-se orientar para objetos que sejam estranhos à realidade e que transcendam a existência real – e, não obstante, permanecer ainda ao nível da realização e na manutenção da ordem existente (MANNHEIM, 1972, p. 216).

Essa leitura aproxima os dois conceitos, afirmando que ideias que transcendem a sociedade existiram em outras épocas sem que estas carregassem o elemento utópico. Assim, ocorre em uma sociedade em que seus indivíduos se encontram harmonicamente integrados à visão de mundo desta sociedade, e que diante desta situação não se vislumbrem possibilidades de uma transformação social.

As ideologias são as ideias situacionalmente transcendentais que jamais conseguem de fato a realização de seus conteúdos pretendidos. Embora se tornem com frequência motivos bem-intencionados para a conduta subjetiva do indivíduo, seus significados, quando incorporados efetivamente à prática, são, na maior parte dos casos, deformados (MANNHEIM, 1972, p. 218).

Desta forma, vemos que a ideologia pode ter elementos que se assemelham ao que seria utópico, pois o autor deixa claro que utopia para ele tem um sentido relativo. Assim, o que transcende uma realidade pode vir a ser a realidade em uma sociedade que sucede a anterior. Para confirmar tal afirmação, Mannheim recorre às transformações ocorridas na sociedade capitalista desde os movimentos religiosos do século XVI até o socialismo. Porém, Mannheim não deixa claro o que ele entende por “socialismo”. Pressupomos, no entanto, que o autor esteja se referindo à Revolução Russa.

O processo histórico nos mostra que uma utopia que, em uma dada época transcende completamente a história, vir gradativamente descendo em uma aproximação cada vez mais chegada à vida real. Ao se tornar mais próxima da realidade histórica, sua forma sofre mudanças tanto em função como substância. O que de origem se colocava em absoluta oposição à realidade histórica tende agora, seguindo o modelo do conservantismo, a perder seu caráter de oposição (MANNHEIM, 1972, p. 271).

Fica claro que ideias podem se mascarar como utópicas, fazendo com que determinados grupos lhe deem apoio. Contudo, uma vez que estas ideias triunfam, o grupo que elas representam assume o poder e estabelecem o domínio sobre outros grupos. Para Mannheim, a utopia é o desejo de um grupo de construir uma ordem melhor, rompendo com a realidade existente. E, uma vez que este grupo atinge seus interesses, a utopia se separa da política e o grupo que chegou ao poder tende a ser conservador, restando aos outros grupos sonhar com uma ordem nova.

Outro autor que discute o encontro da ideologia com a utopia é Ernst Bloch. Para ele, a utopia pode assumir duas formas, a abstrata e a concreta. Esta última remete à possibilidade de transformação concreta, um sentimento que impulsiona o movimento revolucionário. Bloch utiliza o conceito de ideologia de Marx, no qual a divisão do trabalho material e intelectual cria um grupo ocioso que cria representações que podem iludir a si e principalmente os outros por meios destas (BLOCH, 2005, p. 152).

A distinção entre os conceitos de ideologia e utopia em Bloch apresenta um momento quando estes dois se encontram. Isso ocorre quando a ideologia se encontra com a utopia, pois no caso contrário seria apenas ideologia. Embora pareça confuso, o autor afirma que as classes em ascensão durante um processo de transformação social

podem revestir suas ideologias de conteúdos que carreguem esperança, sonhos de uma vida melhor, sem que estes sejam objetivamente o que estas classes almejem.

Para tanto a formação da ideologia nas sociedades se divide em três fases: a preparatória, a vitoriosa, e a decadente.

A fase preparatória de uma ideologia vem em auxílio da própria infraestrutura, que ainda não está firme, contrapondo à superestrutura apodrecida da classe até então dominante a sua superestrutura neoprogressista. A classe que então chega ao domínio instaura a segunda fase ideológica, assegurando a infraestrutura que passou a existir, fixando – a jurídico-politicamente, embelezando-a cultural-jurídico-politicamente – omitindo e em parte, classicamente, também promovendo um certo equilíbrio às pulsões revolucionárias precedentes. Tanto o ato de assegurar como o embelezamento são apoiados por uma harmonia obtida, ainda que temporariamente, entre as forças produtivas e as relações de produção. Depois disso, a classe decadente instaura a terceira fase ideológica, perfumando a podridão da base de sustentação, rebatizando de modo fosforescente a noite como dia e o dia como noite – ajudada pelo desaparecimento quase completo da boa-fé na má consciência, ou seja, com a fraude quase totalmente consciente (BLOCH, 2005, p. 152-153).

A exploração exercida pela burguesia na sociedade capitalista não se apresenta de forma clara. Ela precisa se revestir para ocultar seu verdadeiro caráter e assim garantir a continuidade da sociedade capitalista.

Esses temas são importantes quando discutimos movimentos juvenis porque estes tendem a se identificar com movimento dos trabalhadores, criticando a opressão e dominação capitalista. Também a juventude é vista pelo senso comum como sonhadores, e nesse sentido seus movimentos buscariam algo “fora” da realidade. Porém, este “algo fora da realidade” pode se tornar realidade. Os críticos a esta visão da juventude já abandonaram qualquer perspectiva de transformar a sua realidade e se encontram em conformidade com a sociedade que vive.

## **CAPÍTULO II: OS MOVIMENTOS JUVENIS NOS ANOS 1960**

Uma característica do movimento antiglobalização foi a grande participação de jovens nos protestos, sobretudo de estudantes, além de grupos ecologistas, sindicatos e outros que protestavam contra a “globalização neoliberal”, vista como a causa dos problemas sociais. Tendo isso em vista, antes de tratarmos especificamente do movimento antiglobalização, buscaremos resgatar o momento em que as manifestações juvenis começaram a ganhar destaque na história. Devemos pensar, além disso, como a juventude, ao realizar suas reivindicações específicas, se colocou a frente de muitos movimentos, contagiando outros grupos oprimidos (além dos próprios estudantes) e gerando grandes movimentos sociais.

Groppo (2000) afirma que antes da Segunda Guerra Mundial os movimentos juvenis eram cooptados por partidos e o caso mais famoso seria o da juventude hitlerista. Porém, após a guerra, temos a ascensão de um movimento juvenil mais autônomo em relação às organizações oficiais, e por isso agiria de forma mais radical. Os movimentos que ocorreram nos anos 1960 são aqueles que marcam o início desta nova fase.

Os anos 1960 foi marcado pela crise do regime de acumulação intensivo-extensivo. Neste momento, os estudantes foram um dos primeiros a sentirem os efeitos

dessa crise. A partir dos seus protestos, outros grupos, como os trabalhadores, também foram às ruas. Tais protestos se manifestaram contrários à exploração inerente da sociedade capitalista, que, em momentos de crise, tende a aumentar sua exploração.

Nesse sentido, os movimentos dos anos 1960 marcaram a ascensão da juventude como voz ativa na oposição à sociedade capitalista, surgindo tanto grupos mais radicais, quanto mais moderados. Os movimentos desta década sinalizaram os rumos do movimento oposicionista, que reapareceram com muita vitalidade nos protestos antiglobalização. Desta forma, investigaremos os movimentos juvenis dos anos 1960 como um marco de surgimento do movimento juvenil radical.

Desse modo, antes da segunda metade do século XX, os movimentos juvenis não tinham tanto destaque, nem organização, ou eram claramente controlados pelo Estado. Groppo (2000), por exemplo, analisa o fenômeno da juventude nazista e fascista que, apesar de terem se destacado em sua época, foram claramente criados e dirigidos pelos respectivos partidos com o intuito de criar uma base juvenil de sustentação aos respectivos regimes. E, no caso nazista, a juventude era preparada para integrar os grupos da SS, fanáticos pelo partido e responsáveis pelos assassinatos em massa. Contudo, interessamos discutir os movimentos juvenis que surgiram após a Segunda Guerra Mundial. Estes movimentos se diferenciaram dos anteriores por terem maior autonomia do Estado e de partidos políticos. O movimento que mais teve destaque foi o Maio de 68, movimento que abalou as estruturas da França e teve ressonância em boa parte do mundo.

Diante disso torna-se necessário compreender como estes movimentos juvenis, a partir da segunda metade do XX, tiveram tanta repercussão, isto é, como a juventude, neste momento, tomou a frente dos movimentos. Para tanto, novamente nos remetemos ao Maio de 68. Tendo em vista que trabalharemos com o método dialético, que considera a totalidade das relações sociais, analisaremos as transformações ocorridas na sociedade deste período e como estas transformações se refletiram na sociedade como um todo.

Desse modo, iniciaremos com uma discussão sobre o regime de acumulação intensivo-extensivo, diferenciando as condições criadas por este regime nos países centrais e nos países subordinados. Nos países centrais, o Estado integracionista, mais conhecido como Estado de bem-estar social, proporcionou certa estabilidade e,

consequentemente, uma integração do movimento operário. Isso foi denominado por Alain Bihl (2012) como compromisso fordista. Isso se caracterizaria pelo compromisso entre a burocracia sindical e o capital, no qual o movimento operário dos países centrais sentia-se em uma posição confortável. Embora nos países do bloco subordinado, como o Brasil, a condição dos trabalhadores, neste período, é marcada pela intensificação da exploração e a consequente implementação de um regime autoritário (COSTA, 1997).

Outro ponto fundamental a ser abordado é a questão da juventude e universidade, pois neste período temos, nos países centrais, a massificação do ensino superior (GROPPO, 2000; 2006). Tal acontecimento alterou a estrutura da universidade. Se antes era tida como elitista, esta instituição começou a lidar com estudantes oriundos das classes exploradas, a partir da exigência de uma universidade mais democrática, com igualdade de oportunidades.

Essa discussão nos levará para o principal tema deste capítulo: o Maio de 68. Este acontecimento foi um movimento composto sobretudo por estudantes, gerando repercussões em vários países. Devido à sua radicalidade, retomou autores e correntes da esquerda que foram eclipsadas pelas correntes que dominavam o marxismo, isto é, a socialdemocracia e o marxismo-leninismo. Estas duas últimas correntes, embora tenham divergência em alguns pontos, na essência, são semelhantes. Isso porque ambas deturpam o marxismo autêntico, com o intuito de legitimar suas próprias práticas. Por fim, faremos uma discussão sobre o que entendemos como a transição do regime de acumulação intensivo-extensivo para o regime de acumulação integral.

O Maio de 68 foi o momento que marcou a crise do regime intensivo-extensivo. Assim, os eventos que o sucederam marcaram a implementação do regime de acumulação integral, que se consolidou apenas na década de 1980 (VIANA, 2012). Nesta transição, nos interessa analisar como a juventude foi cooptada.

Marcuse (1973) contribuiu para pensarmos sobre essa transição, já que ele criou a ideia da contrarrevolução preventiva. Isso significa que o capitalismo, se antecipando às demandas das classes exploradas, cria mecanismos para enganar e manter a sua hegemonia. Dentre estes mecanismos, destacamos, a partir de Fontana (2001), os conteúdos nas ciências humanas, que perderam seu caráter político. Podemos

exemplificar isso a partir da História (enquanto ciência) que, a partir do fim dos movimentos contestatórios dos anos 1960, assiste ao surgimento da “Nova História” cuja principal característica são as análises da micro história, perdendo a perspectiva da totalidade. Tal perda, vem de encontro à própria ideologia pós-moderna, ou pós-estruturalista, já que nega a análise da totalidade, ao rejeitar o que é denominado de “metanarrativas”. Nesse sentido, o que se está negando é sobretudo o marxismo, em prol de um discurso mais particularista, reformista e que, enfim, abandona a perspectiva da transformação social.

Outro ponto a ser abordado a cooptação da juventude pelo capital comunicacional. Neste ponto, nos basearemos no texto do filósofo Gilles Lipovetsky (1987) que discute a moda nas sociedades modernas. Interessa-nos entender aqui até que ponto a popularização da moda proporcionou uma falsa sensação democrática, tendo em vista que o que antes era restrito a burguesia está ao alcance de indivíduos da classe operária, e que influência este fato teve na juventude deste período.

## **2.1-Regime de acumulação Extensivo-Intensivo**

De acordo com Viana (2009), um regime de acumulação é caracterizado por um tipo de Estado, um tipo de organização do trabalho e determinada forma exploração internacional. Nosso foco será o regime de acumulação extensivo-intensivo, cujo início se deu no pós-Segunda Guerra Mundial. Este regime se caracterizou por ter estabilidade nos países centrais, mas a custo da exploração de trabalhadores de outros países.

No regime de acumulação extensivo-intensivo ocorreu o tão propalado Estado integracionista, também denominado bem-estar social. Neste Estado, a classe trabalhadora se tornou mais moderada e renunciou à sua perspectiva de transformação social. Nesse sentido, este período foi caracterizado pela hegemonia burguesa, apesar das medidas adotadas para agradar a classe trabalhadora. Assim, a acomodação da classe trabalhadora, garantiu a aceitação das normas impostas pelos capitalistas, renunciando a perspectiva revolucionária. Em troca, os capitalistas, dentro do compromisso fordista, garantiram estabilidade aos trabalhadores a partir do seguro desemprego e das férias remuneradas, por exemplo. Porém, esse acordo não foi feito pela classe trabalhadora como um todo, mas por sindicatos que supostamente representariam a classe. Contudo,

para Pannekoek (2007) e Tragtenberg (2007), a estrutura sindical burocratizada e corrompida do século XX serviu para a reprodução do capital e controle dos trabalhadores.

O aparelho estatal teve uma crescente burocratização, criando uma democracia aparente. Houve a implantação de um modelo onde permitiu-se a participação de partidos políticos de várias tendências. Desta forma, a ilusão da representação, tanto sindical, quanto partidária se tornou real. Os ganhos adquiridos pelo Estado foram contabilizados como ganhos dos trabalhadores. Embora a democracia burguesa seja uma farsa, enquanto a economia cresce é possível o Estado capitalista ser mais tolerante no sentido de diminuir a repressão direta.

Soma-se a isso o fato do Estado subsidiar o capital privado (HARVEY, 1992). Embora tal fenômeno não seja exatamente uma novidade, é enfatizado como uma característica marcante desse regime. Para que este possa avançar, é preciso que o Estado garanta seu lucro. O Estado integracionista, no caso, subsidiava o capital com a construção de infraestruturas necessárias para que este desenvolvimento seguisse sua marcha. Para tanto, muitas vezes este Estado contraía empréstimos com instituições financeiras ligadas a grandes oligopólios que garantia lucros além da produção.

Outro fator que merece destaque é o fato de o Estado ter desenvolvido uma legislação trabalhista com direitos e garantias para os trabalhadores. Historicamente, a luta dos trabalhadores ocorreu por melhores condições de trabalho, melhores salários, jornadas mais curtas, enfim, luta por algo de imediato. Destas lutas, emergiram os movimentos socialistas que se desenvolveram a partir das lutas contra os capitalistas. E assim surgiram as ideias de revolução como forma de libertar o proletariado. Segundo a tese de Marx (2011), o proletariado, ao se libertar, também liberta toda a sociedade da exploração capitalista.

A luta entre burgueses e proletários define a dinâmica do capitalismo. No regime extensivo-intensivo, nos países centrais, este embate estava aparentemente superado. Isso porque estes países centrais do Estado integracionista criaram uma legislação trabalhista que garantia aos trabalhadores férias remuneradas, além da diminuição do desemprego, o aumento da renda, etc. Ao mesmo tempo, o capital percebeu a necessidade de compensar

essas concessões. Tal compensação foi realizada por meio do aumento da extração de mais-valor relativo, a partir do aumento de produtividade proporcionado pelo fordismo. Desse modo, mesmo havendo concessão de benefícios aos trabalhos, o lucro pode se manter devido à implantação do fordismo, e da exploração internacional do trabalho.

Em relação às características de um regime de acumulação falta mencionar a forma de exploração internacional. Desde o século XIX as potências capitalistas buscam mercados além de seus domínios. No XIX essa corrida foi denominada “imperialismo”, cujo objetivo era buscar países fornecedores de matérias primas e consumidores de produtos industrializados. O imperialismo, segundo Hobsbawm (1998a), foi uma das causas principais dos dois conflitos mundiais. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, esse imperialismo sofreu uma mutação.

O imperialismo nasceu convivendo com o neocolonialismo, que só vai se esgotar totalmente nos anos 1960, com a libertação das colônias. O imperialismo surgiu a partir da supremacia do Império Britânico, cuja forma principal de exploração internacional era não mais a dominação político-militar direta (neocolonialismo), mas a exploração do capital-dinheiro, sendo, por isso, denominado imperialismo financeiro (VIANA, 2003; VIANA, 2009). Esse tipo de imperialismo existiu até a Segunda Guerra Mundial, quando um novo regime de acumulação aparece através das mudanças na organização do trabalho (fordismo), na forma estatal (Estado integracionista) e nas relações internacionais (imperialismo fundado na expansão do capital oligopolista transnacional).

Assim, a nova dinâmica do imperialismo passou a se fundamentar na expansão do capital oligopolista transnacional. Desse modo, houve um alto grau de exploração dos países de capitalismo subordinado (chamado por muitos como “terceiro mundo”), através da superexploração da força de trabalho, com grande extração de mais-valor que era transferido para os países imperialistas (VIANA, 2003; VIANA, 2009). Desta forma, houve expansão e supremacia do capital transnacional que iniciou um processo de desconcentração industrial, onde as indústrias foram implementadas nos países subordinados. Mais tarde, isso teria efeito nas relações de trabalho nos países centrais. Este capital era investido na industrialização de países subordinados, entretanto eles

foram obrigados a arcar com as obras necessárias de infraestrutura, além de concederem empréstimos para que estas indústrias fossem implementadas.

Somado a isso, é necessário lembrar que esse período está dentro do contexto da Guerra Fria, (HOBSBAWM, 1998). Tal evento foi marcado pela disputa entre o bloco capitalista, liderado pelos EUA, e o bloco capitalista de estado, liderado pela URSS. Embora tal conflito possa sugerir um confronto de posições antagônicas, autores como Fromm (1975) e Pannekoek (2007) já tinham identificado que o regime soviético de socialismo só tinha o nome. O que ocorreu nestes estados foi denominado por estes autores como um “capitalismo de estado”. Isso significa dizer que, nas sociedades em que prevaleceram esse modo de produção, em vez de haver um governo exercido pelos próprios trabalhadores, houve um controle governamental pela burocracia partidária. Esta regularia a extração de mais valor, pois é isso que caracteriza o capitalismo, além de regular e controlar a produção.

Diante desta constatação, é pouco crível que de fato a URSS e os EUA fossem antagônicos, embora esta tenha sido a justificativa para a intervenção de ambos os lados, buscando aumentar suas esferas de influência. Assim, fica claro, a partir deste raciocínio, como que nos países subordinados foram implementados regimes ditatoriais. Viana (2009) coloca que as ditaduras que se implantaram em vários países do bloco subordinado neste período usavam como justificativa o temor da ameaça comunista. Isso ocultava o fato de que a implementação destes regimes era, na verdade, o complemento do que Edmilson Costa (1997) denominou acumulação predatória.

Acumulação predatória é um modelo que se assemelha às condições dos trabalhadores europeus no século XIX e início do XX, ou seja, longas jornadas, e baixos salários, gerando grandes lucros para os capitalistas. Como nos países centrais, devido aos acordos do Estado integracionista, não era possível ter condições de trabalho como estas. O capital transnacional, auxiliado por regimes autoritários, como as ditaduras na América Latina, pode implementar esta forma de exploração do trabalho nos países do bloco subordinado. Segundo Edmilson Costa, Estamos trazendo à discussão uma contribuição teórica sobre a caracterização socioeconômica do regime militar, ao defini-lo com implementador de um regime de acumulação predatória, ou seja, um tipo particular de acumulação onde se paga constantemente à força de trabalho abaixo do seu valor. Entendemos ser este um processo característico das economias subordinadas, fato que se torna mais grave em função do elevado contingente do exército industrial de reserva. Todas essas características

configuram o Brasil um padrão de reprodução e acumulação do capital, cujo produto social foi uma sociedade extraordinariamente desigual (1997, p. 19).

Desta forma, entendemos como a industrialização dos países do bloco subordinado ocorreu com capitais estrangeiros após a Segunda Guerra Mundial. Também em decorrência desse investimento, fica claro o porquê da intervenção norte americana nestes países, como no caso do Brasil, cujo embaixador norte americano é considerado um dos articuladores do Golpe de 1964 (TOLEDO, 1997). O Estado Integracionista, que proporcionou condições de vida melhores para a classe trabalhadora dos países imperialistas, foi o mesmo que financiou ditaduras nos países subordinados. Ditaduras com o objetivo de aumentar seus lucros a respeito do sofrimento imposto às populações submetidas ao que Edmílson Costa (1997) denominou acumulação predatória.

## **2.2- O Movimento Operário**

Outro ponto que consideramos fundamental é compreender o papel que o movimento operário teve no contexto das lutas ocorridas nos anos 1960. Isso porque, como classe explorada, cabe a esta buscar os meios para a transformação social. Ao mesmo tempo, é necessário considerar que a burguesia cria mecanismos para amortecer os conflitos de classe. Os trabalhadores, no seu confronto com a burguesia e o Estado, buscam, inicialmente, melhorias salariais, menores jornadas de trabalho, etc. Todavia, desta luta, pode surgir o desejo da revolução, tendo em vista que um mero aumento salarial não é suficiente para melhorar a condição de vida em geral, não abolindo o trabalho alienado e a vida alienada como um todo.

A burguesia tem consciência dessa possibilidade real de transformação social e, na história, tivemos exemplos de tentativas de Revolução, como na França em 1871, e na própria Rússia em fevereiro de 1917 (em outubro do mesmo ano os bolcheviques tomam o poder e a revolução dos trabalhadores entra em refluxo, criando um modelo que se assemelha ao capitalismo mantendo a exploração dos trabalhadores- e para isso cria mecanismos para evitar esse confronto). Historicamente, a medida mais eficiente para barrar revoluções operárias foi inserir a classe trabalhadora aos mecanismos regulados pelo Estado, a partir da democracia burguesa e do sindicato oficial regulado pelo Estado.

A democracia, um termo que remonta à Grécia Antiga, quer dizer, ao pé da letra, “governo do povo”. Porém, na sociedade capitalista, a democracia representativa não tem

o mesmo significado na prática. Segundo Viana (2003) a democracia burguesa oculta a dominação de uma classe (no caso, a burguesa) sobre as outras. Além disso, o capitalismo, em sua fase dita democrática, com eleições e participação popular, cria a ilusão de que todas as classes são representadas, surgindo uma falsa sensação de representação das classes exploradas. Os partidos de esquerda, que colocam como sua principal bandeira a defesa da classe trabalhadora, também participam dessa farsa, se colocando como representantes dos trabalhadores e fazendo o jogo que a burguesia impõe.

Outro ponto a ser discutido é o papel do sindicato. Alain Bihr (2012) coloca que o sindicalismo no século XX se dividiu em duas variantes fundamentais: uma reformista e outra revolucionária. Quando os sindicatos surgiram no século XIX, eles possuíam instrumentos que representavam a classe trabalhadora. Contudo, com o processo de burocratização e corrupção:

Os sindicatos são hoje organizações gigantes, cujo lugar é reconhecido pela sociedade. A sua posição está regulamentada pela lei; e acordos que façam têm força legal para a indústria. Os seus chefes aspiram fazer parte do poder que determina as condições de trabalho. Formam um aparelho, graças ao qual o capitalismo monopolista impõe as suas condições à classe operária inteira. (PANNEKOEK, 2007, p.119).

Desta forma, Tragtenberg (2006) afirma que o sindicato contribui para a reprodução da sociedade capitalista, pois seus dirigentes se colocam numa posição diferente dos trabalhadores e, desta forma, acabam comprometidos com a sua permanência na direção sindical, gerando todos os tipos de trapanças e corrupções.

Porém, uma questão precisa ser explicada: o êxito da variante reformista. Segundo Alain Bihr (2012), a impregnação do fetichismo do Estado no seio do proletariado, em uma sociedade dividida em classes, faz com que o poder estatal apareça como a única forma de domínio. Soma-se a isso a inculcação ideológica, incluindo a ilusão da democracia burguesa, que, ao dar relativa autonomia aos partidos socialdemocratas para defender o interesse dos trabalhadores, defende que as questões sociais podem ser resolvidas pela via pacífica.

No regime de acumulação intensivo-extensivo, o denominado por Alain Bihr (2012) “compromisso fordista” proporcionou estabilidade e garantia de rendimentos. Isso acomodou o movimento dos trabalhadores, embora este acordo não favorecesse a classe como um todo, como manifestado pelas próprias greves que ocorreriam nos anos 1960,

que demonstravam a insatisfação relacionada à crise do regime de acumulação. Já para o operário dos países subordinados isso nunca existiu. Pelo contrário, o trabalhador nestes países foi submetido a taxas maiores de exploração sem recompensas, gerando altas taxas de lucro que eram revertidos para os países centrais, segundo Costa (1997).

Porém essa situação durou um breve período. Segundo Harvey (1992), esse modelo durou do fim da Segunda Guerra Mundial até o fim da década de 1960, momento de eclosão das revoltas estudantis. Como exemplo, temos a ação tanto de sindicatos, como os partidos de esquerda, no Maio de 1968 na França, que ilustra a perspectiva que estes grupos tomaram. Ou seja, se tornaram instituições burocráticas que tinham como objetivo a manutenção do capitalismo através da corrupção dos sindicatos. Nesse sentido, segundo Solitarity:

Embora a manifestação tenha sido declarada uma manifestação conjunta, os líderes da CGT ainda estão se empenhando desesperadamente para evitar uma mistura, nas ruas, de estudantes e trabalhadores (2008, p.28).

Desta forma, num momento em que se apresentam as condições da luta pela transformação social, os sindicatos buscam refrear o movimento. Isso porque é evidente que seu objetivo não é lutar contra a burguesia, mas auxiliá-la no controle do proletariado (embora em momentos como este seja difícil controlá-lo).

### **2.3- Os Movimentos Juvenis**

Os movimentos juvenis nos anos de 1960 se iniciaram no meio estudantil, questionando o autoritarismo do meio acadêmico, entre outras questões. Ocorreram revoltas em todos os países capitalistas, Alemanha, Itália, Bélgica, Inglaterra, e Estados Unidos da América. Isso foi a manifestação de um sintoma de uma crise que extrapolava a questão estudantil. À crise do regime de acumulação, juntou-se outras questões da época como a oposição à guerra do Vietnã, a luta pelos direitos civis nos EUA, etc. Na Europa, uma juventude revoltava-se contra a forma de socialização na sociedade capitalista. Destes vários movimentos, dois merecem, a nosso ver, destaque: o Maio de 1968, na França, e a contracultura que surgiu nos EUA e se espalhou por todo o mundo. Por fim, discutiremos o refluxo dos movimentos juvenis dos anos 1960.

#### **2.3.1- Juventude e Universidade**

É inevitável citar que a juventude foi muito ativa nos movimentos contestatórios da sociedade capitalista dentro do contexto do regime de acumulação extensivo-intensivo. Diferentemente da juventude nazista, que era uma marionete do partido, a juventude nos anos 1960 teve um papel ativo. Ela questionou aspectos dentro das universidades, além de encampar projetos que criticavam a moral burguesa, os tabus e os preconceitos desta sociedade. Por fim, os jovens foram os principais agentes do movimento que abalou as estruturas da sociedade, o Maio de 68.

Diante deste fato algumas questões nos são colocadas: que mudança ocorreu na sociedade que proporcionou à juventude este papel ativo nos movimentos sociais, algo que não ocorrera anteriormente? Como a juventude iniciou manifestações que contagiaram as sociedades em crise dos países centrais, um papel que, na sociedade capitalista, é destinada historicamente a classe operária?

Estas questões remetem ao fato de que entre as várias garantias sociais que o Estado integracionista continha em seu discurso, estava a garantia do ensino público gratuito, o que proporcionou o acesso à universidade de jovens oriundos da classe operária. Isso proporcionou a possibilidade de estes terem mais acesso à universidade, no momento em que estas, segundo Groppo (2006), enfrentavam uma crise de identidade.

Com a pretensão de ser o locus autônomo de produção do saber universal atinge a célebre formulação de Karl Jaspers, que afirmou em 1946 que a universidade é o lugar onde por concessão do Estado e da sociedade uma determinada época pode cultivar a mais lúcida consciência de si própria. Os seus membros congregam-se nela com o único objetivo de procurar, incondicionalmente, a verdade e apenas por amor a verdade. Decorre dessa formulação que a investigação é o objetivo principal da universidade, esta deve ser o centro de cultura (e não só da ciência) e também deve ensinar a verdade buscada (GROPPO, 2006, p.14).

Decorre que esta visão de universidade é extremamente elitista. Afinal, desde sua criação, as universidades se destinavam à formação de indivíduos oriundos das classes mais privilegiadas. Este local de produção de alta cultura e obediência às regras entraria em crise com o processo de massificação, ocorrido após a Segunda Guerra Mundial (GROPPO, 2006).

A massificação colocou a universidade a serviço da formação de força de trabalho qualificada para o trabalho industrial, algo que difere do objetivo descrito acima, e que condiciona à necessidade do capital. Diante dessa nova realidade, houve o aumento do

número de estudantes vindos da classe trabalhadora. Assim, começou a ser colocada a hierarquização das oportunidades. Aos jovens da classe trabalhadora foi dificultado o acesso a cursos que possuíam uma possibilidade melhor de renumeração e, conseqüentemente, de ascensão social.

A isso, soma-se o fato da universidade tradicional ser organizada de forma burocrática e pouco democrática. Nesse sentido, um dos questionamentos que os jovens faziam dentro da universidade era o fato da não participação das decisões que lhes diziam respeito. Em Berkeley e na França este foi o estopim dos movimentos estudantis. Segundo Groppo:

Toda reforma só poderia realiza-se em escala nacional e de cima para baixo, cujo único resultado garantido era o reforço do centralismo, uniformidade e burocratismo do sistema. A única alternativa, a única que poderia garantir uma verdadeira reforma, foi a que efetivamente se deu na França: a pressão de um movimento estudantil de caráter radical, o maio de 1968 (2006, p.45).

Porém, estes movimentos que iniciaram na universidade tiveram um impacto maior na sociedade como um todo, pois neste período se vivia em um clima geral de mal-estar, causado, segundo alguns, pelo contexto geral da Guerra Fria (Groppo, 2005). Contudo, este clima não pode ser explicado apenas pela existência desta guerra. A Guerra Fria de fato causou ameaças, como no caso da Crise dos Mísseis que quase levou o mundo a uma guerra nuclear (HOSBAWM, 1998). Ou no caso das próprias “guerras de procuração” (denominação às ações de ambos os lados com o objetivo de aumentar sua zona de influência). Ou também como no caso da Guerra do Vietnã que gerou protestos dentro e fora dos EUA contra a intervenção desta potência no país asiático. O que ocorre segundo Viana (2009) é que a força dos EUA é baseada no seu aparato militar e, este para se manter precisa estar constantemente em ação. Basta ver quantos conflitos os EUA se envolveram direta ou indiretamente para constatar esta tese. Todavia, o que defendemos é que tal momento de “mal-estar” não teve uma causa unívoca. Ele ocorreu, sobretudo, devido à crise do regime de acumulação intensivo-extensivo. Crise essa provocada pela queda da taxa de lucro médio que impôs reformas à sociedade capitalista para a sua manutenção. E são nos momentos de crise também que se abre espaço para questionamentos de toda ordem.

Nos Estados Unidos a crise do regime de acumulação somou-se aos questionamentos em relação aos Direito Civis, ligados diretamente à questão racial, que

suscitava revolta da população negra, e à participação do país na Guerra do Vietnã. Assim, estes eventos fizeram com revoltas eclodissem por todo o país. Já na Europa, a crise do regime de acumulação somou-se também aos protestos contra a Guerra, mas, devido à tradição de movimentos de esquerda já existentes no continente, os movimentos tiveram a adesão da classe operária e a transformação social era algo em pauta.

Neste contexto, vemos que o mal-estar gerado pela crise do regime de acumulação, manifestado pela recusa do trabalho alienado e da vida adulta em geral, foi se avolumando. E durante esse período não podemos esquecer o papel de influência da Internacional Situacionista nos estudantes franceses (IS, 2002). Um panfleto intitulado “A Miséria do Movimento Estudantil”, de 1967, teve repercussões na França e até nos Estados Unidos, onde estudantes realizaram sua distribuição e suas críticas extrapolaram o meio acadêmico.

Segundo o panfleto, o estudante na França foi, depois do policial e do padre, o ser mais universalmente desprezado (IS, 2002, p.30). A crítica dos situacionistas se volta contra a “sociedade do espetáculo” – termo que eles utilizam para denominar o capitalismo nos pós Segunda Guerra Mundial. Tal sociedade seria caracterizada pelo consumismo e pela alienação, onde se fazia necessária uma crítica das ciências sociais, da economia política e da vida cotidiana. Além disso, também se viu necessário criticar os partidos e sindicatos e por isso, nesse momento, houve a emergência da discussão sobre autogestão social. Segundo a Internacional Situacionista:

A instalação da reificação no espetáculo, sob o capitalismo moderno, impõe um papel a cada um dentro da passividade generalizada. O estudante não poder fugir a essa regra. Ele desempenha um papel provisório, que o prepara para o papel definitivo que irá assumir, como elemento positivo e conservador, dentro do funcionamento do sistema mercantil (2002, p.32).

Assim como Lapassade (1974), a Internacional Situacionista identifica que a crise na universidade é o reflexo de uma sociedade alienada em que a forma mercadoria toma conta das relações sociais em geral. Nesse sentido, o homem se torna um meio e não um fim. E quem deveria criticar esta realidade estava incorporado ao sistema, tal como os partidos e os sindicatos. Quanto à universidade, sua crise derivava de seu ensino mecânico cujo objetivo era formar indivíduos que seriam pequenos funcionários. Estes, munidos de um conhecimento técnico, estariam aptos a se tornarem engrenagens do sistema. Segundo a Internacional Situacionista:

A famosa crise da universidade, mero detalhe da crise mais geral do capitalismo moderno, permanece objeto de um diálogo de surdos entre especialistas. Ela traduz simplesmente as dificuldades de um ajuste tardio desse setor especial da produção a uma transformação global do aparelho produtivo. Os resíduos da velha ideologia da universidade liberal burguesa se banalizaram no momento em que a sua base social desaparece. A universidade conseguiu julgar-se uma potência autônoma na época do capitalismo de livre troca e de seu Estado liberal, que lhe concedia uma certa liberdade marginal. Na realidade, ela dependia essencialmente das necessidades desse tipo de sociedade: fornecer cultura geral apropriada à maioria privilegiada que nela estudava antes de se integrar às fileiras da classe dirigente, da qual havia se ausentado por apenas um breve momento (2002, p.35).

Isso que ocorreu nas universidades também era reflexo da crise do regime de acumulação que os países centrais estavam passando. E, em decorrência dessa crise, emergiram os movimentos sociais. A expansão da universidade tinha aberto possibilidades aos jovens da classe operária ter acesso ao ensino superior. Contudo, isso não era mais garantia de ascensão social, muito menos garantia de uma perspectiva de vida melhor em relação à vida de seus pais. Por isso, a crise da universidade foi marcada por diversos movimentos que eclodiram nos anos de 1960, cujo início se deu no Maio de 1968 na França, o momento de maior contestação.

### **2.3.2- Maio de 1968 na França**

Nos anos 1960 eclodiram movimentos contestatórios em vários países: desde a Europa Ocidental, passando pelos Estados Unidos da América e chegando à América Latina. Contudo, como estes movimentos não são nosso objeto de estudo, apenas citaremos aqueles que se destacaram, para, assim, avançarmos ao nosso objeto, o Movimento Antiglobalização. Desta forma, analisaremos o movimento que teve o maior destaque, o Maio de 1968 francês. Sem desprezar a importância e a radicalidade de movimentos que ocorreram em outros países, o Maio de 1968, nas palavras de Groppo (2001), serviu como uma síntese do que é denominado como “onda mundial de revoltas”. Segundo Solidarity:

Este foi sem dúvida o maior levantamento revolucionário na Europa Ocidental desde a Comuna de Paris. Centenas de milhares de estudantes travaram batalhas intensas com a polícia. Nove milhões de trabalhadores entraram em greve. A bandeira vermelha da revolta tremulou sobre fábricas ocupadas, universidades, canteiros de obras, estaleiros, escolas primárias e secundárias, entradas de minas, estações ferroviárias, lojas de departamento... Praticamente todos os setores da sociedade francesa se envolveram de alguma forma (2008, p.73).

Desse modo, este movimento contou não apenas com a participação de jovens e estudantes, mas também com a participação da classe operária. Embora os sindicatos e partidos de esquerda fossem inicialmente contra as manifestações (SOLIDITARY, 2008), no momento em que os estudantes marcharam rumo às fábricas, como no caso da Renault, na França, tornou-se inevitável o encontro dos trabalhadores e estudantes. Assim, restou aos sindicatos a tentativa de controlar os trabalhadores através de panfletos, muitas vezes mentirosos, com o intuito de criar uma cisão entre os estudantes e os operários.

Inserido no conjunto das revoltas estudantis que ocorreram no período, o Maio de 68 na França teve como antecedente o fato da população universitária aumentar consideravelmente, passando de 207 mil estudantes, em 1956, para 505 mil, em 1967 (GOPPO, 2001). Assim, a crise da universidade, que mantinha uma estrutura autoritária, somada à crise do regime de acumulação intensivo-extensivo (VIANA, 2009), colocaram-se como elementos que, combinados, tiveram como resultado o Maio de 1968 francês.

O grupo “Movimento 22 de Março” foi considerado o estopim da revolta (GROPPO, 2001). Surgido em Nanterre, na periferia de Paris, era um grupo que congregava originalmente anarquistas, mas também outras correntes de esquerda que se autodenominavam independentes. Daniel Cohn-Bendit se destacou no movimento como uma das figuras mais proeminentes. O movimento fazia alusão à data em que estudantes do grupo de Cohn-Bendit foram presos pela polícia por pregarem cartazes. Diante disso, estudantes ocuparam a reitoria em Naterre (GROPPO, 2006) e entraram em contato com a UNEEF (União dos Estudantes Franceses). Essa revolta se espalhou por todo o país. Mas, mesmo depois de toda essa explicação, ainda é necessário colocar a seguinte questão: mesmo considerando a inserção do país na onda mundial de revoltas, o que tinha de específico na França que fez o movimento atingir tamanha proporção? Segundo Groppo, no caso deste país:

A ascensão do General de Gaulle em 1958, da qual o poder executivo pareceu sair exageradamente fortalecido em torno de um regime personalista; a traumática solução das questões coloniais francesas, com o fim da Guerra da Argélia e uma passiva posição em relação ao início da Guerra do Vietnã; o avanço de outro bastião do poder político e social na França, o Partido Comunista Francês (PCF), que preparava junto às demais forças da esquerda tradicional a conquista do poder nas eleições de 1972. Maio de 68 vinha dar cabo de uma situação política que parecia estagnada: um imenso vazio entre os extremos do gaullismo e o poderoso PCF, duas máquinas políticas

burocráticas nas quais, como dariam a entender os jovens em 1968, pareciam girar em falso as propostas da verdadeira renovação social (2001, p.519).

Assim, identificamos, no período de crise, a dificuldade da direita que está no poder em controlar a crise que está acima de qualquer Estado nacional. Uma crise do capitalismo que tem efeitos na sociedade como um todo e abre espaço para reivindicações de grupos marginalizados e da própria classe operária.

Diante deste quadro, onde setores conservadores se encontravam no poder e a crise se apresentava, seria razoável pensar nos partidos de esquerda apresentados como uma alternativa à gestão do Estado. Estes partidos de esquerda, em suas várias correntes (Trotskistas, Stalinistas, etc.), podem ser sintetizados em duas correntes principais: os bolchevistas e os socialdemocratas.

Os partidos bolcheviques, que pesem suas várias denominações, essencialmente defendem, segundo Tragtenberg (2007, 2008), que a revolução é tarefa que deve ser executada por uma vanguarda. Sendo que esta poderia conduzir o proletariado para o comunismo. Isso foi o que ocorreu na Revolução Russa. Enquanto a Revolução de Fevereiro foi espontânea, realizada pelos soviets, a de Outubro foi burocrática, quando Lênin e seus partidários tomam o poder do Estado, implantando um modelo de capitalismo estatal. A consolidação da Revolução Russa fez com que o Partido Comunista Russo exportasse esse modelo através do Comintern (HOBSBAWN, 1998b), cujo propósito era a difusão do comunismo e a união dos partidos comunistas de vários países. Conseqüentemente, temos uma unificação do discurso e das práticas de todos os partidos comunistas espalhados por diversos países. As mudanças pelas quais a Rússia revolucionária passou durante sua existência, refletiu na forma de atuação dos partidos no mundo. Desta forma, durante o governo de Stalin, seu modelo foi seguido. Contudo, quando este líder faleceu, começou-se a excomungar o stalinismo, alegando que este transformara a Rússia em uma ditadura. Assim, houve a ascensão de grupos que, dentro do leninismo, fizeram uma crítica ao stalinismo, embora segundo Viana (2007) estes não apresentassem diferenças essenciais, e, no fundo, defendem a mesma ideologia. Outro fator a ser mencionado é o papel do sindicato, neste caso específico, a CGT (Central Geral dos Trabalhadores). Pannekoek (2007) coloca que os sindicatos, na sociedade capitalista, se transformaram em grandes máquinas burocráticas que tem por objetivo controlar a classe trabalhadora e, assim, garantir a manutenção desta. No século XIX os sindicatos

surgiram como representantes dos trabalhadores diante dos capitalistas. Todavia, com o processo de burocratização, estes se tornaram órgãos do capital, onde determinados trabalhadores se tornariam susceptíveis à corrupção para atender aos interesses dos patrões. No século XX, o Estado passou a regular a ação sindical, permitindo apenas os sindicatos legalizados participarem das negociações com os patrões. Desta forma, os sindicatos contribuem para a manutenção do sistema. Tal fato tornou-se evidente no caso do Maio de 1968. Segundo Alain Bihr (2012), comprometidos com o compromisso fordista, os sindicatos buscavam a manutenção de um modelo que se encontrava em crise e que anunciava a passagem para um novo regime de acumulação, o Integral, que se baseia na intensificação da exploração dos trabalhadores, tanto nos países do bloco imperialista, como do bloco subordinado. Já a socialdemocracia que abertamente defende que a tese de que os trabalhadores devem conquistar o poder pela via democrática, além de ter renunciado claramente a qualquer perspectiva revolucionária, fazia parte do acordo no qual o Estado integracionista foi implementado. Desta forma, as principais lideranças da esquerda institucionalizada estavam comprometidas com objetivos particulares. Quando o movimento eclodiu, estas lideranças tentaram, num primeiro momento, ignorá-lo. Porém, posteriormente, tentaram distanciar os trabalhadores dos estudantes (SOLIDITARY, 2008) com o intuito de evitar a difusão das ideias libertárias trazidas pelo movimento estudantil, tais como as discussões sobre autogestão, anarquismo e outros temas que confrontavam a perspectiva leninista. Nesse sentido, para o partido, o importante era canalizar o movimento para o âmbito. Segundo Groppo:

Na França, os aguerridos estudantes da rebelião de maio de 1968 foram obrigados a assistir ao conluio entre a amolecida CGT e o PC, que passaram a agir como órgãos de confiança do presidente de Gaulle na manutenção de um governo responsável e ordeiro. Se os estudantes rebeldes marcham aos milhares para as barricadas, seus pais cautelosos marcham às dezenas de milhares em defesa do *status quo* e votam aos milhões pela manutenção da elite gerencial... Até mesmo os operários, que engrossam aos milhões as fileiras dos estudantes durante as primeiras fases da Greve Geral de maio de 1968, parecem haver chegado à conclusão de que a essência da revolução consiste num envelope de pagamento mais polpudo (2001, p. 527).

Diante desta junção de setores conservadores com a esquerda institucionalizada, iniciou-se uma massiva propaganda contra os estudantes. Começou-se a divulgar que os estudantes eram anarquistas, baderneiros, etc. Contudo, na verdade, o que incomodava os sindicalistas eram as ideias libertárias, bem como práticas que defendiam a auto-organização dos trabalhadores e a espontaneidade de suas ações, sem a mediação do

sindicato. Como exemplo, podemos citar o caso da marcha até a Renault, quando os estudantes encontraram os portões da fábrica fechados por determinação do sindicato (SOLIDARITY, 2008).

Para além do que já foi discutido aqui, o movimento na França coloca mais duas questões a serem debatidas: 1) a oposição entre o anarquismo e o marxismo; 2) o conflito de gerações, onde os adultos preferiram um aumento salarial a uma transformação social.

Hobsbawm (1998b) e Groppo (2005) colocam que o Maio de 68 teve características de um movimento anarquista, opondo-se ao marxismo. Tanto o marxismo quanto o anarquismo originam-se da tradição libertária. Para Luiz Pilla Vares (1986), ambos partilham do desejo de libertar o homem da exploração, destruindo os mecanismos que alicerçam a dominação. Contudo, existem diferenças que colocam o anarquismo como uma corrente mais ativista que o marxismo, devido à reflexão teórica do último. Marx, no *Manifesto Comunista* (1998), colocava que o proletariado deveria conquistar o poder, tomando-o da burguesia, e instituir a ditadura dos trabalhadores. Depois da Comuna de Paris, em 1871, Marx (2011) reviu suas teses e chegou à conclusão de que o objetivo da classe trabalhadora era destruir o Estado e fundar um autogoverno dos produtores. Contudo, existia uma corrente dentro do marxismo que defendia a tomada do poder pela via eleitoral, a socialdemocracia. Esta começava a surgir neste período no fim do século XIX e o debate com os anarquistas se acirrou.

Os anarquistas, por sua vez, eram antiestatistas, e sua ação não precedia de uma reflexão teórica. Vares (1986) coloca que Phoudhon defendia o ativismo, e, embora tivesse proximidade com Marx, tinha dificuldade de compreender o materialismo histórico o que gerou críticas por isso. Outro grande autor influente dentro do anarquismo, Bakunin, concordava com as teses do materialismo histórico, porém divergia de Marx, pois acreditava que a organização dos trabalhadores deveria se organizar em sociedades secretas (VARES, 1986). Além disso, Bakunin não se dedicava à produção teórica. Seus textos publicados são fragmentos de cartas, pequenos panfletos, etc. que foram reunidos como livros. Dessa polêmica, nasceu o antagonismo entre o marxismo e o anarquismo. Segundo Bakunin:

Detesto o comunismo porque trata-se da negação da liberdade e eu não posso conceber nada humano sem a liberdade. Não sou comunista ainda porque o

comunismo concentra e absorve todas as forças da sociedade nas mãos do Estado, enquanto eu quero a abolição do Estado. (BAKUNIN apud VERAS, 1986, p.39).

Assim se estabeleceu uma polêmica entre o anarquismo, supostamente mais radical, e o marxismo. Contudo, essa polêmica não refere-se ao marxismo autêntico, mas sim às suas deformações, mais conhecida como bolchevismo e socialdemocracia. Assim, quando Hobsbawm fala que o Maio de 1968 teve uma característica anarquista, o filiado do Partido Comunista Inglês tinha como referência o marxismo que ele defendia, isto é, o marxismo-leninismo que, na verdade, é uma deformação do marxismo autêntico. O historiador inglês não se deu ao trabalho de investigar onde os movimentos de 1968 tinham buscado inspiração. Eles se inspiraram não apenas no anarquismo, mas também no marxismo, especificamente nos autores que defendiam a autogestão e criticavam o burocratismo bolchevique e social-democrata, como Pannekoek e Korsch.

A segunda questão colocada refere-se à ideia de que o Maio de 1968 foi um confronto de gerações. Antes de discutirmos isso, é necessário apresentar o que seria uma geração, o que as define e, finalmente, o que as coloca em oposição. Segundo Mannheim, uma geração é determinada pelo modo como certos modelos de experiência e pensamento tendem a ser trazidos à existência pelos dados naturais da transição de uma geração para outra (MANNHEIM apud VIANA, 2012, p.58). Uma geração, compartilhando das mesmas experiências, tende a criar o que Viana (2012) denomina de “gerações uniformizadas”. Porém, o que determina uma geração, ainda segundo Viana, é o processo histórico do capitalismo.

A cada regime de acumulação há a tendência de existir uma geração uniformizada hegemônica nas quatro gerações etárias coexistentes (crianças, jovens, adultos, idosos). Obviamente, a existência de uma geração uniformizada hegemônica implica na existência de outras, não hegemônicas, com maior ou menor importância dependendo do regime de acumulação, das lutas sociais, etc. (VIANA, 2012, p. 61).

O conflito de 1968 é um sintoma da crise do regime de acumulação. Os jovens se rebelavam contra a sociedade capitalista que já não lhes garantia uma inserção no mercado de trabalho, nem um nível de renda. Já os pais desses jovens, uma geração que viveu num regime de acumulação anterior, e que tinha presenciado os horrores da Segunda Guerra, estavam satisfeitos (GROPPO, 2001). O movimento, no início,

compunha uma ação estudantil, mas que foi se generalizando, atingindo trabalhadores e, no final, houve recuo e novo isolamento. O próprio movimento de estudantes estava em refluxo. Mas, além disso, também houve o fato do PCF ter derrotado De Gaulle no referendo de 1969 (GROPPO, 2001), fazendo com que fosse concedido aumentos salariais aos operários. Estes, apesar de terem participado das manifestações, devido à influência de partidos e sindicatos, demonstraram claramente que existia uma cisão entre a base e as organizações oficiais. Com essa perspectiva de vantagens oferecidas pelo governo, optaram por aceitar um acordo, embora experiências autogestionárias tenham sido postas em prática.

### **2.3.3- A Contracultura**

O movimento denominado contracultura foi um dos polos de contestação que ocorreu nos anos de 1960. Seu surgimento se deu nos Estados Unidos da América, também tendo ressonância na Europa e América Latina. A contracultura se caracterizava por ser uma revolta juvenil que questionava os valores da sociedade capitalista. Embora tendo repercussão mundial, ela não foi um movimento uniforme. Em cada país em que esteve presente, apresentou características próprias, tendo em comum o objetivo de apontar uma alternativa à tecnocracia dominante nas sociedades capitalistas.

Esse movimento surgiu nos EUA, um país, segundo Roszak (1972), em que a tradição de movimentos de esquerda é quase nula, diferentemente da Europa onde o movimento operário é mais organizado e existe uma tradição da esquerda no cenário político. Assim, surgido como uma forma de contestação do modo de vida americano, questionou valores, normas e, principalmente, o sistema estabelecido onde os jovens eram preparados para ser uma engrenagem do sistema.

Desta forma, as contraculturas trazem à tona temas como cultura, tecnocracia, psicanálise, entorpecentes, marxismo e nova esquerda. Todos esses temas foram retomados no movimento e revelam uma crítica da sociedade capitalista, bem como a busca de modelos que superem esta sociedade. Modelos que, em muitos casos, não passam de sonhos sem qualquer perspectiva de transformar a realidade.

A contracultura se opunha à cultura oficial, mas o que vem a ser o conceito de cultura? Segundo François Laplantine:

A cultura é o conjunto dos comportamentos, saberes e saber-fazer característicos de um grupo humano ou de uma sociedade dada, sendo essas atividades adquiridas através de um processo de aprendizagem, e transmitidas ao conjunto de seus membros (1991, p.120).

A concepção antropológica de cultura, como demonstrado acima, é ampla e antagônica à concepção marxista, que é restrita, referindo-se apenas a ideias, produção intelectual, etc. e não inclui “material”, costumes, comportamento. Porém, a contracultura se opunha não somente à cultura, mas ao modo de vida e costumes da sociedade capitalista.

Assim, iniciamos o ponto central das contraculturas: uma recusa à cultura ocidental. Embora este movimento fosse situado nos anos 1960, cabe questionar se o termo contracultura se aplica apenas a este período ou se movimentos que questionam a sociedade podem ser enquadrados como contracultura. Os movimentos que questionavam a sociedade nos anos 1960 foram denominados de contracultura por se opor ao modo de vida na sociedade capitalista. Contudo, movimentos com características semelhantes surgiram e não receberam esta denominação. O pós-estruturalismo, com sua crítica aparente à sociedade moderna, poderia se reivindicar herdeiro da contracultura, por exemplo. Porém, os movimentos dos anos 1960 eram radicais e, apesar das contradições, buscavam uma alternativa à sociedade capitalista, algo que o pós-estruturalismo não busca. Pelo contrário, suas ideologias buscam a manutenção da sociedade capitalista. Questionamentos à parte, a contracultura foi um movimento importante no seio dos movimentos dos anos 1960 e, embora não fosse revolucionário a ponto de destruir as bases da sociedade capitalista, teve uma importante contribuição na crítica desta sociedade.

Segundo Carlos Alberto M. Pereira:

O termo contracultura foi inventado pela imprensa norte-americana, nos anos 60, para designar um conjunto de manifestações culturais novas que floresceram, não só nos Estados Unidos, como em vários outros países, especialmente na Europa e, embora com menor intensidade e repercussão, na América Latina. Na verdade, é um termo adequado porque uma das características básicas do fenômeno é o fato de se opor, de diferentes maneiras à cultura vigente e oficializada pelas principais instituições do Ocidente (1983, p. 13).

Se se sentia que algo na sociedade capitalista não ocorria bem, mas com certeza identificar o modo de vida como elemento principal a ser combatido demonstra que estes

jovens não eram oriundos da classe operária, pois esta é quem tem clareza da origem de suas angústias nesta sociedade (no caso, a exploração feita pelo capital).

Um ponto principal que levava os jovens a se revoltar contra a ordem vigente é o que Roszak (1972) e Fromm (1970) denominam de “tecnocracia”. Ou seja, uma sociedade totalmente dirigida, na qual os indivíduos são engrenagens do sistema, pensados para funcionarem de forma mecânica. Contudo, existem contradições na sociedade capitalista. Fromm (1975) coloca que o indivíduo “ajustado” a esta sociedade tende a ser, do ponto de vista psíquico, um neurótico, embora em momentos de estabilidade social estas contradições sejam menos notadas. Uma sociedade desse modo pode ter sido pensada na elaboração do Estado integracionista, no qual as necessidades básicas dos indivíduos eram (supostamente) atendidas e, assim, a sociedade funcionaria, para usar o termo de Durkheim, normalmente. Segundo Roszak:

Refiro-me àquela forma social na qual uma sociedade industrial atinge o ápice de sua integração organizacional. É o ideal que geralmente as pessoas têm em mente quando falam de modernização, atualização, racionalização, planejamento. Com base em imperativos incontestáveis, níveis cada vez maiores de força humana coletiva, a tecnocracia age no sentido de eliminar as brechas e fissuras da sociedade industrial (1972, p. 20).

A premissa da tecnocracia é manter a sociedade funcionando de forma eficaz. Isso pressupõe que os indivíduos alienados sejam convencidos de que a sociedade funciona bem. Assim, entram em cena os especialistas de todas as áreas, com respostas prontas para os problemas surgidos. Se alguém, por exemplo, está deprimido, procura-se um psicólogo e este indicará uma solução para a depressão. Em todas as áreas do conhecimento na sociedade tecnocrática, estes especialistas criam o mito da ciência e dos cientistas. Rubem Alves (1981) coloca que, na sociedade moderna, o cientista virou um mito, com poderes sobrenaturais acima dos humanos comuns. Assim, há a crítica da razão instrumental, o que pressupõe separar razão instrumental, ligada ao poder e reprodução do capital, e a razão emancipadora, ligada à emancipação humana.

Segundo Roszak (1972), esse mito da ciência, que apoia a tecnocracia, se baseia em três premissas:

- 1- Que as necessidades vitais do homem são de caráter puramente técnico. Ou seja: os requisitos de nossa condição humana submetem-se inteiramente a alguma espécie de análise formal capaz de ser levada a cabo por especialistas, detentores de certos conhecimentos impenetráveis, e que pode então ser

- traduzida por eles, diretamente, num acervo de programas sociais e econômicos, processos de administração pessoal, mercadorias e dispositivos mecânicos;
- 2- Que essa análise formal (e altamente esotérica) de nossas necessidades ache-se atualmente concluída em 99%. Por conseguinte, apesar de empecilhos e dificuldades secundárias criadas por elementos irracionais em nosso meio, os pré-requisitos de realização humana acham-se inteiramente satisfeitos;
  - 3- Que os especialistas que sondaram nossos recônditos desejos e que são os únicos capazes de continuar o prover de nossas necessidades, os especialistas que realmente sabem o que dizem, estão todos eles na folha de pagamento oficial da estrutura estatal e/ou empresarial (1972, p. 23-24).

A tecnocracia estabelece um modelo de sociedade em que a adesão da maioria dos indivíduos é necessária para o seu funcionamento. Segundo denominou Marcuse (1967), este seria o “homem unidimensional”, característico das sociedades capitalistas avançadas, cuja consciência é totalmente controlada pelo sistema. Sendo assim, cabe aos jovens, no processo de ressocialização repressivo, destacarem-se no questionamento dessa sociedade. E de maneira inesperada e não prevista, de fato criaram um movimento que abalou as bases da sociedade.

Autores como Fromm (1970) já tinham diagnosticado que a sociedade capitalista é uma sociedade enferma. O seu funcionamento dentro do que se entende por “normalidade” é neurótico. O indivíduo bem adaptado a esta sociedade é alguém que vive em competição com os outros, cultua o dinheiro como um deus, vive bombardeado por necessidades artificiais de consumismo orquestrado pela mídia, etc. Enfim, o indivíduo considerado normal é alguém totalmente alienado, e seus desejos e sentimentos são manipulados.

O efeito dessa manipulação pode ser percebido de várias maneiras, desde o fanatismo religioso até a quantidade de indivíduos que procuram clínicas para tratamento psiquiátrico. Pode ser que muitos indivíduos sintam que a sociedade vai mal, mas diagnosticar a real causa e lutar contra ela é algo mais raro, tanto do ponto de vista individual, como social. O ponto central dessas análises se centra no conceito de alienação:

Contudo não se trata de alienação naquele sentido puramente institucional em que o capitalismo tende a alienar o trabalhador dos meios e frutos da produção; e sim a alienação com o homem, um amortecimento que pode insinuar-se até mesmo naqueles movimentos revolucionários com que as melhores intenções

humanitárias tentam eliminar os sintomas externos de alienação (ROSZAK, 1972, p. 68).

Desta forma, os jovens buscaram alternativas à cultura capitalista ocidental. Este é o caso do surgimento do movimento hippie nos Estados Unidos, movimento que buscava questionar a sociedade através da recusa de sua inserção, tal como é planejado por esta. A recusa da razão ocidental e retorno do pensamento religioso é algo que Roszak (1972) coloca como inédito na crítica ocidental desde o Iluminismo, embora essa busca religiosa tenha como característica a procura por religiões orientais.

Outro ponto levantado pelas contraculturas é denominado por Roszak (1972) como a dialética da libertação: Freud e Marx. A realidade psíquica ou a realidade social é o motor principal de nossas vidas? Essa pergunta pode ser respondida não opondo os dois pensadores, mais sim usando um para complementar o outro. Segundo Fromm:

Marx acreditava que a maior parte do que pensamos sobre nós e os outros é ilusão, é ideologia. Acreditava que nossos pensamentos individuais formam-se de acordo com as ideias desenvolvidas por uma determinada sociedade, e tais ideias são condicionadas pela estrutura e modo de funcionamento da sociedade... Freud impressionado com experiências hipnóticas que demonstravam como a pessoa em transe pode acreditar na realidade daquilo que é evidentemente irreal, ele descobriu que as maiorias das ideias das pessoas que não estão em transe também não correspondem a realidade, e que, por outro lado, a maior parte do que é real não é consciente (FROMM, 1965, p. 18-19).

Marx fala sobre os mecanismos utilizados pela burguesia para manter sua dominação sobre as demais classes, isto é, a ideologia, e a necessidade de desmascará-la. Freud faz algo semelhante pensando em relação ao indivíduo. Se os pensamentos deste indivíduo não são conscientes como comumente se imagina, existe algo a ser descoberto: o inconsciente, que, para Freud, precisa ser desvendado. Se para Marx era preciso destruir a sociedade capitalista para libertar o homem, Freud acreditava que o inconsciente deveria ser revelado e, assim, fazer com que o homem se adeque à vida na sociedade. Porém, Freud, devido à sua condição de classe, não percebeu que a psicanálise pode contribuir para emancipação humana. Foram outros autores, como Fromm, que perceberam que a psicanálise freudiana, junto com o marxismo, poderia contribuir para a luta contra a dominação capitalista.

Isso foi percebido nos movimentos dos anos de 1960. Roszak (1972) coloca que a liberdade sexual era um dos principais pontos a serem debatidos. A rebelião na França

teve capítulos relacionados à repressão sexual, sendo que o estopim desta rebelião ocorreu quando não foi permitida a visita de estudantes do sexo masculino ao alojamento do sexo feminino (GROPPO,2001). Assim, a revolução sexual estava em pauta, fundamentada pelas teorias de Reich, para quem:

A importância primordial do orgasmo para o bem da saúde, tanto mental quanto física, bem como para evitar neuroses, levou-o a formular uma teoria de psicopatologia e uma crítica à sociedade capitalista... A sua convicção era, que a vida podia, sem dúvida ser mais livre e menos complicada e menos complicada que as sociedades civilizadas permitem, e que, se o homem pudesse viver pelos seus instintos e não em submissão à sua armadura de caráter, a vida poderia ser não só mais livre e rica do que é, como ainda muitos problemas morais e doenças físicas, incluindo o câncer, jamais ocorreriam (RYCROFT, 1971, p. 41).

Para Reich, o fundamental era a liberdade sexual, pois ela estava na raiz da dominação exercida pela sociedade capitalista. Logo, sua tese teve alguma influência nos movimentos dos anos 1960. Porém, estes não perceberam que a libertação sexual não ocorreria sem as condições para o desenvolvimento de uma nova. Isso porque no interior da sociedade capitalista a suposta “libertação” sexual é limitada pelos ditames do capital (mercado), Estado, classe social, valores e cultura em geral, etc.

Assim, a bandeira da liberdade sexual, levantada como uma das principais críticas à sociedade capitalista, tornou-se limitada. Logo, tal bandeira passou a ser dos pós-modernistas, com um conteúdo reacionário.

Nesse sentido, os movimentos da contracultura buscavam se libertar da moral burguesa, da racionalidade ocidental. Segundo Groppo:

A família e a escola são do ponto de vista político, oficinas para produzir pessoas obedientes à ordem burguesa... A falta de espírito crítico, a proibição de protestar, a ausência de opinião pessoal caracterizam a relação das crianças fiéis à família, do mesmo modo como os empregados e funcionários se submetem ao Estado e os operários sem consciência de classe se submetem aos patrões (2001, p. 598).

Se o inimigo era a sociedade capitalista e, conseqüentemente, a socialização efetuada nesta, seria natural que os movimentos juvenis se aproximassem das teses e do movimento operário. Já que este tem a obrigação de se libertar da opressão, destruindo a sociedade capitalista – seu objetivo histórico. Contudo, o pertencimento de classe pode determinar até que ponto o indivíduo está disposto a romper com a sociedade. Isso significa dizer que os “rebeldes sem causa”, oriundos da classe burguesa, não almejavam

destruir esta sociedade, apenas gostariam que ela fosse mais livre, como demonstra Carlos Alberto M. Pereira:

Era exatamente a juventude das camadas altas e médias dos grandes centros urbanos que, tendo pleno acesso aos privilégios da cultura dominante, por suas grandes possibilidades de entrada no sistema de ensino e no mercado de trabalho, rejeitavam esta mesma cultura de dentro (1983, p. 23).

Desta forma, os movimentos da contracultura, segundo Roszak, tomaram vários caminhos: desde a arte de vanguarda, misticismos, esoterismos, liberalização sexual até experimentos com drogas psicodélicas, tidos como experiências que faziam expandir a mente e a percepção da realidade, quando sabemos que os efeitos das drogas não são tão benéficos assim.

Segundo Groppo:

Theodore Roszak criticava tenazmente os rumos tomados pelas contraculturas e o movimento hippie, ao tornar a experiência psicodélica com drogas a principal e, em muitos casos, a única forma de exploração da consciência e busca de novos compartimentos de espírito. Deste modo, grande parcela dos jovens nas contraculturas, rumava para a alienação e auto-destruição: A experiência psicodélica é um elemento importante da rejeição radical da sociedade adulta por parte dos jovens. Contudo, é essa busca frenética da panaceia farmacológica que tende a desviar muitos jovens de tudo quanto sua rebelião tem de mais valioso e que ameaça destruir suas sensibilidades mais promissoras (2001, p. 593).

Assim, chegamos ao ponto em que as contraculturas chegaram ao seu limite. Apesar das críticas à sociedade capitalista ocidental, sua racionalidade, seus valores, sua moral repressiva, etc., os caminhos tomados pelo movimento não apontavam para a superação desta sociedade. Pelo contrário, a cultura hippie, através da música e das roupas, foi incorporada pelo capital. No caso da música, o período que vai dos anos 60 aos 70 foi a época da música psicodélica. Bandas de rock, como Pink Floyd, exploraram estas experiências com drogas, entre outros.

#### **2.4-Fim de um Sonho?**

Quando John Lennon anunciou, em 1970, o fim dos Beatles com a frase: “o sonho acabou”, muitos a estenderam aos movimentos dos anos 1960, no sentido de que eles também terminaram. A utopia de uma sociedade mais justa foi abandonada e a sociedade voltou ao “normal”. Ao fazer um balanço dos movimentos dos anos 1960, constatamos que apesar de ter ocorrido a busca por uma libertação, as bases da sociedade capitalista

continuaram a existir. Assim, estes movimentos deram espaço, a partir dos anos 1970, a uma nova forma de pensamento: o denominado de “pós-moderno” que, como o próprio nome diz, se propõe a ser algo que surgiu após a modernidade.

Os movimentos dos anos 1960 tinham como principal característica uma crítica à sociedade, por meio de diversas formas. Com maior ou menor radicalidade, questionava-se o modo de vida da sociedade capitalista ocidental, embora as alternativas que se propunham nem sempre apontavam para uma superação desta, como o próprio movimento hippie. Os anos de 1970 marcam o período de transição do regime de acumulação extensivo-intensivo para o regime de acumulação integral. Desse modo, interessa-nos discutir como essa transição se processou, chegando à a essência do pós-modernismo. Este pegou elementos críticos da contracultura, que apontavam para a superação da sociedade capitalista, transformando-os em um conteúdo reacionário.

Durante os anos de 1960 emergiram movimentos como os situacionistas, que basicamente questionavam a alienação e a sociedade de consumo. Os situacionistas influenciaram os estudantes que, por sua vez, iniciaram um movimento que de início questionava a situação do estudante na universidade, mas depois também saiu às ruas questionando os valores da sociedade capitalista. No bojo dessas manifestações, vieram à tona a questão do racismo nos Estados Unidos e o Movimento Feminista, que questionava o papel submisso da mulher na sociedade capitalista. Alguns desses temas foram incorporados e transformados pelo pós-modernismo, que, em essência, é contrarrevolucionário (VIANA, 2009).

O pós-modernismo se apresenta como uma oposição ao modernismo, segundo Viana (2009). Ele é um falso conceito, pois não existe uma mudança essencial para afirmarmos que a modernidade capitalista estaria superada. As transformações que ocorrem dentro do sistema capitalista durante a sua existência não significam que ele foi superado. Uma superação da sociedade capitalista pressupõe a destruição de suas bases, no caso, a extração de mais valor. As confusas teses elaboradas pelos pós-modernos sobre a superação do capitalismo não passam de leituras equivocadas, como a afirmação de que o declínio do setor industrial, e o conseqüente crescimento do setor de serviços, configuraria uma superação do capitalismo. Se tivessem lido Marx, perceberiam que esta alteração faz parte da dinâmica do capitalismo, ao trocar capital variável por constante.

## Segundo Wood:

Os pós-modernistas interessam-se por linguagem, cultura e discurso. Para alguns, isso parece significar, de forma bem literal, que os seres humanos e suas relações sociais são constituídos de linguagem, e nada mais, ou, no mínimo, que a linguagem é tudo o que podemos conhecer do mundo e que não temos acesso a qualquer outra realidade... Mesmo em suas manifestações menos extremas o pós-modernismo insiste na impossibilidade de qualquer política libertadora baseada em algum tipo de conhecimento ou visão totalizante. Até mesmo uma política anticapitalista é por demais totalizante ou universalista (1999, p.11-13).

O capitalismo passou por mudanças após a Segunda Guerra Mundial. Se diz muito que a ênfase no setor terciário e a desindustrialização de algumas regiões é um indício claro dessa mudança. Ocorre que o capitalismo tem uma tendência à queda da taxa de lucro médio (MARX, 1978) e isso força os capitalistas a buscarem mecanismos para manter a taxa de lucro. Assim, a transferência de indústrias de locais onde o custo de produção é maior para locais onde é menor, faz parte da lógica do sistema.

Outro ponto atacado pelo pós-modernismo<sup>1</sup> é a crítica da razão ocidental. Essa crítica começou com os autores da Escola de Frankfurt (SLATER, 1978). A contracultura também fez essa crítica, assim como os grupos mais à esquerda, como os situacionistas que partiam da ideia da alienação e da mercantilização das relações sociais. Por outro lado, os hippies, por exemplo, não utilizaram suas críticas para questionar o sociedade capitalista. Eles fizeram uma crítica dos costumes e foram buscar nas drogas, nas religiões orientais, etc., um suposto e inexistente caminho para a superação da sociedade capitalista.

## O pós-estruturalismo emerge neste contexto e segundo Viana:

Podemos considerar que existem três tendências pós-estruturalistas. Uma é o pós-estruturalismo conservador, representando por nomes como de Jean Baudrillard, Richard Rorty, Michel Mafesolli, Jacques Derrida, Roland Barthes, entre outros. Esse é um pós-estruturalismo que faz a apologia da sociedade contemporânea. Há também um pós-modernismo crítico (o que não quer dizer revolucionário), cujos representantes são Foucault, Deleuze, Guattari, entre outros. Há, também, o pós-estruturalismo eclético, que une pós-estruturalismo e outras tendências do pensamento moderno, tal como o marxismo, e este é o caso de Antônio Negri, Cornelius Castoriadis, entre outros. O primeiro tipo de pós-estruturalismo faz apologia do capitalismo contemporâneo. O segundo focaliza a questão do poder, da dominação e realiza

---

<sup>1</sup> Pós-modernismo é um construto, um falso conceito, como colocamos anteriormente. O conceito mais correto é “pós-estruturalismo”. Utilizamos os dois termos, com o mesmo significado. Apesar do caráter equívoco do termo “pós-modernismo”, às vezes o utilizamos por ser de uso mais comum e também por ser utilizado por alguns autores pesquisados.

uma crítica à sociedade moderna, mas não propõe uma ruptura, uma revolução social. O terceiro aborda a questão da transformação social, mas de forma ambígua e eclética, aproximando-se geralmente do conservadorismo da primeira corrente, unindo teses de pensadores pós-estruturalistas e Marx, Spinoza, entre outros (2009, p. 159-160).

Assim, o pós-estruturalismo se divide em três correntes, tendo em comum um caráter reacionário. Essa característica foi a forma encontrada pelo sistema para agir de forma preventiva. Daí que a emergência de temas discutidos na academia perde o conteúdo político crítico, sendo que um dos principais alvos dessa ideologia foi o marxismo. Este foi acusado de ser totalizante, e não teria nada a dizer sobre a luta de minorias, racismo ou opressão de gênero. E, ainda, associado à sua deformação leninista, foi relegado a algo superado pelos pós-modernistas. Segundo Eagleton:

A acusação de que o marxismo não tem tido nada a dizer sobre raça, nação, colonialismo ou etnicidade é igualmente falsa. Na verdade, o movimento comunista foi o único lugar, no início do século XX, onde as questões de nacionalismo e colonialismo - junto com a questão de gênero - foram sistematicamente levantadas e debatidas (2003, p.54).

Porém, o conteúdo do marxismo é, em essência, revolucionário. Por isso, para a sociedade capitalista, é muito perturbador que ele esteja na universidade, entre os trabalhadores, enfim, entre os explorados que possam, em momentos de crise, como o Maio de 1968, desejar uma transformação social. O pós-modernismo, com seu discurso de fim da sociedade do trabalho e outras ideologias, cumpre o papel de frear os movimentos sociais.

Com muita frequência, pode ser observar que a teorização sobre o discurso e sobre as representações não faz mais que examinar velhos problemas, amplamente explorados no passado, repetindo observações que já tinham sido feitas, ou que são óbvias, com o vocabulário novo – Hayden White, Foucault, Ricoeur e o padre de Certu como provedores de léxico – e uma nova retórica, com que se inculcava, nos leitores desprevenidos, a ilusão de uma novidade interessante (um procedimento que, por outro lado, proporciona, aos profissionais em busca de respeitabilidade, a segurança de estar na última moda). Na verdade, não há mais do que uma fantasmagoria em tudo isto, geralmente reacionária, com uma viva preocupação em evitar “o confronto com as realidades da economia política e as circunstâncias do poder global” ... A esterilidade vazia de seu trabalho, que não contribui com nada de útil para as “práticas não discursivas” dos homens e mulheres de hoje, acabará relegando-os ao mesmo esquecimento em que repousa o saber tardio-aristotélico que manteve vitoriosos combates retóricos contra a revolução científica (FONTANA, 2004, p.410-411).

Desta forma, os pós-modernos colocam em pauta a questão do racismo, da mulher, etc., mas não discutem as bases sociais que desencadeiam tais problemas. Assim, em vez de criticar uma sociedade baseada na exploração do trabalhador, foca na opressão da

mulher, do negro, etc., sem perceberem que todos os proletários são explorados nessa sociedade. Os pós-modernos preferem buscar mecanismos para supostamente resolver o problema das minorias, como as cotas, e outras medidas das ditas ações afirmativas, que emergiram com o desmantelamento do aparato social que o Estado integracionista dispunha, ao invés de buscar mudanças estruturais.

Quando as décadas da contracultura- os anos 60 e 70- transformaram-se nos pós-modernos anos 80 e 90, a total irrelevância do marxismo pareceu ainda mais chocante. Pois agora a produção industrial realmente parecia em vias de desaparecer, e com ela o proletariado. A expansão econômica do pós-guerra foi se reduzindo gradualmente diante da intensificada concorrência internacional que forçava a queda das taxas de lucro [...] Como resultado desse corte nos lucros, todo o sistema capitalista foi forçado a passar por uma drástica renovação. A produção foi exportada para lugares de baixos salários naquilo que o Ocidente gosta de pensar amorosamente como o mundo em desenvolvimento (EAGLETON, 2003, p. 69).

Chegamos, assim, ao momento em que os movimentos dos anos 1960 não conseguiram uma transformação social e o capitalismo se apoderou de algumas bandeiras, tornando-as despolitizadas. Apenas com a consolidação do regime de acumulação integral, no fim dos anos de 1990, temos a reemergência dos movimentos sociais, novamente com a grande participação de estudantes.

### **CAPÍTULO 03 - O MOVIMENTO ANTIGLOBALIZAÇÃO**

A década de 1990 foi marcada pela hegemonia do Estado neoliberal e pelo neoimperialismo. Estes dois elementos combinados, junto com a reestruturação produtiva, ditaram a dinâmica da ofensiva do capital. Em meados dessa década, começou a emergir um movimento que foi aos poucos aglutinado grupos de várias tendências e que se combinaram no que foi denominado movimento antiglobalização.

Grupos que defendiam o meio ambiente, feministas, marxistas, autonomistas, dissidentes das correntes bolcheviques e socialdemocratas, anarquistas e outros, começaram a participar de um movimento que fazia frente à ofensiva neoliberal. Este movimento teve como marco os protestos em Seattle, durante a reunião da cúpula da Organização Mundial do Comércio. Milhares de pessoas foram às ruas demonstrando todo seu descontentamento com a sociedade capitalista.

Este movimento foi composto por grupos de diferentes posições dentro da oposição ao capitalismo. Isso incluía descendentes dos partidos de esquerda que, com o fim da URSS, buscavam um novo discurso que não se opunha radicalmente à sociedade capitalista, mas ao mesmo tempo congregava descontentes com esta sociedade. Mas, por outro lado, também houve grupos mais radicais, formados por marxistas radicais, autogestionários e anarquistas, que viam estes protestos como uma forma de marcar sua posição anticapitalista.

Os movimentos dos anos de 1960 entraram em refluxo, e, portanto, não conseguiram uma transformação mais ampla. Conseqüentemente, a sociedade capitalista seguiu sua marcha. Não defendemos aqui uma perspectiva positivista que acredita que apenas os grandes homens e os fatos devem entrar para a história. Porém, no que diz respeito aos movimentos juvenis, o fim dos anos 1960 até o final dos anos de 1990 configuraram anos de apatia. Nesta época, temos a consolidação do Regime de Acumulação Integral, formado pela reestruturação produtiva, com o toyotismo e o Estado neoliberal. Com o fim da URSS, muitos ideólogos insistiam em denomina-la de “socialismo real”, enquanto, na verdade, ela tenha se configurado como um capitalismo de estado. Sob essa perspectiva ideológica, a sua queda foi amplamente divulgada pela mídia burguesa como a prova de que o capitalismo tinha triunfado sobre o socialismo.

Isso deu espaço para ideologias muito efêmeras, como a de Fukuyama e o fim da história (ANDERSON, 1992).

O novo regime de acumulação se consolidou nos anos 1990 (VIANA, 2009) e este domínio foi muito curto em termos de tempo, se considerarmos os anos de 1980 como uma transição do regime de acumulação anterior para uma consolidação do regime de acumulação integral. Durante a década de 1990, quando esse regime começava a ser implementado nos países do bloco subordinado, um momento de oposição começa a emergir: o movimento antiglobalização. Este movimento se opunha à globalização. Mas o que é globalização? O que ela inova na dinâmica da sociedade capitalista? Ela, de fato, é algo novo, ou uma nova roupa de uma velha história?

Junto com a dita globalização, tivemos a ascensão de movimentos sociais que a contestavam. O movimento antiglobalização surge em meados dos anos 1990, no México (LEITE, 2003). Ele, progressivamente, ganha força e articulação via internet que, na segunda metade da década de 1990, já era uma realidade, e tem como clímax os protestos em Seattle, em 1999, na reunião da Organização Mundial do Comércio. Este protesto organizado nos EUA tinha como pontos principais a crítica da globalização, a questão ecológica. Pontos que o chamado G8, grupos dos países mais ricos do mundo, se recusavam a chegar a um acordo que agradasse aos manifestantes.

O protesto de Seattle, onde 50 mil pessoas foram às ruas e enfrentaram a repressão policial, deu o panorama do que aconteceria nos próximos anos: protestos nas cidades onde se realizavam as reuniões dos países mais ricos. Desta forma, a reunião da Organização Mundial do Comércio em Gênova, Itália, foi marcada por grandes protestos e por uma feroz repressão do Estado que levou à morte de Carlo Giuliani durante os protestos em Gênova (LUDD, 2002).

O movimento antiglobalização surge no contexto da consolidação do neoliberalismo e da crise das esquerdas, mais especificamente dos partidos políticos ditos de esquerda e dos sindicatos. Tais organizações estavam cada vez mais envolvidas em um movimento de burocratização e integração à sociedade capitalista, fortalecidas durante o regime de acumulação extensivo-intensivo. Agora, sem a URSS e muitos estando visceralmente ligados à estrutura do Estado, tais organizações ligadas ao

bolchevismo da URSS foram perdendo sua legitimidade diante dos trabalhadores. Algo que já se delineava, ficou evidente: os partidos comunistas ocidentais, que tinham abandonado a perspectiva revolucionária em troca de defender reformas dentro da sociedade capitalista, não faziam oposição à sociedade capitalista e suas bandeiras foram de buscar reformas, tal como nos anos de 1960, pois, nesse período de crise, os sindicatos e os partidos de esquerda agiram como guardiões do Estado francês (SOLIDITARY, 2008). Já em 2000 os comunistas ligados a corrente socialdemocrata ficaram sem discurso diante de uma crise mais aguda e uma situação de empobrecimento e desemprego colocados pelo regime de acumulação integral aos trabalhadores. Situação está, diga-se de passagem, levada a curso também por partidos de esquerda a fim de efetivarem políticas neoliberais, como o governo trabalhista de Tony Blair na Inglaterra dos anos de 1990.

Devido à contradição de interesses de classes, e à incompatibilidade entre as organizações burocráticas e os interesses do proletariado, da juventude, etc., vêm à cena movimentos inspirados em concepções que já existiam, mas que durante os anos de refluxo ficaram sem muita expressão, como o marxismo radical de Pannekoek e Korsch (VIANA, 2009) e o anarquismo. Também temos o surgimento do Centro de Mídia Independente, que teve um papel destacado na divulgação de ideias e relatos dos acontecimentos sem o filtro imposto pela mídia oficial. Os protestos também registram o surgimento de grupos como os Black Block. Eles surgiram nos anos 1960 como um grupo de tendência anarquista (LUDD, 2002) que tinha como principal característica a forma como se organizavam nas manifestações, usando táticas para o bloco se defender da repressão policial, e também se intitulavam anticapitalistas. Além de se defenderem, atacavam lojas e bancos, que, para eles, eram os símbolos do capitalismo. Declaradamente anticapitalistas, os Black Block entraram em confronto com outros grupos que faziam parte das manifestações, o Block Pink, os sindicalistas. Estes não tinham uma bandeira anticapitalista e não queriam ser associados à imagem que a mídia impunha aos Black Bloc, colocados como um grupo de vândalos e arruaceiros. Na verdade, o sindicato buscava alguma migalha para entregar aos trabalhadores a fim de reestabelecer seu domínio. Durante o Maio de 1968, os jovens e estudantes tiveram a oposição dos partidos de esquerda e dos sindicatos. Já nas manifestações contra a globalização, estas organizações burocráticas marcharam junto com eles. Contudo, assim

como antes, o reformismo e conservadorismo destas organizações ficaram evidentes, pois suas bandeiras hegemônicas são moderadas, apenas contra o neoliberalismo, e não contra o capitalismo em sua totalidade.

O movimento antiglobalização, devido à sua heterogeneidade<sup>2</sup>, deu origem à formação do Fórum Social Mundial em 2001, que tentava unificar o movimento em torno de uma agenda comum e que fizesse oposição ao Fórum Econômico em Davos, na Suíça, que ocorre todos os anos no mês de janeiro. Contudo, essa ideia de unificação continha uma problemática que o próprio movimento antiglobalização já trazia em si: não tem como haver “unificação”, já que há perspectivas de classes distintas. E o discurso da “unificação” é o discurso das forças moderadas, que, na prática, significa colocar os radicais como seus satélites e marionetes. Dentro dos movimentos havia aqueles com perspectivas declaradamente anticapitalistas, e outros apenas reformistas; aqueles de ação, radicais e enfrentamento nas manifestações, e outros moderados, defendendo as manifestações “sem violência”. Outro problema que surge dessas diferenças é: como criar um movimento que ao mesmo tempo em que questiona a sociedade capitalista, tem como parte componente grupos que estão integrados a esta sociedade, e que dispõem de recursos econômicos, podendo exercer uma hegemonia no Fórum (como de fato ocorreu), facilitando a cooptação e, assim, agindo no intuito de destruir o movimento?

Inicialmente, analisaremos neste capítulo o regime de acumulação integral, o Estado neoliberal e suas consequências sociais, as transformações internacionais que afetam as relações de trabalho, bem como as novas formas de organização do trabalho, focando no modelo denominado por Harvey (1992) de “flexível”. Embora este termo seja incompleto e problemático, pois se é flexível do ponto de vista do capital, do ponto de vista do trabalhador ele se torna inflexível (VIANA, 2009). Isso porque estas mudanças culminam no movimento chamado de “globalização” cujo marco temporal (momento de início) gera polêmica entre os estudiosos do tema (IANNI, 1997). Enquanto uns defendem que a globalização teve início nos anos 1970 (CATTANI, 1997), outros afirmam que o marco inicial é o fim da URSS, quando o capitalismo, de acordo com muitos ideólogos,

---

<sup>2</sup> Essa heterogeneidade se manifesta tanto na composição social (classes, frações de classes, gerações, entre outras subdivisões sociais), quanto nas concepções, ideologias, teorias, doutrinas, que influenciam o mesmo, tais como social-democracia, bolchevismo, anarquismo, conselhismo, situacionismo, ecologismo, entre diversas outras.

inicia sua fase hegemônica. Outro ponto a ser discutido é em relação ao termo “globalização”, diante da seguinte questão: este termo é adequado para explicar as relações internacionais que ocorreram neste período? Ele contém uma suposta neutralidade que corresponde à realidade? Acreditamos que o termo correto é “neoimperialismo” e, em decorrência desta nova realidade, chegamos ao ponto principal do trabalho, o movimento antiglobalização. Denominado “o movimento dos movimentos” (LEITE, 2003), o movimento antiglobalização surgiu no fim dos anos de 1990, e ganhou visibilidade devido aos protestos que faziam durante as reuniões do grupo dos países mais ricos. Como a mídia já estava voltada para a cobertura desses eventos, sua repercussão no âmbito mundial foi inevitável. Este movimento ressuscitou temas e práticas de contestação ao sistema que andavam fora de moda. Manifestações radicais ocorrem, ganhando destaque o surgimento dos blocos coloridos (LUDD, 2002), onde cada cor representava uma tendência e a mais radical era o Black Block. Este se destacou nas manifestações por suas táticas de enfrentamento à repressão policial e por sua postura anticapitalista, retomando perspectivas anarquistas com certa influência da crítica elaborada pelos situacionistas (LUDD, 2002). A postura dos Black Block gerou, além de um cuidado especial das forças repressivas, um incômodo para os outros grupos que participavam das manifestações, denominados “pacifistas”. Estes eram compostos de vários grupos (sindicalistas, feministas, homossexuais), e não possuem uma perspectiva anticapitalista. Apenas buscavam que os capitalistas atendessem às suas reivindicações.

Dessas manifestações surgiu um movimento que buscava unificá-las: o “Fórum Social Mundial”, organizado por vários grupos via internet (LEITE, 2003). O Fórum se apresentava como o ressurgimento de uma esquerda que andava em crise – no caso, referindo-se às correntes de esquerda socialdemocratas e bolcheviques, que não possuíam legitimidade diante da ofensiva neoliberal. Assim, houve uma repercussão mundial nesta tentativa de unificar o movimento antiglobalização. Contudo, devido à heterogeneidade dos participantes do Fórum, problemas surgiram. Houve uma dificuldade de se elaborar uma agenda comum que congregasse as várias demandas. Além disso, os partidos políticos de esquerda se apropriaram do Fórum, transformando-o em um palanque de discurso da decadente esquerda partidária. Figuras como Lula, Hugo Chávez e Evo Morales se tornaram figuras carimbadas nestes eventos, o que fez com que a radicalidade do início dos anos 2000 fosse sepultada.

### **3.1-Regime de Acumulação Integral**

As manifestações dos anos de 1960 marcaram a crise do Regime de Acumulação Intensivo-extensivo que se caracterizava pelo Estado integracionista, ou do bem-estar social, pela hegemonia do modelo fordista na organização do trabalho nos países centrais, e pelo domínio do capital oligopolista transnacional. Desta crise, temos a emergência do novo regime de acumulação, que possui características próprias que devemos discutir para ampliar a compreensão da juventude neste estágio do capitalismo.

O novo regime de acumulação se alicerça em uma reestruturação produtiva, buscando combater a tendência à queda da taxa de lucro, por isso, substitui o modelo fordista pelo toyotista. Junto dessa reestruturação produtiva vem, como complemento, o Estado neoliberal que se caracteriza pela ideologia do Estado mínimo. Ou seja, ao contrário do Estado integracionista, que se caracterizava por intervir na economia e regulava as relações entre as classes, o Estado neoliberal defende um discurso supostamente “neutro”, deixando a “mão invisível” do mercado regular as relações sociais. Ao utilizar tal discurso, esta ideologia oculta o caráter de classe do Estado, enquanto o neoliberalismo aprofunda as contradições (VIANA, 2003). Na verdade, o aparato estatal continua marcado pela hegemonia burguesa, atendendo os interesses desta classe.

Outro ponto a ser discutido é a dinâmica das relações internacionais. O que ocorreu de diferente para que termos, como “globalização”, entrassem na moda? O que a “globalização” teria de novo? Ou seja, o que a diferenciaria dos demais processos históricos de expansão do capital? Desde o seu surgimento, o capitalismo tem uma tendência expansionista, devido à sua própria essência. A acumulação do capital gera esta expansão, fazendo com que haja sua reprodução ampliada, concentração e centralização. Nesse sentido, no século XIX, surge o imperialismo (HOBSBAWM, 1998b), inicialmente sob a forma do neocolonialismo, onde se estabelece um processo de exploração através da dominação militar direta. A partir deste ponto temos os países industrializados centrais e os subordinados com industrialização atrasada.

As relações internacionais são marcadas pela desigualdade e pela preponderância do interesse do capital em detrimento dos interesses locais e/ou das elites locais. Estas, geralmente, se subordinam ao capital internacional de forma a obter privilégios em relação às demais classes.

### **3.2-Estado Neoliberal**

A ideologia do Estado neoliberal surgiu com Hayek nos anos de 1940. Contudo, é apenas nos anos 1980 que ele se torna necessidade do capital. Para se legitimar e inspirar, ele lança mão de diversas ideologias, desde esta do Hayek, passando por inúmeras outras (VIANA, 2009), tendo as seguintes características:

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais do âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem que garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento adequado dos mercados (HARVEY, 2005, p.12).

Desta forma, o neoliberalismo retoma o ideal de sociedade do liberalismo que entrou em crise no início do século XX e que culminou na criação do Estado integracionista cujas principais características eram a intervenção na economia e nas relações de mercado com o objetivo de evitar que crises agudas, como a de 1929, voltassem a ocorrer.

Contudo, no fim da Segunda Guerra Mundial, os países centrais tiveram a hegemonia do Estado integracionista, que supostamente promovia a integração da classe operária com a sociedade de consumo. A Escola de Frankfurt elaborou sua teoria crítica neste período, chegando à conclusão de que a indústria cultural exercia tamanho controle sob o indivíduo, que eliminava sua capacidade crítica. Segundo Slater (1978) faltava à teoria crítica uma teoria econômica.

A despeito do brilhante ataque à indústria cultural, a falta de análise econômica produz uma hipostaseação de muitos conceitos centrais. Consequentemente, a causa da regressão do iluminismo numa nova mitologia repressiva deve ser encontrada no próprio iluminismo paralisado pelo medo da verdade. Apesar da ênfase dos autores de que o iluminismo e verdade devem ser compreendidos não só como valores culturais, mas também em sua dimensão materialista real,

na vida real, não obstante, essa dimensão nunca chega a ser delineada na prática (SLATER, 1978, p. 132).

A teoria crítica da Escola de Frankfurt não vê como as transformações culturais ocorridas na sociedade têm uma influência das transformações econômicas. Além do fato de analisar apenas as sociedades de capitalismo avançado (centrais), ignorando a realidade de exploração da classe trabalhadora nos países de capitalismo subordinado (VIANA, 2009).

A crise dos anos de 1960 e a sua superação testemunharam a emergência do Estado neoliberal que, conforme discutimos antes, se caracteriza pelo desmonte do aparato social montado no regime anterior e por uma flexibilização das relações de trabalho. David Harvey (2005) defende a tese de que o Estado neoliberal reestabelece as condições de acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas. Segundo este autor:

Depois da implementação de políticas neoliberais no final dos anos 1970, a parcela da renda nacional do 1% mais rico dos Estados Unidos disparou, chegando a 15% (bem perto de seu valor pré-Segunda Guerra Mundial) perto do final do século. O 0,1% mais rico dos Estados Unidos aumentou sua parcela da renda nacional de 2% em 1978 para mais de 6% por volta de 1999, enquanto a proporção entre a compensação mediana dos trabalhadores e o salário dos CEOs (Chief Executive Officer) passou de apenas 30 para 1 em 1970 a quase 500 para 1 por volta de 2000 (HARVEY, 2005, p. 26).

Assim, o Estado neoliberal contribui, através de sua ação indireta sobre o processo de produção, com o reestabelecimento de altas taxas de lucro para os capitalistas e desmonta, nos países centrais, um modelo que proporcionava algumas vantagens para os trabalhadores. As políticas neoliberais se fundamentam em determinados princípios, mas estes são aplicados de forma variada. Em geral, nos países centrais, existem subsídios para alguns setores, como a agricultura na Europa, que entram em confronto com os princípios do livre mercado. Porém, estes países exercem seu poder e não abrem mão das “políticas locais”, embora haja pressão para que os países subordinados eliminem toda forma de subsídio para que isso “não atrapalhe” a questão fundamental do protecionismo.

Se o Estado neoliberal se caracteriza pela ideologia do Estado mínimo, do ponto de vista do capital se faz necessário uma nova forma de organização do trabalho. No regime de acumulação integral o toyotismo, ou modelo japonês (VIANA, 2009), substitui o modelo fordista. Durante os anos do auge do modelo fordista, nas décadas de 1950 e

1960 (BHIR, 2012), iniciou-se um processo de industrialização nos países subordinados da América Latina e Ásia (HOBSBAWM, 1998). Esta industrialização foi implementada por capitais transnacionais e por incentivos de governos locais. Havia, por exemplo, um valor baixo da mão de obra incentivada por governos autoritários, como no próprio Brasil, onde, a partir de 1950, houve uma intensificação da industrialização que proporcionou ao capital transnacional grandes lucros. Com a crise do regime intensivo-extensivo iniciado nos anos 1960 e com a derrota dos movimentos contestatórios de 1968, a contraofensiva do capital foi adotar, tanto nos países centrais, como nos países subordinados, uma nova forma de organização do trabalho: o toyotismo (modelo japonês) (VIANA, 2009), também chamado de flexível (HARVEY, 1992). Este modelo de produção se caracteriza pela produção flexível e em pequenos lotes. É voltada para a demanda, utilizando-se métodos de estoques mínimos, inspirados no controle de estoques de supermercado.

O toyotismo exige que o trabalhador execute múltiplas tarefas durante a jornada de trabalho. Se numa fábrica fordista o trabalhador executava apenas uma tarefa, agora ele executa várias tarefas. Isso, além de exigir flexibilidade, intensifica a exploração durante o trabalho. Além disso, como é produzido por demanda, esta produção se caracteriza pela subcontratação e terceirização das tarefas. Assim, com o objetivo de “reduzir os custos”, as empresas terceirizam processos produtivos, se livrando de encargos trabalhistas, tendo em vista que o trabalhador terceirizado tem uma condição pior, com um regime de contratação temporário. Do ponto de vista dos capitalistas, além de aumentar seus lucros, o toyotismo ainda possui a vantagem de criar uma nova forma de exercer pressão sobre os trabalhadores: com a transformação dos postos de trabalho, convertidos ao modelo japonês, houve o aumento do medo do desemprego.

Essa nova forma de organização do trabalho, o toyotismo, coincidiu com o surgimento da denominada globalização e, por isso, eles foram associados. A corrosão dos direitos trabalhistas, a ineficácia dos sindicatos no combate a reestruturação produtiva e a derrota da esquerda capitalista nas eleições, fez os partidos de esquerda e sindicatos fossem às ruas nos protestos antiglobalização. Para estes a globalização era culpada pelo fechamento dos postos de trabalho, pois as fábricas estavam se transferindo para locais onde trabalhadores recebiam menores salários. Para os sindicatos, era necessário criar mecanismos para controlar esse processo, diminuindo o poder do capital transnacional e

reforçando os controles exercidos pelos Estados. Contudo, o que estas propostas buscam é impossível, tendo em vista que o processo histórico é irreversível, não tem como voltar para trás. Além disso, o capitalista, em constante luta contra outros capitalistas, precisa buscar formas de diminuir os custos de produção para aumentar os lucros e isso é um processo que implica numa transformação constante do capital.

A ideologia mais marcante da nova fase do capitalismo é justamente a da globalização, como discutimos no tópico anterior. Ela marca a dinâmica das relações internacionais, intensificando a exploração internacional. Por isso, o termo neoimperialismo expressa melhor essa realidade, em vez do termo “globalização”, que oculta esse processo mencionado de exploração internacional. O fim da URSS significava que não existia mais um inimigo real e existente para o capitalismo, pois a China já empreendia mudanças no sentido de tornar sua economia livre, embora o regime nominalmente se denomine comunista.

Neste período, estavam em voga ideologias que defendiam que se o capitalismo se não é o melhor sistema, foi o que sobreviveu. Um exemplo é o que Fukuyama diz sobre o fim da história. Desta forma, a globalização é vista pelos ideólogos do capitalismo como o prelúdio de uma nova fase de prosperidade. Mas, na prática, faz exatamente o contrário. Por outro lado, os movimentos de esquerda ligados a partidos e sindicatos, que têm como objetivo retornar ao Estado de bem-estar social, veem a globalização como uma nova fase na exploração capitalista. Nesta perspectiva, portanto, a globalização deveria ser combatida.

Segundo Ianni:

No fim do século XX, reabrem-se espaços e fronteiras, inesperados ou recriados, disponíveis ou forçados. Juntamente com a desagregação do bloco soviético, com a dissolução do mundo socialista, generalizam-se políticas de desestatização, desregulação, privatização, abertura de mercados, fluxo cada vez mais livre das forças produtivas, modernização das normas jurídico-políticas e das instituições que organizam as relações de produção, tudo isso universalizando mais do que nunca o modo capitalista de produção; e o capitalismo como processo civilizatório (1997, p.143).

Assim, a globalização é vista como um processo novo na história do capitalismo. A ideia de uma comunidade internacional, ou aldeia global, pressupõe uma integração proporcionada pela velocidade das comunicações eletrônicas e uma mudança na vida social, tendo em vista que a sociedade da informação integra as comunidades locais. Desta

forma, temos a desagregação do Estado nação, que perde sua soberania e hegemonia.

Segundo Ianni:

Este é um momento epistemológico fundamental: o paradigma clássico, fundado na reflexão sobre a sociedade nacional, está sendo subsumido formal e realmente pelo novo paradigma fundado na reflexão sobre a sociedade global. O conhecimento acumulado sobre a sociedade nacional não é suficiente para esclarecer as configurações e os movimentos de uma realidade que já é sempre internacional, multinacional, transnacional, mundial ou propriamente global (1997, p.191).

Desta forma, os processos de mundialização da cultura integram elementos que desarticulam os projetos nacionais. Por isso surgem movimentos que defendem as identidades locais, da mesma forma que defendem o capital nacional (na visão de muitos, menos feroz que o capital transnacional). O que estes autores não percebem é que a globalização não é uma novidade histórica. Desde o seu surgimento, o capital tende a ser global.

Então o que faz a globalização ser apresentada como novidade? Acreditamos que tal ideologia foi criada a fim de justificar a integração dos países da ex-URSS ao capitalismo, além de justificar também a intensificação da exploração nos países do chamado “terceiro mundo”. Isso porque o que ocorre nesse momento histórico é uma nova fase do capitalismo a fim de combater a queda da taxa de lucro. Para tanto, o capital busca intensificar a exploração a nível nacional, a partir da reestruturação produtiva e do neoliberalismo, e a nível internacional, via neoimperialismo (termo mais adequado para se referir à exploração internacional) (VIANA, 2009). Essa ofensiva do capital, denominada globalização, oculta a velha forma imperialista de subjugar nações e povos, colocando-os a serviço da exploração do capital. Assim:

O que hoje se chama “globalização” é, na verdade, uma nova fase da constante reconversão capitalista, em que, como sempre, os países subordinados se inserem de forma desvantajosa e contraditória no novo contexto do capitalismo mundial, marcado pela instauração do regime de acumulação integral. Isto significa que o conjunto das transformações que constitui o que se chama “globalização” chega aos países subordinados depois de ter ocorrido nos países imperialistas de forma muito mais lenta (VIANA, 2009, p. 139).

Diante das consequências do neoimperialismo, como o desemprego, o aumento da concentração de renda e da pobreza, etc., tanto os países imperialistas, como os países subordinados, logo enfrentaram uma marcha de protestos contra a ideologia neoliberal, denominada como “pensamento único”. O movimento antiglobalização teve grande impacto e colocou em xeque a hegemonia neoliberal.

### **3.3-Movimento Antiglobalização**

A oposição ao neoliberalismo tinha como característica a diversidade de posições. Se no Maio de 1968 os estudantes claramente assumiram perspectivas autogestionárias, inspirados nos situacionistas, nos anarquistas e em correntes mais radicais do marxismo, o movimento antiglobalização tinha a participação de diversos grupos, com diversas bandeiras. As transformações que o regime de acumulação integral realiza, ao buscar reproduzir o mercado consumidor, criou nichos de mercados, políticas neoliberais que atuam em setores da sociedade (microreformismo) e o pós-estruturalismo.

Como consequência da fragmentação, cada grupo do espaço político, como mulheres, ecologistas, desempregados, negros, etc., entrava no movimento com uma bandeira específica. Juntou-se a estes partidos e sindicatos que se encontravam em crise devido à sua inoperância diante da ofensiva neoliberal. Crise esta que abria espaço para concepções marginalizadas na esquerda, como os situacionistas, autogestionários, anarquistas, fazendo com que a esquerda reformista buscasse uma forma de retomar o espaço e prestígio com a classe trabalhadora.

Desta forma, surgiram os movimentos que, focando na globalização, começaram a organizar, via internet, movimentos para a contestação do neoliberalismo. Nesse sentido, surgiram duas perspectivas nas manifestações, o reformismo, encabeçado por partidos de esquerda e sindicatos, e a ala mais radical, composta não apenas pelo Black Bloc, mas também pelos anarquistas e autonomistas, além de outras tendências. Nesse sentido, não havia apenas organizações e partidos, mas também movimentos sociais, grupos, etc.

Os movimentos começaram, segundo Ludd:

Em 1996, os zapatistas, mesmo temendo que ninguém aparecesse, lançaram um chamado para um encontro internacional de ativistas e intelectuais em Chiapas, com o intuito de se discutir estratégias comuns, problemas e soluções. Seis mil pessoas atenderam ao chamado, e passaram dias conversando e compartilhando suas histórias de luta contra o inimigo comum: o capitalismo. A este se seguiu no ano seguinte um encontro na Espanha, onde a ideia de uma campanha global mais concreta, chamada de Ação Global dos Povos, foi parida por um grupo formado por dez dos maiores e mais inovadores movimentos sociais, incluindo do Movimento Sem-Terra brasileiro e o Sindicato dos Agricultores do Estado de Karnataka (KRRS), dos agricultores radicais da Índia (LUDD, 2002, p.17).

Deste movimento, outros foram organizados, como a greve dos trabalhadores franceses estatais em 1997 (LEITE, 2003), bem como a organização de protestos por toda Europa, organizados contra a implementação das políticas neoliberais.

Presenciamos, depois de 1997, a uma aceleração das resistências. Entre abril e junho daquele ano, tivemos a primeira marcha europeia contra a precariedade e as exclusões, que terminou em junho, em Amsterdã na Holanda, por ocasião da Cúpula Europeia, com uma manifestação de 50 mil pessoas. Em maio, a reunião da III Cúpula Sindical paralela à reunião ministerial da ALCA, em Belo Horizonte, formou a Aliança Social Continental. Entre junho e agosto, um novo Encontro Intercontinental pela Humanidade contra o Neoliberalismo ocorreu em Barcelona, propondo a formação de uma Ação Global dos Povos, efetivada oito meses depois. Em outubro, no contexto da crise financeira da Ásia, é formado o Jubileu 200, constituído por organizações cristãs e sociais que iniciam uma campanha pelo cancelamento da dívida externa dos países pobres (LEITE, 2003, p.40).

Assim, a onda de protestos se espalhava pelo mundo. No Brasil, o governo do PSDB, de clara orientação neoliberal, enfrentava uma feroz oposição dos sindicatos, do MST, etc. Estes foram respaldados pelo PT, que não teve muita relação com tais protestos. No Brasil, os protestos aconteceram em menor grau e agitaram uma esquerda extraparlamentar, ao lado dos movimentos sociais e burocracias tradicionais, até chegar ao poder em 2003. Estes protestos tinham endereço e objetivos próprios, no caso, as reuniões de cúpula de instituições como FMI, OMC, ALCA, NAFTA e outros. Estas instituições eram vistas como o problema a ser combatido. Muitos grupos buscavam o que Leite (2005) denominou um capitalismo mais “justo”. Contudo, embora estas instituições representem o capital, um suposto controle popular não faria com que a essência da sociedade capitalista seja abolida, a extração do mais-valor.

Quando se focaliza a oposição nas manifestações mais recentes do capitalismo (por exemplo, a reestruturação, o mercado global, as organizações de livre comércio, o poder controlado pelas corporações multinacionais), isso significa um ataque ao verdadeiro coração do sistema capitalista está sendo esquecido ou ignorado. O capitalismo não é um lugar (centros financeiros) ou uma coisa (corporações multinacionais), ele é uma relação social baseada no trabalho assalariado e na troca de mercadoria, de onde o lucro é derivado do roubo do trabalho não pago efetuado pelo capital. Ser contra a globalização sugere que estaríamos melhores sob alguma forma de capitalismo nacional (LUDD, 2002, p.46).

A luta pelo controle democrático dessas instituições significa a sua manutenção, mudando apenas quem vai dirigi-las. Lutar apenas contra a “globalização”, desse modo, é se retirar do combate à exploração capitalista que ocorre no mundo inteiro. As burocracias sindicais e partidárias de muitos países acreditam que retomar o modelo

fordista é uma forma de haver melhores condições de trabalho. Contudo, se esquecem que o que importa não é a luta contra a reestruturação produtiva, o neoliberalismo ou a “globalização”, mas sim lutas que atacam o cerne da questão, isto é, as relações de produção capitalistas e a totalidade do capitalismo. Não considerar este cerne, faz com que haja uma busca apenas por reformas, visando aspectos específicos, e não a transformação da totalidade social. Logo, a luta contra a “globalização” cria uma falsa oposição entre trabalhadores do Norte e do Sul, os últimos vistos como os que retiraram os postos de trabalho dos primeiros.

Todavia, apesar das contradições, os protestos ganharam destaque. Ludd (2002) afirma que o termo “movimento antiglobalização” foi criado pela mídia burguesa, como uma forma de criar uma identidade, fazendo com que esse movimento fosse controlado, impondo limites. O ápice dos protestos ocorreu durante uma reunião da OMC, em Seattle (EUA), no ano de 1999, onde milhares de manifestantes tomaram as ruas e impediram a realização da reunião. Isso, por si só, foi um grande feito e pegou as autoridades de surpresa.

No dia 30 de novembro se travava nas ruas a Batalha de Seattle. Milhares de estudantes marcharam para o centro da cidade. Milhares de ecologistas, feministas, camponeses e agricultores, ativistas de direitos humanos se somaram ao protesto contra as políticas da OMC. As ruas foram bloqueadas pelas tartarugas de Seattle; os estudantes realizavam sit-ins em frente aos hotéis das delegações oficiais e, sobretudo, em torno do Centro de Convenções, onde estava prevista a cerimônia de abertura da Rodada do Milênio. A polícia reprimiu selvagemmente com balas de borracha e gases-pimenta, e as famosas imagens dos manifestantes disfarçados de tartarugas verdes percorreram o mundo. O Memorial Stadium foi cenário do gigantesco ato Labor Rally, em que participaram 30 mil manifestantes sindicais. Ao finalizar o ato, 50 mil pessoas marcharam pelas ruas de Seattle fazendo fracassar a abertura da reunião da OMC e bloqueando as reuniões dos hotéis. Durante toda a noite, se travou uma verdadeira batalha nas ruas, onde milhares de ativistas foram detidos. O protesto de rua e a repressão se prolongaram até o dia 3, momento em que eclodiram as diferenças no seio da OMC e numerosos países do Terceiro Mundo elevaram a voz contra as negociações dos países industrializados e a farsa do milênio. O fracasso da reunião exacerbou as controvérsias comerciais entre os Estados Unidos e a União Europeia. Na quinta-feira, 4 de dezembro, o diário local *The Seattle Times* intitulava: *Fracassavam as conversações: a reunião termina. A Rodada do Milênio havia naufragado* (LEITE, 2003, p.49).

Durante os protestos foi decretado o toque de recolher e a polícia reprimiu com violência todos os tipos de manifestação, mesmo as que se intitulavam pacifistas. Depois de Seattle, tivemos a realização de manifestações nos encontros de Cúpula em Praga e em Gênova. Nestes protestos as forças de repressão locais foram auxiliadas por agentes

do serviço de segurança dos Estados Unidos (LUDD, 2002), o que fez com que houvesse uma violência indiscriminada por parte das forças policiais. Praga, capital da República Checa, recebeu no ano 2000 uma reunião do Banco Mundial e do FMI. Mais uma vez os manifestantes se dirigiram para a cidade com o intuito de impedir a realização do encontro. Ao mesmo tempo, forças policiais foram deslocadas para a cidade para reforçar o aparato local. Ludd (2002) cita que até a polícia federal norte americana colaborou com a repressão, informando sobre os militantes oriundos dos EUA e auxiliando a polícia checa com armamentos.

#### Segundo Ludd:

Havia um policial para cada manifestante em Praga – haviam menos manifestantes que se esperava- mas mesmo assim o encontro do Banco Mundial e do FMI foi cancelado após o primeiro dia. Os 13 mil manifestantes se dividiram em três blocos, uma rosa (que adotou o estilo street party Reclaim The Streets, que conseguiu furar o bloqueio da polícia), o amarelo (que usou tática de confronto dos Tute Bianche) e o azul (no qual estavam os Black Bloc). Os três acessos ao Palácio onde os burocratas capitalistas se reuniam foram obstruídos...A forma autogestionária como foram organizados e decididos os bloqueios e o resultado da ação fizeram Praga um sucesso, ainda maior que Seattle. Porém a repressão e as violações ocorridas nas prisões também não tinham precedentes (2002, p. 110-111).

Em Gênova, a reunião do G8 foi precedida de um mega esquema policial de repressão. Segundo Ludd (2002), mais de 20 mil policiais foram mobilizados para fazer a segurança do evento. No entanto, mais de 200 mil manifestantes de vários países do mundo se dirigiram à cidade. Em Gênova, novamente as divergências entre o Black Bloc e os adeptos da não violência vieram à tona. Contudo, a repressão policial foi tão feroz que mesmo os grupos pacifistas perceberam a necessidade de se organizar como bloco e de usar táticas para se defender da violência policial. Neste protesto, em vez de atacar o Black Bloc, usaram táticas de movimentação, dispersando as forças policiais e permitindo que as manifestações entrassem no centro da cidade.

Contudo, a repressão culminou na invasão do acampamento dos manifestantes, destruindo o centro de comunicações e levando à morte de Carlo Giuliani, que acabou por se tornar um mártir dos protestos. A partir desse protesto, dois eventos mudaram a dinâmica das manifestações, a realização do Fórum Social Mundial, e os atentados de 11 de setembro nos EUA. O primeiro buscou unificar os movimentos, o que contribuiu para um refluxo dos mesmos e o segundo redirecionou os protestos contra a guerra, como no

Vietnã nos anos 1960. Porém, o ataque terrorista reacendeu o complexo militar do EUA, seu maior complexo industrial (VIANA, 2009). Além disso, foram criadas leis de segurança que endureciam ainda mais a repressão contra as manifestações.

### **3.3.1-Black Bloc e TAZ**

As manifestações que ocorreram durante o fim dos anos 1990 foram marcadas pela participação de grupos de várias tendências. Desde grupos organizados, como sindicatos e partidos de esquerda, passando por ecologistas e feministas, até chegarmos aos grupos mais radicais, formados por anarquistas e marxistas. Dentre estes grupos destacam-se os Black Bloc e o TAZ.

Os Black Bloc se destacavam nas manifestações devido à sua forma de agir. Sempre organizados, vestidos de preto, possuíam táticas para enfrentar a polícia. Eles formavam um bloco equipado com escudos e bastões, e os confrontos que travavam com a polícia logo chamou a atenção da mídia. Esta, logo começou a chamá-los de arruaceiros, baderneiros, vândalos, etc., tentando criar uma imagem negativa, apontando-os como os culpados da violência que ocorre durante os protestos. Nesse sentido, a mídia ignorava fatos como os que ocorreram em Seattle, onde, após ser dado o toque de recolher durante um protesto, a polícia foi às ruas e agrediu quaisquer indivíduos que encontrava, agindo de forma indiscriminada (sendo manifestante ou não).

Os Black Bloc surgiram na Alemanha nos anos 1980, descendentes de grupos autonomistas que se caracterizavam:

Por um conjunto de experimentos sociais organizados por setores que optaram por se manter a margem do modo de vida dominante imposto pelo capitalismo e criar focos de sociabilidade alternativos no seio das próprias sociedades capitalistas, mas pautados por valores e práticas opostos aos dominantes (FIUZA, 2013, p. 3).

Os Black Bloc são muito associados ao anarquismo, mas, segundo Motta (2014), eles nasceram de um movimento da contracultura que, como tal, se caracterizava pela crítica ao modo de vida burguês. Nos anos 1980, o Black Bloc surgiu na Alemanha como tática organizada para enfrentar a repressão policial que atacava os jovens que ocupavam prédios desocupados. Com as manifestações do movimento antiglobalização, eles ganharam destaque na mídia mundial, preocupada em descaracterizar o movimento, devido aos confrontos com a polícia.

Outra forma de protesto que emergiu foi o TAZ: Zona Autônoma Temporária. Durante os protestos surgem levantes, que enfrentam o Estado, mas entram para a história por terem fracassado, ao contrário de uma revolução que consegue êxito. O conceito de TAZ:

A TAZ é uma espécie de rebelião que não confronta o Estado diretamente, uma operação de guerrilha que libera uma área “de terra, de tempo, de imaginação” e se dissolve para se refazer em outro lugar e outro momento, antes que o Estado possa esmagá-la. [...] A TAZ é uma tática perfeita para uma época em que o Estado é onipresente e todo-poderoso, mas, ao mesmo tempo, repleto de rachaduras e fendas. E, uma vez que a TAZ é um microcosmo daquele “sonho anarquista” de uma cultura de liberdade, não consigo pensar em tática melhor para prosseguir em direção a esse objetivo e, ao mesmo tempo, viver alguns de seus benefícios aqui e agora (BEY, 2001, p.17-18).

Para estes grupos, todos os momentos de revolução e levantes constituem espaços de TAZ, onde as forças do Estado estão em suspenso. Bey (2001) coloca que a TAZ é utópica quando cria espaços sem a ação do Estado e adequada a momentos em que a revolução está fechada, característica da época atual, segundo o autor.

Um ponto interessante a ser analisado é que do movimento antiglobalização, basicamente, três tendências ganharam destaque: a esquerda reformista, que trataremos no tópico do Fórum Social Mundial; os anarquistas; e os marxistas radicais. No capítulo inicial fizemos uma discussão sobre as correntes do marxismo, incluindo as correntes que deformaram o marxismo autêntico, como o bolchevismo e a socialdemocracia. Além disso, também pontuamos que o marxismo autêntico, em momentos de crise, é retomado por grupos de posição anticapitalista.

As manifestações do movimento antiglobalização, com as táticas dos Black Bloc, reacenderam o debate entre anarquistas e marxistas. Isso porque há a ideia de que a anarquia se constrói com a destruição do Estado, representado por seus aparatos, inclusive o repressivo; enquanto o marxismo entende que a revolução é algo que deve ser feito pela classe proletária, transformando a totalidade das relações sociais através da constituição de novas relações de produção e tudo que é derivado. O ativismo destes grupos muitas vezes os isola de outros grupos que poderiam compor para fortalecer o movimento. A fim de entender a forma isolada como os anarquistas atuam, e como suas ideias exercem uma força utópica, que almeja a transformação social, utilizaremos as críticas que Ernst Bloch (2006) fez ao anarquismo.

Bloch analisa dois dos principais autores do anarquismo, Proudhon e Bakunin. O anarquismo é uma utopia. Segundo Bloch, uma utopia individualista que tem o ódio à autoridade sua marca principal. Além disso, vem de Bukunin a afirmação de que o prazer pela destruição seria um prazer criativo (BLOCH, 2006, p.127). De Proudhon, vem a tese da federação dos produtores independentes, uma ideia de como acabar simultaneamente com o capitalismo e o proletariado, criando uma harmonia e rumando a uma sociedade sem classes.

Outro fundamento do anarquismo que merece destaque é o ponto do ódio à autoridade. Não que isso seja condenável, pelo contrário, é necessário que a não classe operária não tenha nenhuma compaixão para com seus opressores. Porém, esse ódio não pode ofuscar os verdadeiros objetivos da classe trabalhadora, ou seja, a destruição do capitalismo.

De acordo com a teoria anarquista, na interpretação de Bloch, o Estado foi criado unicamente por conquistadores e imposto aos subjugados que foram forçados à corveia. Em decorrência disso, o Estado, como opressor político, é cronologicamente e casualmente anterior a exploração e lhe permanece superior. Conseqüentemente, Bakunin diagnostica o Estado, que em Marx possui mera função econômica, como foco e origem de todas as relações de espoliação, colocando no centro, ao contrário dos marxistas, a abolição dessa função. Entre os marxistas, o Estado sequer tem a honra de ser especialmente abolido, pelo contrário, conforme a célebre frase de Engels, morre por si com o desaparecimento das classes (BLOCH, 2006, p. 128). Se para os partidos de esquerda a questão é conquistar o poder do Estado, e lá se estabelecer, para os anarquistas é destruir o Estado, da mesma forma que os marxistas. Porém, os últimos focam na destruição do capitalismo, como a forma de abolir a essência desta sociedade.

Como já mencionado, os Black Bloc nasceram como um grupo de radicais na época da contracultura. Um militante entrevistado por Ludd (2002), afirma que eles são anarquistas. Nesse sentido, compreendemos que, da contracultura, os Black Bloc herdaram uma crítica ao modo de vida burguês (por isso quebram lojas e bancos); e, do anarquismo, o grupo herdou o ódio contra o Estado, por isso se organizam para enfrentá-

lo. A questão é que a visão utópica, que busca a transformação social, deve enxergar mais longe para atravessar a escuridão bem próxima da realidade que está oculta. E uma utopia concreta, além de querer algo, precisa de uma leitura correta desta realidade, para assim poder buscar os caminhos mais adequados a seus objetivos (BLOCH, 2006). Quando falamos de crítica ao capitalismo, consideramos que foi o marxismo que ofereceu elementos para compreender os mecanismos dessa sociedade, bem como apontou as possibilidades que o movimento operário tem para buscar a transformação social.

Desta forma, os Black Bloc, ao contrário do marxismo, expressam uma utopia abstrata, ou seja, fazem um movimento que segundo Bloch (2005), aponta para uma transformação social, mas não conseguem trabalhar os meios necessários para isto, nem possuem uma estratégia de ação, sendo mais táticos que estratégicos. A distinção entre utopia abstrata e concreta nos ajuda a perceber os limites dos Black Bloc, bem como sua diferença em relação ao marxismo.

E por qual motivo eles não ultrapassam a utopia abstrata? Para explicar esse fenômeno é necessário retomar a discussão teórica que realizamos anteriormente sobre juventude. Os Black Bloc são agrupamentos juvenis e por isso a questão da juventude nos ajuda a entender esse fenômeno. Tal como colocamos anteriormente, baseando em alguns autores (LAPASSADE, 1975; VIANA 2012), a juventude tende a ser contestadora e, numa sociedade em que as contradições ficam acirradas, ela tende a ser uma das forças propulsoras de mobilizações e confrontos com as formas oficiais, burocráticas e “adultas” de ação política. O ativismo e a rebeldia se mesclam nesse setor da juventude, e, assim, dão vida a um grupo aliado à transformação. O Estado e seus aparatos repressivos é uma peça chave para combater o que consideram o inimigo principal. Nesse sentido, a condição juvenil e o contexto histórico se aliam e possibilitam a emergência dos Black Bloc e sua utopia abstrata.

### **3.3.2-Fórum Social Mundial**

Outra iniciativa que surgiu nos protestos antiglobalização foi a tentativa de unificação e organização de um movimento de oposição à ofensiva neoliberal do capitalismo. As manifestações contra as áreas de livre comércio, como a ALCA,

ganharam força nos países subordinados e, devido a não radicalidade dessas demandas, logo se tornaram bandeiras para a salvação da “crise” de que os partidos e sindicatos se encontravam. Assim, estes grupos, além de fazer dessas as principais demandas das manifestações, tiveram a iniciativa de organizar um Fórum que, inicialmente, tinha como papel fazer oposição ao Fórum Econômico que ocorre em Davos, organizado por banqueiros e os países membros do G8.

Por iniciativa de militantes brasileiros (LEITE, 2003) o Fórum contava com a participação e cooperação de várias entidades como:

ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais; ATTAC- Associação pela tributação das transações financeiras em apoio aos cidadãos; CBJP- Comissão brasileira justiça e paz, da CNBB; CIVES- Associação brasileira de empresários pela cidadania; CUT- Central Única dos trabalhadores; IBASE- Instituto brasileiro de análises socioeconômicas; CJG- Centro de Justiça Global; MST- Movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (LEITE, 2003, p. 63).

Nenhuma das principais entidades citadas acima tem como bandeira a luta anticapitalista. Assim, o foco era a resistência global ao neoliberalismo e representava, na denominação dos participantes, a quebra do pensamento único. Em janeiro de 2001, o Fórum ocorreu em Porto Alegre. A cidade foi escolhida devido ao fato de os governos do PT (LEITE, 2003) possuir iniciativas de orçamento participativo ditas inovadoras, onde a população participava da gestão e influenciava a destinação de recursos e a execução de obras pelo poder público. Este partido também tinha uma imagem ligada a movimentos sociais e, diferentemente do que ocorreu nos países imperialistas, não existiu um Estado integracionista no Brasil, e o modelo de fordismo implantado aqui foi uma intensificação da exploração dos trabalhadores (COSTA, 1997).

Desta forma, a crise de legitimidade que os partidos e sindicatos passavam nos países imperialistas era menor no Brasil. Assim, o Fórum foi beneficiado pela hegemonia dos reformistas e pela imagem, mais externa do que interna, do PT. Segundo Leite (2003), Porto Alegre foi escolhida para sediar o evento porque na cidade existiam experiências “inovadoras”, como o orçamento participativo. Nos países do bloco subordinado, a luta contra o imperialismo ainda era a principal bandeira da esquerda, bandeira esta que foi revigorada pela ofensiva neoliberal.

Assim, o Fórum apareceu como um espaço de oposição marcado pela diversidade de grupos, mas que se tornou um espaço hegemônico de grupos reformistas.

A partir desse processo de deslegitimação da vertente neoliberal do capitalismo, a contestação praticada nas ruas, organizada basicamente por grupos de afinidade de forma autogestionária, isto é, não-hierárquica, não-burocrática e autônoma, naturalmente tenta ser capitalizada na forma de dividendos políticos pela esquerda capitalista: representada por ONGs (Organizações Não-Governamentais) e partidos que buscam maior espaço na gestão do capitalismo. Afinal, transformar os impulsos de revolta contra a sociedade instituída em simples reivindicações compatíveis com o imaginário instituinte da sociedade capitalista sempre foi à prática da esquerda institucionalizada (LUDD, 2002, p.10).

Obviamente que os grupos mais organizados, com mais recursos e condições de levarem seus militantes para as plenárias, conseguiram convergir às lutas dentro dos interesses reformistas, sem atacar o sistema capitalista. Assim, do I FSM, saiu uma carta com várias propostas:

Abolição da dívida externa dos países pobres; controle de capitais e impostos internacionais para a redistribuição de riquezas e financiamento do desenvolvimento; moratória contra a OMC para reorientar o comércio internacional; controle público das empresas transnacionais; defesa dos direitos dos trabalhadores; desenvolvimento de um setor de economia solidária; criação e extensão dos sistemas de saúde e educação públicos e universais; soberania alimentar; democratização dos meios de comunicação de massas; defesa da identidade dos povos; direitos dos emigrantes e combate ao tráfico de pessoas; desarmamento; direitos humanos integrais; novas instituições internacionais de governança global (LEITE, 2003).

Estas propostas foram elaboradas para atender as demandas dos diversos grupos de vários países. Fica claro que todas elas compartilham da ideologia da democracia e exigem maior participação de grupos ditos “excluídos” do processo de gestão e organização do sistema econômico, bem como combater os efeitos do capitalismo, como fome, tráfico de pessoas, sem fazer menção ao que está por trás de todas essas demandas.

Outro ponto que gerou polêmica foi a participação de partidos e de parlamentares nas discussões. Os organizadores do Fórum tinham resistência à participação de políticos e partidos envolvidos com o *status quo*, porém os da oposição eram bem-vindos. Isso porque estes colaboravam com a criação de uma agenda positiva, e se comprometiam a seguir as recomendações retiradas das discussões. Embora o Fórum não se declare um organismo que tome medidas que sejam executadas, apenas aponta caminhos que os governos devem tomar. Ele pressupõe um espaço de pressão para que os organismos internacionais deem espaço para que a voz dos excluídos seja ouvida. Assim,

Os parlamentares pela primeira vez realizaram uma articulação durante uma conferência internacional de resistência à globalização neoliberal. Ao adotarem uma declaração final de apoio às mobilizações, mais de 210 parlamentares de 29 países se comprometeram a lutar pelas principais reivindicações do movimento global no interior das instituições eletivas de que participavam e a formar uma rede internacional para coordenar esta ação. Tal iniciativa, que não ficava amarrada aos complexos acordos diplomáticos entre partidos, permitia uma articulação flexível dos movimentos sociais com forças políticas que podiam ajudar nas mobilizações, colocando-se a serviço das lutas. Os partidos políticos estavam, assim, presentes no processo, mas de uma maneira mediada, sem dar a tônica ao evento (LEITE, 2003, p.72-73).

Com a realização do Fórum ficou definido que outro mundo é possível, para os participantes do Fórum, que comemoraram o “fim do fim da história”, ou o fim do pensamento hegemônico do capitalismo. Contudo, nenhum avanço foi verificado com as ações propostas pelo Fórum. Pelo contrário, a exemplo do que ocorreu na Inglaterra, onde o governo trabalhista de Tony Blair deu continuidade ao projeto neoliberal, na América Latina proliferaram governos de orientação neoliberal. O Brasil, com Lula; Bolívia, com Evo Morales; e Venezuela, com Hugo Chávez. Este último se autointitulada porta-voz do socialismo do século XXI (CATTANI, 2001), uma mistura de populismo com algumas pitadas de estatismo com amplo apoio dos ditos movimentos sociais, que celebravam estes governos como alternativas ao capitalismo.

Assim, vários Fóruns foram organizados no decorrer da década de 2000. Contudo, na medida em que se distanciavam dos protestos do início da década, e na medida em que governos de orientação dos partidos de esquerda chegavam ao poder, nenhuma mudança se processava, além da perda do espaço nas agendas dos movimentos sociais. Como a ofensiva neoliberal não foi contida, o espaço que estes movimentos tentaram ocupar acabou por se tornar vago. Hoje, algum tempo após a onda de protestos, fica cada vez mais evidente que o combate ao capitalismo pela via das instituições democrático-burguesas, que buscam mecanismos criados pela burguesia para se manter no poder, não conseguem a legitimidade que tiveram em tempos passados. Nesse sentido,

O FSM é um processo, e não só um evento, e é parte de um movimento mais amplo. Com a multiplicação de fóruns, alguns de grande envergadura e outros que lhe dão capilaridade, o FSM se transformou em um processo mundial. Ele ajuda a dar consistência ao novo internacionalismo que, abertamente, desde Seattle, vem se espraiando pelo mundo, confrontando a globalização neoliberal. Uma identidade afirmativa vem se sobrepondo à identidade de um movimento inicialmente apresentado como contra “a globalização” (LEITE, 2003, p.122).

A juventude do século XXI, que presenciou a transição do Estado integracionista para o Estado neoliberal, não testemunhou a existência do socialismo real (capitalismo de

Estado) da URSS, que exercia controle sobre partidos comunistas mundo afora. Ela cresceu num mundo onde o socialismo, ao contrário do que dizem os ideólogos, não se encontra em crise. Isso afeta a esquerda capitalista, que, cada vez mais, tem dificuldade em se legitimar diante das contradições do capitalismo. E devido a competição crescente entre capitalistas, que termina na competição entre os Estados, o capital não pode mais oferecer medidas paliativas como as executadas durante o Estado Integracionista.

Podemos dizer que uma das virtualidades do fórum é justamente que ele pode, na atual etapa histórica, contribuir, e muito, para acelerar a recomposição política da esquerda nos diferentes terrenos e, portanto, para superar a crise de representação partidária da esquerda. Evidentemente, trabalhar essa dinâmica contraditória de forma consciente é diferente de defender que os partidos participem hoje como organizadores dos fóruns (LEITE, 2003, p. 124-125).

Para finalizar, essa leitura feita por José Corrêa Leite, há dez anos, não deixa de ser equivocada, pois alguns esperavam que o Fórum fosse de fato construir uma alternativa ao neoliberalismo (mesmo que limitada), como se propunham. A história mostrou que a socialdemocracia e o bolchevismo não partiam de uma perspectiva proletária e nunca estiveram realmente do lado dos trabalhadores. Foi assim que os partidos comunistas, no Maio de 1968, influenciados pelo capitalismo de Estado na URSS, se aliaram às forças conservadoras para destruir os movimentos radicais, entregando o poder nas mãos da burguesia.

Da mesma forma, os protestos que emergiram no início dos anos 2000 foram, em parte, cooptados para a criação do Fórum que, por fim, revelou-se um lugar de legitimação de uma esquerda decadente. Porém, a parte radical das manifestações continuou ativo mundo afora. No Brasil, surgiram movimentos como o Passe Livre que reivindicava questões relativas ao direito à cidade. E a questão do transporte suscitou questões sobre mobilidade urbana, políticas de transporte coletivo versus políticas individualistas de transporte particular.

Enfim, se em relação ao Maio de 1968 podemos fazer uma leitura e tirar conclusões do processo ocorrido, no caso dos protestos dos anos 2000 consideramos que não podemos ainda fazer isso, já que ele não está concluído, além do fato de o capital continuar enfrentando problemas para implementar suas políticas neoliberais. Depois do refluxo e do retrocesso causado pelos Fóruns Sociais Mundiais, o movimento de oposição está se rearticulando e buscando novas formas de atuação. Mas, ao mesmo tempo, as novas crises têm proporcionado uma adesão, mesmo que tímida, das demais classes ao

movimento. Isso porque o processo de pauperização da população é crescente, e os indivíduos oriundos de classes que, geralmente, são conservadoras estão sendo empurrados para as manifestações, uma vez que o Estado cada vez mais lhes retira direitos.

### **3.4-Tendências do Movimento Antiglobalização**

Os movimentos dos anos 2000, ao contrário dos movimentos dos anos 1960, não foram movimentos juvenis. Mas, sem dúvida, há uma forte participação de jovens e grupos juvenis, assumindo não apenas grande importância nesse processo, como também sendo um dos setores mais ativos do movimento (tal como os Black Bloc). Estes protestos se iniciaram com a crítica da “globalização neoliberal”, e os grupos mais radicais, de tendência anticapitalista, apontaram, durante as manifestações, basicamente, duas alternativas dentro das possibilidades de crítica ao capitalismo: tendência revolucionária e tendências reformistas. A crítica da “globalização” poderia ser um caminho para se radicalizar as lutas, chegando-se ao que se esconde atrás dessa ideologia, isto é, o conflito de classes, que, na sociedade capitalista, vem passando por fases desde seu surgimento.

Para os partidos e sindicatos ligados ao Estado, este movimento foi um espaço que proporcionou reoxigenar suas bandeiras já há muito tempo desgastadas (desde o fim do Estado Integracionista, na década de 1970). Outras tendências nos movimentos sociais como os das mulheres, negros e homossexuais se tornou um caminho para manter um discurso de oposição sem, contudo, entrar em contradição com o capital. Os movimentos da década de 1960 também levantaram bandeiras que foram apropriadas pelo capital através da ascensão de ONGs e grupos que lutam por demandas específicas sem entrar em contradição com o capital. O movimento ecológico é o mais destacado destes.

Desde o seu surgimento, o capitalismo se utiliza de muitos recursos naturais. A necessidade de produção de mercadorias destrói o meio ambiente e isto faz com que grupos se levantem contra essa destruição. Organizações que defendem a questão ambiental (FERREIRA, 2003) colocaram, durante os anos 1980, a questão ambiental como um dos temas mais debatidos no cenário mundial. Porém, esse debate não discutiu as bases de uma sociedade que promove tal degradação. Desta forma, o debate ambiental é estéril se feito na perspectiva burguesa, no sentido de defender o meio ambiente sem atacar a base da destruição deste. Pior ainda foi o surgimento de ideologias como

desenvolvimento sustentável, cidades sustentáveis etc. Da mesma forma que o movimento feminista e o movimento negro, ao condicionarem suas lutas à intermediação do Estado, auxiliam a dominação exercida pelo capital e perpetuam a ideologia do ativismo.

A atividade supostamente revolucionária do ativista é uma rotina cega e estéril – uma constante repetição de poucas ações sem potencial para a mudança. Ativistas provavelmente resistiriam à mudança caso ela viesse, uma vez que ela destruiria as fáceis certezas de que seu papel e o agradável pequeno nicho de que eles cavam para si mesmos. Da mesma forma que chefes de sindicatos, ativistas são eternos representantes e mediadores. Da mesma forma que líderes sindicais seriam contra o sucesso de seus trabalhadores na luta, porque isso provavelmente acabaria com seu emprego, o papel do ativista é também ameaçado pela mudança. De fato, a revolução, ou mesmo algumas mudanças reais nessa direção, desagradariam profundamente ativistas por destituí-los de seus papéis. Se todos resolvessem tornar-se revolucionários, então você não é mais tão especial, não é? (LUDD, 2002 p.36).

Assim, os ativistas colaboram para a perpetuação da sociedade capitalista com sua suposta luta. Para Ludd (2002), estes grupos ativistas representam um problema para os movimentos revolucionários.

Por outro lado, os movimentos dos anos 2000, propiciaram a grupos de tendências mais radicais que trazem como objetivo a utopia concreta da transformação social. Contudo, estes grupos manifestam divergências entre si, o que dificulta o diálogo e nada contribui com a luta contra o capital. Duas tendências são identificadas nos grupos mais radicais que participam das manifestações: o marxismo e o anarquismo.

O marxismo é atacado não por si mesmo, mas por suas deformações, no caso, a socialdemocracia e o bolchevismo que, embora estejam desgastadas, estão assentadas em cima de grandes estruturas burocráticas, legalizados pelo Estado e legitimados pelo capital. Daí que os grupos anarquistas acusam os marxistas de serem autoritários, de conduzir a luta de forma burocrática, sem levar em consideração que o marxismo radical é revolucionário. Marx (2011) apontou, com a Comuna de Paris, que o papel dos revolucionários não é tomar o Estado, mas sim destruí-lo.

Por outro lado, os marxistas acusam os anarquistas do seu ativismo irrefletido. Durante os momentos revolucionários, os anarquistas se envolvem na luta, vão para frente dos confrontos, assumem posições abertamente anticapitalistas, mas não articulam esta luta. Os anarquistas não buscam uma integração com demais grupos. O caso dos Black

Bloc é um exemplo, já que se configura como um bloco de táticas de resistência nos protestos, mas que não procura desenvolver outras formas de luta que possibilitem que outros grupos sejam incorporados. Limitam-se a criar táticas para enfrentar o aparato repressor.

Desta forma, as duas vertentes que emergiram destes protestos tomaram rumos diferentes. Por um lado, o FSM foi, com o tempo, perdendo sua importância, tendo em vista que suas propostas terminaram por se mostrar irrealizáveis. Mas, por outro, os movimentos mais radicais ganharam espaço, tendo em vista que a maioria da população mundo afora tem dado apoio a eles, rejeitando a violência dos aparatos repressores. Contudo, falta a estes movimentos uma discussão que vem desde o século XIX: a união das forças anticapitalistas. Não é necessário servir mais de um século de experiências de lutas contra a burguesia para que essa articulação seja feita

O movimento antiglobalização possuiu muitas divisões: anarquistas, ecologistas, feministas, sindicalistas, etc. Como explicar essa divisão? Acreditamos que estas são oriundas da heterogeneidade social e da diversidade de ideologias, teorias e doutrinas no seu interior.

A sua heterogeneidade social se manifesta no fato de que o movimento antiglobalização foi composto por indivíduos oriundos de classes sociais distintas, bem como suas subdivisões, etc. No seu interior existiam indivíduos, grupos e organizações diferentes, alguns aliados a governos considerados “progressistas”, sindicatos, partidos, ONGs, etc., bem como vários setores da juventude, grupos políticos não-partidários, entre diversos outros.

É essa divisão presente na composição social que explica as diferentes posições e concepções, principalmente entre as tendências moderadas e as radicais. A primeira é expressão de classes auxiliares da burguesia (burocracia, intelectualidade) e a segunda das classes desprivilegiadas (proletariado, etc.) e de setores das classes privilegiadas mais descontentes que se aproximam delas.

Já as divergências específicas das tendências radicais, remetem para a questão das concepções/cultura e da juventude. Temos o debate entre as concepções do anarquismo e do marxismo discutidas anteriormente, mas as influências eram bastante

diversas no campo mais radical, incluindo conselhismo, situacionismo, autonomismo. Nesse contexto, é possível falar de uma terceira tendência, além das tendências mais ortodoxas do marxismo e do anarquismo. Trata-se da tendência eclética (VIANA, 2008b) que sofre influência das ideologias contemporâneas e as mesclam com situacionismo, conselhismo, anarquismo, etc., que é o pós-estruturalismo.

Ao lado disso é necessário recordar a questão da juventude e sua tendência será rebeldia e contestação, conforme discutimos anteriormente. Ela busca se opor ao existente, mas o faz a partir das referências intelectuais que lhes são acessíveis e por isso acabam se inspirando no marxismo, ou no anarquismo, ou, ainda, em ideologias da moda, muitas vezes mesclando tudo isso ecleticamente. As tendências mais radicais são compostas por um grande contingente de jovens e por isso é relativamente comum, principalmente porque também reflete a vida acadêmica contemporânea.

Em síntese, o movimento antiglobalização se constituiu como um forte movimento de contestação e teve na juventude um de seus setores mais avançados e combativos, mesmo com seus limites e reproduzindo ideologias ou problemas de outros setores da sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste trabalho sobre o Movimento Antiglobalização, a pesquisa elaborada nos permite analisar alguns caminhos que os movimentos sociais tomaram no atual regime de acumulação. Nosso trabalho identificou que vários grupos que participaram do movimento tomaram rumos diferentes. E por isso temos que analisar o papel exercido pelos representantes do capital que busca barrar estes movimentos.

Primeiramente, devemos analisar o papel do Estado. Como afirma Viana (2003), o Estado não é neutro, ele é um Estado classista e, no caso do capitalismo, representa os interesses da classe hegemônica, a burguesia. Embora marxistas e anarquistas defendam a destruição do Estado, algumas tendências defendem que este deve ser conquistado para que os interesses de outras classes sejam representados. Porém, como Rosenberg (1986) demonstrou, a história da democracia burguesa é a história de um sistema que foi se fechando e alterando com a finalidade de dificultar o acesso de outras classes. E quando a sociedade capitalista possui uma estabilidade econômica, as tensões sociais são amenizadas, mas não deixam de existir, como foi no caso do Estado integracionista. Com a crise deste Estado, no fim dos anos de 1960, e com a emergência do Estado neoliberal, a relação estatal com a sociedade se alterou e eles tiveram de mostrar sua verdadeira face, ou seja, o guardião dos interesses do capital.

As necessidades do capital no regime de acumulação integral geram diminuição da intervenção estatal, aumento da exploração, e, como o papel do estado é barrar o avanço das lutas e reivindicações, também há o aumento da repressão. Contudo, a base do neoliberalismo é a tese do Estado mínimo, que reduz os gastos com programas sociais. Além disso, temos os efeitos dessas políticas na economia que contribuem para gerar desemprego, subemprego, empobrecimento da população e concentração de renda (HARVEY, 2005). Com o aumento das tensões sociais, este Estado se torna mais repressivo, um Estado penal, segundo Wacquant (2008), que endurece a repressão, atingindo diretamente a população mais pobre.

Diante desse quadro, os movimentos sociais tomaram rumos diferentes. Identificamos duas tendências que julgamos serem as principais e que sintetizam os rumos que os movimentos sociais tomaram: uma tendência reformista e outra

revolucionária. O debate entre essas tendências não é novo, vem desde meados do século XIX. E, durante esse tempo, houve possibilidades de que ambos os lados apresentassem visibilidade, como no caso do Maio de 1968, onde o descrédito do bolchevismo e da socialdemocracia fez reemergir tendências que retomaram o marxismo radical.

A tendência reformista, composta por partidos de esquerda e sindicatos, busca, pela via da democracia burguesa, conquistar o poder. Contudo, analisando historicamente, o que ocorreu foi a burocratização e a consequente corrupção dessa tendência. Tanto que, no momento da ofensiva neoliberal, os partidos de esquerda se encontravam em crise (LEITE, 2005). Esta foi acarretada pelo fato do Estado destruir as conquistas sociais do Estado integracionista que, devido a sua integração, não tinham capacidade de fazer uma oposição a estas políticas, abrindo espaço para tendências mais radicais. Diante desse quadro, essas tendências possuem dificuldade em buscar um rumo que legitime sua ação política, tal como levantar bandeiras dos direitos de minorias, ou controle público sobre empresas multinacionais, que são limitadas ou irrealizáveis, e não apresenta uma alternativa à sociedade capitalista.

Uma consequência destas políticas é que cada vez mais os partidos de esquerda perdem espaço nos movimentos juvenis. Os partidos não conseguem legitimar o discurso perante um grupo ávido por mudanças e mesmo os partidos mais radicais são rechaçados<sup>3</sup>. Uma saída que se vislumbrou para estas tendências foi a criação do Fórum Social Mundial, idealizado como um espaço onde as várias oposições debateriam, com o intuito de criar uma oposição a globalização neoliberal. No seu discurso, o Fórum demonstra a sua perspectiva: lutar contra o neoliberalismo, o que não pressupõe lutar contra o capitalismo. E nada foi conseguido concretamente com a realização do Fórum. Para a juventude que participou dos eventos, foi um mero passeio onde várias questões eram discutidas sem efetivamente apontar caminhos para uma transformação social.

Para os partidos de esquerda, o Fórum serviu para legitimar o discurso contra o seu inimigo a ser combatido, a “globalização neoliberal”. Na América Latina, nos anos 2000, tivemos uma proliferação de governos de esquerda que executaram políticas

---

<sup>3</sup> Tal como no caso dos protestos em junho em várias capitais brasileiras onde houve a negação geral dos partidos, inclusive os de esquerda, mas que também foi o caso durante o Maio de 1968 e em outras oportunidades históricas.

neoliberais, como no caso do Brasil. Saldados como uma alternativa ao neoliberalismo, logo se mostraram seguidores da cartilha que tanto condenaram. O próprio Fórum Social Mundial, tão propalado como espaço de oposição, foi perdendo a força até chegar hoje (2014) a não ser citado pela mídia, tamanho o descrédito que ocorreu.

Por outro lado, a tendência anticapitalista saiu revigorada. Historicamente esta tendência tem maior destaque em momentos de crise. Como no Maio de 1968, autores que criticavam o bolchevismo, criticavam a alienação e defendiam tendências autonomistas. Eles emergiam sinalizando que o objetivo é a luta contra a sociedade capitalista e que os movimentos que não tomarem este rumo tendem a desaparecer.

A chegada do regime de acumulação integral marca um estágio em que os conflitos sociais se tornam mais agudos. Simultaneamente ocorre, por um lado, o enfraquecimento das correntes da esquerda capitalista e sua hegemonia nos movimentos sociais; e, por outro, ocorre a reemergência de correntes radicais, formadas por anarquistas, autonomistas, marxistas, situacionistas, que defendem que a única alternativa a crise do capitalismo é a revolução. Porém, o Estado aumenta o aparato repressivo contra estes grupos, seja através do uso da violência, seja da propaganda feita através da mídia condenando a ação de alguns desses grupos e taxando-os de “baderneiros”.

O movimento antiglobalização, espaço onde essas tendências mais radicais reemergiram, entrou em refluxo no início dos anos 2000. Porém, os protestos continuaram em vários países. No Brasil surgiu o Movimento Passe Livre, que reivindicava passe livre para estudantes, com protestos realizados em várias capitais. Na Europa, a crise econômica de 2008 abriu espaços para novos protestos cada vez mais violentos, devido à força utilizada pelas forças repressivas e a reação dos manifestantes.

Outro ponto a ser salientado é a divergência existente entre esses grupos, o debate entre os anarquistas e marxistas.

O sonho da sociedade sem governo é, quando entendido taticamente, o meio seguro de não realizar esse sonho. Entendido em termos fundamentais, torna-se algo óbvio, uma vez abolidas as bases econômicas do Estado (BLOCH, 2006, p.129).

Os primeiros, de tendência anarquista, adeptos de um ativismo, muitas vezes irrefletido, discordam dos marxistas por estes serem “teóricos”. Contudo, a ação tem que

ser precedida de uma reflexão. Não basta apenas organizar táticas para se defender da polícia, como faz os Black Bloc. Pensar a transformação social, como a meta desses grupos, se faz necessário, além de pensar também uma articulação com o movimento operário, questionando a totalidade do capitalismo.

A partir do nosso trabalho, concluímos que o movimento antiglobalização foi produto das novas lutas sociais do regime de acumulação integral, obtendo avanços ao abrir espaço para correntes mais radicais. E, apesar do refluxo que o movimento entrou em meados dos anos 2000, foi um importante marco da contestação da sociedade capitalista. Apesar da heterogeneidade do movimento, e da fracassada tentativa de unificação através do Fórum Social Mundial, que acabou sendo tomado por correntes reformistas, o movimento abriu espaço para novas lutas, como a do Movimento Passe Livre que canalizou a onda de protestos no Brasil em 2013.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, S.M. *A Origem dos Homens de Preto*. In Observatório da Imprensa, Edição 758, 2013. Disponível em [www.observatoriodaimprensa.com.br/ed758](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/ed758).

ALVES, R. *Filosofia da Ciência*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

ANDERSON, P. *O Fim da História*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

ANTUNES, R. *Os Sentidos do Trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

BARROT, J. *O Movimento Comunista*. Lisboa: Publicações Culturais Engrenagem, 1977.

BEY, H. *Taz*. São Paulo: Conrad, 2001

BICCA, L. *Marxismo e Liberdade*. São Paulo: Loyola, 1986.

BIHR, A. *Da Grande Noite à Alternativa*. São Paulo: Boitempo, 2012.

BLOCH, E. *Princípio Esperança Volume 1*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

\_\_\_\_\_. *Princípio Esperança Volume 2*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

CATTANI, A.D. *Trabalho e Tecnologia*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. Org. *Fórum Social Mundial*. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

COSTA, E. *A Política Salarial no Brasil 1964—1985*. São Paulo: Boitempo, 1997.

DEBORD, G. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

EAGLETON, T. *A Ideia de Cultura*. São Paulo: Unesp, 2000.

\_\_\_\_\_. *As Ilusões do Pós-Modernismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

\_\_\_\_\_. *Depois da Teoria*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

EATON, J. *Manual de Economia Política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

FERREIRA, L.C. *A Questão Ambiental*. São Paulo: Boitempo, 2003.

FIUZA, B. *Black Blocs, Lições do Passado, Desafios do Futuro*. In Revista Fórum, Edição Especial, 08/10/2013. Disponível em <http://revistaforum.com.br/blog/2013/10/black-blocs-licoes-do-passado-desafios-do-futuro>.

- FONTANA, J. *À História dos Homens*. São Paulo, Edusc, 2004.
- FROMM, E. *O Dogma de Cristo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- \_\_\_\_\_. *Meu Encontro com Marx e Freud*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.
- \_\_\_\_\_. *Psicanálise da Sociedade Contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- FURTER, P. *Juventude e Tempo Presente*. São Paulo: Paz e Terra, 1967.
- GROPPO, LA. *Juventude*. Rio de Janeiro: Difel, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Autogestão, Universidade e Movimento estudantil*. São Paulo: Autores Associados: 2006.
- \_\_\_\_\_. *Uma Onda Mundial de Revoltas*. Tese de Doutorado: Unicamp, 2001.
- HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 2000.
- HARVEY, D. *O Enigma do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- \_\_\_\_\_. *O Neoliberalismo*. São Paulo: Loyola, 2005.
- \_\_\_\_\_. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2003.
- HOBBSAWM, E. J. *A Era dos Impérios*. São Paulo: Paz e Terra: 1998a.
- \_\_\_\_\_, E. J. *Era dos Extremos*. São Paulo: Cia das Letras, 1998b.
- IANNI, O. *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- INTERNACIONAL SITUACIONISTA. *Situacionista*. São Paulo: Conrad, 2002.
- JÚNIOR, H.F. *A Idade Média*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- KORSCH, K. *Marxismo e Filosofia*. Porto: Afrontamento, 1977.
- LAPASSADE, J. *A Entrada na Vida*. Porto: Edições 70, 1974.
- LAPLANTINE, F. *Aprender Antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- LEITE, J.C. *Fórum Social Mundial*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- LIPOVETSKY, G. *O Império do Efêmero*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- LUDD, N. *Apocalipse Motorizado*. São Paulo: Conrad, 2003.
- \_\_\_\_\_. *A Urgência das Ruas*. São Paulo: Conrad, 2002.

- MACLELLAN, D. *As Ideias de Marx*. São Paulo: Cultrix, 1975.
- MANNHEIM, K. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- \_\_\_\_\_, K. *Diagnóstico de Nosso Tempo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- MARCUSE, H. *Contrarrevolução e Revolta*. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.
- \_\_\_\_\_. *A Ideologia da Sociedade Industrial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MARX, K. *A Guerra Civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- \_\_\_\_\_. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martin Claret, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Manuscritos Econômicos Filosóficos*. São Paulo: Marin Claret, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- \_\_\_\_\_. *O Capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- MATTICK, P. Karl Kautsky: de Marx a Hitler. In: *Karl Kautsky e o Marxismo*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.
- MOGGRIDGE, ED. *Ideias de Keynes*. São Paulo: Cultrix, 1976.
- MORA, J. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- MORE, T. *A Utopia*. São Paulo: Martin Claret, 2008.
- MUNSTER, A. *Ernst Bloch: Filosofia da Práxis e Utopia Concreta*. São Paulo: Unesp, 1993.
- NOBRE, M. *A Teoria Crítica*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- PANNEKOEK, A. *A Revolução dos Trabalhadores*. Rio de Janeiro: Barba Ruiva, 2007.
- PEREIRA, C. A. M. *O que é Contracultura*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- ROSENBERG, A. *Democracia e Socialismo*. São Paulo: Global, 1986.
- ROSZACK, T. *A Contracultura*. Rio de Janeiro: Vozes, 1972.
- ROUSSELET, J. *A Alergia ao Trabalho*. Lisboa: Edições 70, 1974.
- RYCROFT, C. *As Ideias de Reich*. São Paulo: Cultrix, 1971.
- SLATER, P. *Origem e Significado da Escola de Frankfurt*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

- SOLIDARITY. *Paris: Maio de 1968*. São Paulo: Conrad, 2008.
- TOLEDO, C.N. Org. *1964: Visões Críticas do Golpe*. Campinas, Editora Unicamp, 1997.
- TRAGTENBERG, M. *Reflexões Sobre o Socialismo*. São Paulo: Unesp, 2006.
- \_\_\_\_\_, M. *A Revolução Russa*. São Paulo: Unesp, 2007.
- VARES, L. P. *O Anarquismo*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1986.
- VIANA, N. *A Consciência da História*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Breve História do Neoliberalismo*. In Revista Enfrentamento, Número 5, jul./dez. 2008a. disponível em <http://enfrentamento.net/enf05.pdf>.
- \_\_\_\_\_. *Breve Reflexão Sobre o Movimento Antiglobalização*. In Pensamento Heterodoxo. Caderno de Provocações. Pp. 45-47, 2008b.
- \_\_\_\_\_. *Cérebro e Ideologia*. Jundiaí: Paco Editorial, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Estado, Democracia e Cidadania*. Rio de Janeiro, Achiamé, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Introdução à Sociologia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Juventude, Contestação, Autogestão*. Goiânia: II Simpósio de Ciências Sociais, 2012.
- \_\_\_\_\_. *Juventude, Trabalho e Autogestão Social*, In Ciências Humanas Revista da Estácio de Sá. Goiânia, 2012.
- \_\_\_\_\_, N. *O Capitalismo na Era da Acumulação Integral*. São Paulo: Ideias e Letras, 2009.
- \_\_\_\_\_. *O Que é o Marxismo*. Rio de Janeiro: Elo Editora, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Regime de Acumulação, Gerações e Juventude*. In Revista Espaço Acadêmico, Número 129, Fevereiro de 2012. Disponível em <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/issue/view/584>.
- \_\_\_\_\_, N. *Escritos metodológicos de Marx*. Goiânia: Alternativa, 2007b.
- WACQUANT, L. *As Duas Faces do Gueto*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- WAINWRIGHT, H. *Uma Resposta ao Neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.